



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

Relatório de Atividades

2012

Faro, abril de 2013



Índice

I - Nota Introdutória	4
II – Actividades desenvolvidas e recursos utilizados.....	7
II.1 - Direcção de Serviços dos Bens Culturais (DSBC)	9
II.1.1 – Introdução DSBC 2012	9
II.1.2 – Desenvolvimento de projetos e ações	13
II.2 - Divisão de Promoção e Dinamização Cultural (DPDC)	20
II.2.1 – Introdução DPDC 2012	20
II. 2.2 Acompanhamento das atividades e fiscalização das estruturas apoiadas pela DGArtes.....	21
II. 2.3 Apoio à Ação Cultural	22
II. 2.4 Parcerias.....	23
II. 2.5 Seminários Encontros Exposições.....	27
II. 2.6 Outras iniciativas	29
II.3 - Divisão de Administração de Recursos (DAR)	39
II.3.1 – Introdução DAR 2012	39
II.3.2 – Gestão Financeira	41
II.3.3 – Gestão de Recursos Humanos	47
II.3.3.1 - Listagem nominal dos lugares do Mapa de Pessoal desta Direção preenchidos, discriminados por categoria e relação jurídica de emprego, à data de 31 de dezembro de 2012	49
II.3.3.2 – Mapa de Ações de Formação Desenvolvidas em 2012.....	51
II.3.4 – Gestão Monumentos Afetos	53
II.3.5 – Publicidade Institucional.....	53
II.4 – Conclusão.....	55
Anexos DPDC	58
Anexos DAR	59



I – Nota Introdutória

I - Nota Introdutória

O presente Relatório de Actividades, foi elaborado nos termos do previsto no nº1 do artigo 1º do Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de setembro, e pretende fazer a descrição da actividade desenvolvida pela Direção Regional de Cultura do Algarve durante o ano de 2012, em função dos objectivos e estratégias definidas no respectivo Plano, avaliando os resultados obtidos e os eventuais desvios verificados, tendo por finalidade um melhor e mais apurado planeamento no futuro.

A Direção Regional de Cultura do Algarve - criada pelo Decreto-Lei nº 126-A/2011, de 30 de dezembro e com a sua orgânica definida pelo Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, e pela Portaria 227/2012, de 03 de agosto - estrutura-se numa unidade orgânica nuclear, designada por Direcção de Serviços dos Bens Culturais (DSBC) e numa unidade orgânica flexível, designada por Divisão de Administração de Recursos (DAR), criada por Despacho nº 11147/2012, de 16 de agosto.

Relativamente aos Recursos Humanos é de salientar que esta Direcção Regional no ano de 2012, viu o seu funcionamento perigar com duas situações distintas que vinham a acontecer desde os anos anteriores e, que apesar de todos os esforços, não foi possível resolver, a saber: as baixas médicas prolongadas, que colocaram em risco a abertura dos monumentos; a impossibilidade de mobilidade interna ou abertura de concurso externo para Arquitecto.

A dotação orçamental de verbas do Orçamento de Estado manteve-se muito reduzida, limitada aos encargos fixos com o pessoal, ficando dependente a DRC Algarve da obtenção de receitas próprias e de financiamento particular (mecenato) para a realização

das suas actividades, particularmente nos investimentos que se verificaram em obras de restauro e/ou revitalização do património arquitectónico, e em investimentos específicos no fomento das actividades e acção cultural de carácter não profissional e da gestão corrente.

Relativamente ao orçamento de investimento a DRC Algarve teve apenas um projeto n.º 08089, no âmbito de uma candidatura POCTEP, denominado AL-MUTAMID, no valor de 3.327,00, correspondente à contrapartida nacional.

Deu-se continuidade ao projeto de “Valorização e Requalificação do Promontório de Sagres”, tendo-se conseguido enviar para Tribunal de Contas a maior empreitada deste projeto “Reabilitação das Muralhas e execução da iluminação cénica”.

Houve também investimentos específicos para as actividades e acção cultural de carácter não profissional, mediante apresentação de candidaturas de agentes culturais regionais ao apoio à Acção Cultural.

Deu-se continuidade ao “Plano Estratégico de Cultura para o Algarve” que envolve vários parceiros, entre eles a Universidade do Algarve e os Municípios.

E continuaram-se vários projectos na área da Educação Artística e Patrimonial e na fruição pública dos monumentos. Destacamos os projectos “Música nos Monumentos” em parceria com a Orquestra do Algarve e “Lugares Mágicos” em colaboração com o Atelier Educativo e a “Filarmónica nos Monumentos” em parceria com a Associação Regional de Filarmónicas do Algarve, estes projectos visam a ligação entre a identidade e memória e a criação/ olhar contemporâneo sobre a Paisagem Cultural algarvia.

Em suma, a Direcção Regional de Cultura do Algarve, no âmbito da sua missão, tentou contribuir para um desenvolvimento cultural da região, através da realização de parcerias



e iniciativas que pretenderam: 1. promover o planeamento estratégico da região; 2. qualificar os profissionais da área da cultura e apoiar a criação e produção regionais; 3. promover o acesso aos bens culturais; 3. realizar ações de estudo, inventariação, classificação, valorização, salvaguarda e divulgação do Património Cultural da região e, 4. Realizar acções de educação artística e patrimonial que permitam o desenvolvimento de uma cidadania activa e de uma crescente valorização do papel da cultura na região.



II – Actividades desenvolvidas e recursos utilizados



II.1 - Direcção de Serviços dos Bens Culturais (DSBC)



II.1 - Direcção de Serviços dos Bens Culturais (DSBC)

II.1.1 – Introdução DSBC 2012

Este relatório reporta-se a dois períodos da orgânica da Direcção Regional de Cultura do Algarve:

1.º período, acorde com o Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de março, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna das Direcções Regionais de Cultura, e com a Portaria n.º 373/2007 de 30 de março, que determinou a estrutura nuclear do serviço e as competências da respectiva unidade orgânica nuclear, a Direcção de Serviços dos Bens Culturais (DSBC), que corresponde ao desenvolvimento das atividades pela DSBC em articulação com as entidades nacionais de tutela, IGESPAR e IMC:

Em articulação com o IGESPAR, IP:

- a) Propor a classificação de bens culturais imóveis e a definição ou redefinição de zonas especiais de protecção;
- b) Propor a desclassificação de bens imóveis classificados;
- c) Colaborar na actualização do inventário e do cadastro dos bens imóveis classificados ou em vias de classificação;
- d) Colaborar na elaboração e acompanhamento de planos de salvaguarda e valorização;
- e) Instruir os processos e emitir parecer sobre propostas, estudos e projectos para trabalhos de construção, demolição, conservação, remodelação, restauro, reutilização, criação ou transformação de zonas verdes, incluindo os que se reportem a quaisquer movimentos de terras ou dragagens, no tocante aos bens imóveis classificados e em vias de classificação, às respectivas áreas de protecção e imóveis nelas situados, de acordo com as orientações vinculativas definidas pelo IGESPAR, I. P.;
- f) Emitir parecer relativamente aos bens imóveis classificados, às respectivas zonas de protecção e imóveis nelas situados e aos bens imóveis em vias de classificação, sobre o exercício do direito de preferência por parte do Estado;
- g) Informar sobre o manifesto interesse cultural de intervenções em bens culturais imóveis classificados ou em vias de classificação ou situados em zonas de protecção;
- h) Colaborar no levantamento sistemático do estado de conservação dos imóveis classificados ou em vias de classificação;
- i) Executar projectos e obras de acordo com as orientações definidas pelo IGESPAR, I. P., acompanhando e fiscalizando a sua execução física e financeira;
- j) Prestar apoio técnico e metodológico às acções de defesa e conservação do património arquitectónico e arqueológico promovidas por outras entidades;
- l) Propor medidas de salvaguarda do património considerado em risco de deterioração imediata;
- m) Prestar apoio técnico a particulares e a instituições detentoras de bens imóveis classificados na preparação e execução de obras;

- n) Promover formas de cooperação com as entidades envolvidas nos projectos;
- o) Assegurar a salvaguarda e valorização do património arqueológico;
- p) Coordenar a actividade desenvolvida pelas equipas técnicas de arqueologia, de acordo com as orientações e directivas emanadas pelo IGESPAR, I. P.;
- q) Estudar e propor providências destinadas à prospecção, salvaguarda e valorização arqueológica de imóveis, monumentos, conjuntos e sítios;
- r) Executar actividades de prospecção, inventário, registo e fiscalização decorrentes das obrigações cometidas ao IGESPAR, I. P., no âmbito do património arqueológico;
- s) Monitorizar o estado de conservação dos monumentos e sítios arqueológicos e propor as iniciativas pertinentes para a sua defesa e investigação quando alvo de acto ou ameaça de destruição;
- t) Organizar e garantir a manutenção dos depósitos de espólios arqueológicos à sua responsabilidade.

Em articulação com o IMC, IP:

- a) Prestar apoio técnico a museus integrados na Rede Portuguesa de Museus (RPM) e a outros localizados na sua área de actuação geográfica;
- b) Desenvolver programas de incentivo ao estabelecimento de parcerias entre museus localizados na sua área de actuação geográfica;
- c) Efectuar visitas técnicas a museus da RPM e apoiar localmente a verificação do cumprimento de requisitos da credenciação, sob orientação técnica do IMC, I. P.;
- d) Dar apoio técnico a colecções visitáveis no âmbito da Lei Quadro dos Museus Portugueses, sob orientação técnica do IMC, I. P.;
- e) Submeter à aprovação do IMC, I. P., a apreciação técnica de candidaturas à credenciação de museus;
- f) Apoiar a inventariação de manifestações culturais tradicionais no âmbito do património imaterial, nomeadamente através do seu registo;
- g) Assegurar a salvaguarda, conservação e restauro dos bens culturais móveis e integrados, classificados ou em vias de classificação, de acordo com as orientações e directivas emanadas pelo IMC, I. P.;
- h) Emitir parecer sobre planos, projectos, trabalhos e intervenções de conservação e restauro de bens culturais promovidos por entidades públicas ou privadas;
- i) Colaborar na realização de projectos e acções de sensibilização pública no domínio da preservação e conservação do património cultural móvel e integrado.

2.º período, a partir da publicação do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, que reorganizou as Direções Regionais de Cultura, e da Portaria n.º 227/2012, de 3 de agosto, que determinou a estrutura nuclear dos serviços e definiu as competências da sua unidade orgânica nuclear, que corresponde ao desenvolvimento das atividades pela DSBC em articulação com a entidade nacional de tutela, a DGPC:



- a) Preparar o plano regional de intervenções prioritárias no domínio do estudo e salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico, bem como os programas e projetos anuais e plurianuais da sua conservação, restauro e valorização, assegurando, em articulação com a Direção -Geral do Património Cultural (DGPC), a respetiva promoção e execução;
- b) Preparar, nos termos da lei, a emissão dos pareceres sobre planos, projetos, trabalhos e intervenções de iniciativa pública ou privada a realizar nas zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução das intervenções de iniciativa pública ou privada nas zonas de proteção dos imóveis classificados ou em vias de classificação;
- d) Elaborar parecer sobre os estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens imóveis classificados como monumento nacional ou interesse público, ou em vias de classificação, e nas zonas de proteção dos imóveis afetos à DGPC;
- e) Instruir e submeter à apreciação da DGPC os processos de classificação ou desclassificação e fixação ou redefinição das zonas especiais de proteção de imóveis de interesse nacional e de interesse público;
- f) Acompanhar, de acordo com as orientações e diretivas emanadas pela DGPC, as ações de salvaguarda e valorização do património arquitetónico e arqueológico;
- g) Executar projetos e obras, acompanhando e fiscalizando a sua execução física e financeira;
- h) Apoiar e colaborar na inventariação sistemática e atualizada dos bens que integram o património arquitetónico e arqueológico;
- i) Propor ao diretor regional o embargo administrativo de obras ou trabalhos nas zonas de proteção de imóveis classificados de interesse nacional ou de interesse público, ou em vias de classificação como tal, executadas em desconformidade com a lei, bem como propor medidas de salvaguarda do património considerado em risco de deterioração imediata;
- j) Elaborar os pareceres relativos aos bens imóveis classificados, às respetivas zonas de proteção e imóveis nelas situados e aos bens imóveis em vias de classificação, sobre o exercício do direito de preferência por parte do Estado;
- k) Colaborar, nos termos da lei, na elaboração dos planos diretores municipais, bem como apoiar a DGPC na elaboração de estudos de impacte ambiental, dos planos de pormenor de salvaguarda e de reabilitação urbana e demais instrumentos de gestão territorial;
- l) Elaborar parecer sobre planos, projetos, trabalhos e intervenções de iniciativa pública ou privada com impacto arqueológico no património arqueológico, arquitetónico e paisagístico;
- m) Instruir e elaborar parecer sobre os pedidos de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos e submetê-los à apreciação da DGPC, bem como analisar e submeter os respetivos relatórios à DGPC;
- n) Fiscalizar e acompanhar os trabalhos arqueológicos autorizados pela DGPC, bem como informar a DGPC da realização de trabalhos arqueológicos não autorizados;

- o) Monitorizar o estado de conservação dos monumentos e sítios arqueológicos e propor as iniciativas pertinentes para a sua defesa e investigação quando alvo de ato ou ameaça de destruição;
- p) Coordenar a atividade das equipas técnicas de arqueologia nos domínios da prospeção, inventário e registo do património arqueológico;
- q) Organizar e garantir a manutenção dos depósitos de espólios arqueológicos sob responsabilidade da DRC Algarve, bem como propor outros locais de depósito e de incorporação definitiva;
- r) Conceber e desenvolver as ações de sensibilização e divulgação de boas práticas para a defesa e valorização do património cultural arquitetónico e arqueológico, em articulação com a DGPC;
- s) Propor e coordenar a execução de programas e ações dos museus dependentes e monumentos afetos, nomeadamente nas áreas dos programas expositivos e atividades educativas;
- t) Dinamizar e acompanhar a execução do programa de atividades dos museus e monumentos afetos, organizando e tratando a respetiva informação;
- u) Assegurar a atualização das estatísticas de visitantes dos monumentos afetos;
- v) Desenvolver programas de incentivo ao estabelecimento de parcerias entre museus localizados na sua área de atuação;
- w) Dar apoio técnico a coleções visitáveis no âmbito da Lei -quadro dos Museus Portugueses, sob a orientação técnica da DGPC;
- x) Promover, em articulação com a DGPC, ações de conservação e restauro de bens móveis de relevante interesse cultural;
- y) Submeter à aprovação da DGPC a apreciação técnica de candidaturas à credenciação de museus;
- z) Conceber e implementar os meios necessários ao registo das manifestações culturais tradicionais no âmbito do património cultural imaterial;
- aa) Elaborar parecer sobre o manifesto interesse público de projetos enquadráveis no âmbito do regime jurídico do mecenato cultural e sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam solicitadas no âmbito dos serviços e organismos da área da cultura.

Assim, durante o ano de 2012, a DSBC efetuou diversas ações relacionadas com o património classificado e com os processos de classificação e definição de Zonas de Proteção, assim como pareceres (e instrução de propostas de parecer à entidade nacional de tutela), sobre pretensões públicas e privadas dentro de servidões ao património cultural classificado, ou com impacto em áreas de sensibilidade arqueológica, para além de verificação técnica de certidões de pronúncia sobre exercício de direito de preferência. Também realizou acompanhamento de planos municipais de ordenamento do território e obras realizadas em edifícios classificados; efetuou reuniões técnicas de esclarecimento

sobre pretensões de diversa natureza no âmbito do património classificado e do património arqueológico; acompanhou as atividades dos museus da RMA.

II.1.2 – Desenvolvimento de projetos e ações

Plano regional de intervenções prioritárias no domínio do estudo, salvaguarda, conservação, restauro e valorização do património arquitetónico e arqueológico do Algarve (PRIPALG) e proposta de medidas de salvaguarda do património considerado em risco de deterioração imediata

Deu-se continuidade à monitorização dos imóveis incluídos no PRIPALG, tendo prosseguido contactos com os serviços municipais da Região, com vista à atualização deste documento de intervenção estratégica, constituído por fichas de levantamento e análise e propostas de intervenção, com custos estimados e elenco de prioridades.

Com base nestes dados, foram propostas medidas concretas de salvaguarda de bens culturais imóveis, nomeadamente para a torre 16 da Almedina de Silves, para a reparação de danos no telhado da Sé de Silves (consequência de graves anomalias climáticas ocorridas em novembro de 2012), para a reparação das coberturas e monitorização do decaimento das empenas da Igreja de Santo António de Lagos.

Emissão de pareceres e acompanhamento de planos, projetos, trabalhos e intervenções em imóveis classificados ou em vias de classificação e nas respetivas zonas de proteção

Concluiu-se a instrução de 226 pareceres de planos, operações urbanísticas e avaliações de impacte, . Em 2012, foi alargado o número de autarquias que utilizam a plataforma SIRJUE, agilizando os procedimentos instrutórios. Em articulação com os municípios, assegurou-se o acompanhamento das intervenções em imóveis classificados (v.g. Igreja das Ondas, em Tavira) e nas respetivas zonas de proteção.

Com a entrada em vigor dos Decretos-Lei n.º 114/2012 e 115/2012 e a publicação da Portaria n.º 227/2012, e a consequente assunção de novas competências por parte da DRC Algarve, foram promovidas, a partir do mês de setembro, reuniões com os eleitos e com o corpo técnico dos serviços municipais das áreas de planeamento, obras e cultura, bem como com a CCDR-Algarve, Direção Regional de Agricultura e com os serviços florestais, num total de 19 reuniões, para efetivação e operacionalização simplificada de procedimentos relativos a revisão de Planos Diretores Municipais, outros Instrumentos de Gestão Territorial, licenciamento de obras em áreas de servidão e em áreas de sensibilidade arqueológica, e processos de Avaliação de Impacte Ambiental.

No âmbito destas novas competências, foi concluída, em 2012, a instrução de 59 pareceres relativos a requerimentos de Pedido de Autorização de Trabalhos



Arqueológicos (PATA) e a Relatórios de Trabalhos Arqueológicos (RTA) finais e preliminares (= Notas Técnicas de Trabalhos Arqueológicos, NTTA).

Foi ainda iniciada a instrução de 81 pareceres, na sua maioria referentes a apreciação de RTA submetidos através da ex Extensão da DAPA/IGESPAR, IP do Algarve.

Instrução de processos de classificação

Em 2012, foram finalmente concluídos os procedimentos classificatórios de 12 imóveis que se encontravam em vias de classificação, 4 arquivados, bem como concluídos 16 processos de audiência de interessados para fixação de ZEP ou para classificação de imóveis igualmente em vias de classificação e cujo processo caducaria por força do disposto conjuntamente nas alterações ao artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, efetuadas pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 265/2012, de 28 de dezembro. Dos procedimentos em curso, tão somente 2 caducaram.

Prosseguiram-se igualmente, em 2012, os estudos para fixação de Zonas Especiais de Proteção, parte delas incluídas na publicação dos correspondentes MIP, outras elaboradas para posterior publicação.

Apoio e colaboração na inventariação sistemática e atualizada dos bens que integram o património arquitetónico e arqueológico

Em 2012, foi efetuada, em articulação com os serviços técnicos municipais, a cartografia dos imóveis classificados do Município de Portimão (ação conjunta com o Museu Municipal) e do Município de Silves (ação conjunta com a DPTIG) e das correspondentes zonas de proteção, para integrarem a revisão dos respetivos PDM.

Este procedimento foi extensível às áreas de sensibilidade arqueológica e às manchas de sensibilidade arqueológica nos núcleos históricos urbanos do município de Silves, cujo processo se iniciou em 2012, igualmente para a rPDM. A metodologia usada deverá ser aplicada em anos futuros, paulatinamente até se completarem os restantes municípios da região, tendo sido solicitada, e fornecida, a indispensável cartografia de base em formato vetorial, num procedimento articulado com os municípios e com a DGPC para aferição da delimitação de imóveis classificados (base de dados do SI Ulisses) e de áreas de sensibilidade arqueológica (base de dados do SI Endovélico).

Em cooperação com a CM de Lagos, foi elaborada uma Carta de Sensibilidade Arqueológica do núcleo histórico urbano da cidade de Lagos e preparado a respetiva proposta de Regulamento, que se encontra atualmente em apreciação pelos serviços jurídicos do município, com vista à respetiva aprovação em Assembleia Municipal e inclusão no respetivo Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação / RMUE.



Pareceres relativos ao exercício do direito de preferência por parte do Estado nos bens culturais imóveis classificados e em vias de classificação e imóveis situados nas respetivas zonas de proteção

Em 2012 foram emitidas 30 certidões relativas a transmissão onerosa de propriedade abrangidas em servidão administrativa, que se traduziram na arrecadação de uma receita de 608,40.

Fiscalização e acompanhamento de trabalhos arqueológicos autorizados pela DGPC

Com a entrada em vigor dos Decretos-Lei n.º 114/2012 e 115/2012 e a publicação da Portaria n.º 227/2012, a DRC Algarve assumiu a competência de fiscalizar e acompanhar os trabalhos arqueológicos efetuados na Região, tendo sido possível, em articulação com os serviços técnicos dos 9 municípios que integram arqueólogo (e mais 2 com técnicos de património com formação e prática em arqueologia), a monitorização direta da maioria dos trabalhos autorizados que implicaram escavação arqueológica ou acompanhamento arqueológico de obra.

Organização e manutenção dos depósitos de espólios arqueológicos

Com a assunção de novas competências no domínio do património arqueológico, a DRC Algarve assegurou, a partir de agosto de 2012, a gestão do depósito até então a cargo da ex Extensão da DAPA/IGESPAR, IP no Algarve, encontrando-se os materiais armazenados em instalações do Centro de Interpretação de Milreu, em Estoi (Faro) e na Fortaleza de Sagres (Vila do Bispo), devidamente embalados e registados, tendo em vista o seu depósito, a breve prazo e na medida do possível, em museus da Rede de Museus do Algarve. Continuarão, contudo, sob gestão direta da DRC Algarve os espólios provenientes de municípios que não possuem museu (casos, p. ex., de Castro Marim ou Vila do Bispo).

No âmbito da RMA, foi desenvolvido um inquérito ao estado dos depósitos de espólios arqueológicos provenientes do Algarve, tendo a DRC Algarve assumido o compromisso de inquérito e monitorização aos depósitos situados fora da Região e tendo sido iniciados os contactos com vista à conclusão do levantamento durante o ano de 2013.

Execução de programas e ações nos monumentos afetos

Foi assegurada a programação concertada de ações de promoção e divulgação no âmbito das comemorações do Dia Internacional de Monumentos e Sítios (DIMS 2012) e das Jornadas Europeias de Património (JEP 2012), em colaboração com municípios e outras entidades da região.

Acompanhamento de parcerias entre museus e apoio técnico a coleções visitáveis

Em 2012, a DRC Algarve continuou a acompanhar regularmente, com estatuto de observador, as atividades da Rede de Museus do Algarve / RMA, participando em todas as

reuniões plenárias realizadas e em alguns dos Grupos de Trabalho, entretanto criados no âmbito da rede, nomeadamente no RMA-ARQ (Arqueologia), RMA-PCI (Património Cultural Imaterial) e RMA-EDU (Serviços Educativos).

Registo de manifestações culturais tradicionais / património cultural imaterial

Em 2012, foram iniciados contactos com o Município de Loulé e com a Paróquia de São Clemente de Loulé com vista à inscrição das Festas da Mãe Soberana no INPCI.

Foram igualmente estabelecidos contactos com o Município de Lagos com vista à inscrição da Doçaria Tradicional Algarvia no INPCI, uma vez que a atividade das doceiras de Lagos é representativo da região e tendo em conta as ações desenvolvidas pela CM de Lagos na sustentabilidade dessa atividade; como tal, entende-se que o território do município de Lagos pode ser representativo desta manifestação cultural tradicional da Região.

Execução de projetos e obras

Para além dos projetos e obras abrangidos no Programa de Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres (RVPS), que adiante são objeto de abordagem específica, foi elaborado projeto de recuperação da Torre 16 da Almedina de Silves (com obra a cargo do Município).

Realização de ações do projeto de Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres (RVPS)

O projeto de “Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres”, iniciado em 2009, com um investimento de 3.999.999,00 teve uma execução financeira até Dezembro de 2012 de cerca de 58% realizada e 79% cabimentada definitivamente (comprometida). Face a esta realidade foi realizado um pedido de prorrogação do prazo à CCDR Algarve e ao Turismo de Portugal até 31.09.2013, instituição que financia a contrapartida nacional do investimento.

O investimento organiza-se do seguinte modo:

50% QREN/PO Algarve – 1.789.700,00

45,26% PIT – 1.810.000,00

5,86% - PIPITAL 209.700,00

Relativamente à concretização física do projeto destaca-se a realização de um total de 10 ações no âmbito do RVPS em Sagres:

Ações	Estado
1. Reabilitação das Muralhas e Iluminação Cénica do Promontório de Sagres	
Concurso Público para a Empreitada Reabilitação das Muralhas e Iluminação Cénica do Promontório de Sagres	Iniciado o concurso em 2011, foi o procedimento submetido a visto prévio do TC

2. Iluminação e Sistema de Autoprodução de Energia	
Ajuste directo para a Empreitada do Sistema de Autoprodução de Energia do Promontório de Sagres	Concluído em junho de 2012
3. Estações Temáticas	
Desmontagem dos elementos expositivos	Efetuada em 2012, no âmbito da empreitada de arranjos exteriores
4. Arranjos Exteriores do Promontório de Sagres	
Empreitada de Arranjos Exteriores	Concluída em abril de 2012
5. Requalificação do Interior do Auditório (projeto)	
Ajuste Direto para a Elaboração do Projecto de Requalificação do Interior do Auditório da Fortaleza de Sagres	Ajustes ao projeto e submissão a parecer da IGAC em 2012
6. Sinalética e Mobiliário Urbano	
Ajuste Direto para fornecimento e instalação de sinalética temática (património, flora, fauna)	Iniciado o procedimento em 2011, foram elaboradas correções aos conteúdos das placas; conclusão realizada em 2013
7. Conteúdos para o Centro Expositivo (conceção)	
Concurso de Conceção Limitado por Prévia Qualificação para a Conceção dos Conteúdos do Centro Expositivo do Promontório de Sagres	O procedimento foi iniciado em 2011; o projeto de execução de conteúdos foi apresentado em dezembro de 2012
Edifícios dos anos 90: Requalificação do Corpo A + Requalificação dos Corpos B, C e D (projeto)	O procedimento foi iniciado em 2011; o projeto de execução foi apresentado em dezembro de 2012
8. Outras componentes da RVPS	
Vestígios Henriquinos (escavação, conservação e valorização)	Procedimento concluído; apresentação do Relatório Final da intervenção arqueológica em dezembro de 2012
Aquisição de Guião e de Consultoria de Produção	Procedimento iniciado em 2011;



Audiovisual para Filme sobre o Promontório de Sagres	foi concluído o guião em 2012
--	-------------------------------

Quadro I - Ações RVPS em 2012



II.2 - Divisão de Promoção e Dinamização Cultural (DPDC)

II.2 - Divisão de Promoção e Dinamização Cultural (DPDC)

II.2.1 – Introdução DPDC 2012

Este relatório reporta-se a dois períodos da orgânica da Direção Regional de Cultura do Algarve:

1.º período que corresponde ao desenvolvimento das atividades culturais pela Divisão de Promoção e Dinamização Cultural, criada por despacho n.º 29267/2007, à qual competia, no âmbito do Decreto Regulamentar n.º 34/2007, de 29 de março, e até ao dia 3 de agosto, data da publicação da Portaria n.º 227/2012, o seguinte:

- a) Apoiar iniciativas culturais locais e regionais que, pela sua natureza, correspondam a necessidades ou aptidões específicas da região e não integrem programas de âmbito nacional;
- b) Apoiar agentes, estruturas, projectos e acções de carácter não profissional nos domínios artísticos e da cultura tradicional;
- c) Propor e desenvolver estratégias de captação de apoios mecenáticos para a realização de iniciativas da Direcção Regional de Cultura, abreviadamente designada por DRC, no âmbito das suas atribuições, designadamente no que respeita ao património imóvel classificado afecto;
- d) Assegurar o acompanhamento das actividades e a fiscalização das estruturas apoiadas pelo Ministério da Cultura, abreviadamente designado por MC;
- e) Assegurar o apoio técnico necessário à plena execução da política **cultural**, aos níveis regional e local, nos diversos domínios de intervenção;
- f) Informar os serviços e organismos do MC sobre as actividades desenvolvidas pela Direcção Regional de Cultura, bem como disponibilizar quaisquer elementos que por estes lhe sejam solicitados;
- g) Emitir parecer sobre o manifesto interesse cultural de projectos enquadráveis no âmbito do regime jurídico do Mecenato Cultural;
- h) Emitir parecer sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam solicitadas no âmbito das atribuições do MC.

2.º período que corresponde à atividade cultural a partir da publicação da Portaria n.º 227/2012 - Desenvolvimento das atividades culturais no âmbito do estipulado nos pontos 2 e 3 do artigo 2.º do Decreto Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, nomeadamente as alíneas:

- a) Assegurar o acompanhamento das actividades e colaborar na fiscalização das estruturas apoiadas pelos serviços e organismos da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) na área da cultura, em articulação com a Direcção-Geral das Artes (DGARTES);

- b) Apoiar iniciativas culturais locais ou regionais, de caráter não profissional, que, pela sua natureza, correspondam a necessidades ou aptidões específicas da região;
- o) Articular -se com outras entidades públicas ou privadas que prossigam atribuições ou objetivos afins na respetiva área de intervenção, com a finalidade de incentivar formas de cooperação integrada a desenvolver e concretizar mediante protocolos ou contratos –programas.

II. 2.2 Acompanhamento das atividades e fiscalização das estruturas apoiadas pela DGArtes

Atividade Artística	Entidade	Tipo de Apoio
CRUZAMENTOS DISCIPLINARES	DEVIR - Associação de Atividades Culturais	Quadrienal
	CASA B - Associação Cultural	Bienal
TEATRO	ACTA – A Companhia de Teatro do Algarve	Bienal
MÚSICA	Associação do Grémio das Músicas	Quadrienal
	Academia de Música de Lagos	Quadrienal
	Orquestra de Jazz do Algarve	Bienal

O acompanhamento das estruturas foi realizado pela DRC Algarve., através da sua Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) aprovada pela DGArtes, composta, para além da Sra. Diretora Regional na qualidade de presidente, por dois técnicos superiores e por uma especialista contratada para o efeito, através da DGARTES.

O trabalho desta comissão, que tem vindo a ser regular desde o ano de 2009, com a visualização e avaliação das atividades constantes do Plano anexo aos Contratos e renovações, estabelecidos com cada uma das estruturas, teve alterações significativas neste ano de 2012 uma vez que a assinatura das renovações dos contratos foi tardia, o que impossibilitou um acompanhamento, por parte da especialista, de forma regular e continuada. No entanto, os técnicos da DRC Algarve. tiveram reuniões com todos os representantes das estruturas e procederam à elaboração dos relatórios de acompanhamento, quer de atividades quer financeiro, de cada uma das estruturas.

A DRC Algarve. colaborou com a DGARTES na organização da reunião de esclarecimento sobre as candidaturas aos Apoios para 2013-2016, no dia 13 de dezembro, no auditório da CCDR Algarve, onde participaram mais de 50 agentes culturais.

II. 2.3 Apoio à Ação Cultural

Dentro das suas competências, a DRC Algarve. tem como objetivo promover e acompanhar a atividade amadora, quer através de projetos em parceria com quer através do apoio a projetos de agentes culturais associativos. Para o efeito decorreu o período de candidaturas, de 16 de Maio a 30 de Outubro, com Regulamento e Ficha próprios, publicitados na página eletrónica da Direção Regional.

A listagem dos apoios concedidos a Instituições sem fins lucrativos durante o ano de 2012, em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, foi publicada em Diário da República (anexo 1).

Foram apoiados 38 projetos de 34 Associações Culturais, com um montante de 74.711,00 , nas seguintes áreas:

Área	Artes Plásticas	Cinema e vídeo	Dança	Edição	Música	Teatro	Património	Sócio-cultural
n.º Proj.	1	2	1	3	18	4	2	7

Dos 16 concelhos do Algarve, 13 concelhos tiveram Associações culturais com projetos apoiados:

- 1 projeto de Associação exterior ao Algarve (formação para agentes culturais)
- 2 projetos de Associações do concelho de Albufeira;
- 1 projeto de Associação do concelho de Alcoutim;
- 1 projeto de Associação do concelho de Castro Marim;
- 15 projetos de Associações do concelho de Faro;
- 1 projeto de Associação do concelho de Lagoa;
- 3 projetos de Associações do concelho de Lagos;
- 4 projetos de Associações do concelho de Loulé
- 3 projetos de Associações do concelho de Olhão;
- 1 projeto de Associação do concelho de Portimão;
- 2 projetos de Associações do concelho de S. Brás de Alportel;
- 1 projeto de Associação do concelho de Silves;
- 2 projetos de Associações do concelho de Tavira;
- 1 projeto de Associação do concelho de Vila Real de St.º António.

II. 2.4 Parcerias

Ao longo do ano de 2012 foram estabelecidas parcerias com várias entidades regionais para a realização de projetos e eventos., das quais destacamos as seguintes:

a) Lugares Mágicos – a paisagem algarvia

Fevereiro | novembro

Acordo de Colaboração com o Atelier Educativo - Associação para o Desenvolvimento da Educação pela Arte, para a realização da 2.ª fase do projeto “Lugares Mágicos – a paisagem algarvia”, que consistiu na realização de 5 ateliers educativos, em três áreas culturais: fotografia, desenho e dança, explorando a paisagem algarvia, do barlavento ao sotavento, pensando, criando e registando o lugar. Teve como parceiros 5 Instituições de Solidariedade Social (IPSS) - Centro de Acolhimento Gente Pequena, de Vila Real de St.º António, Bom Samaritano, de Portimão, Casa de Proteção às Raparigas, de Faro, Lar Gaivota da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira e Centro de Assistência Social Lucinda Animo dos Santos, em Lagos.



Pensar, criar e registar/construir o território são os objetivos de “Lugares Mágicos”, projeto que se firma na crença de que podemos ser transformados através da relação com os outros e com o lugar. Mantendo o conceito de viver, praticar e sentir a cultura, esta II fase do projeto incidiu na exploração da riqueza e diversidade da paisagem cultural algarvia.

b) 6.ª edição do concurso de leitura “Ler Com”

Protocolo de Colaboração com a FNAC Algarve Shopping que teve como objetivo a concretização de uma parceria conjunta através da realização de projetos, concursos, ações ou iniciativas de natureza cultural e educativa, tendo como principais destinatários os jovens e a comunidade educativa em geral. No ano de 2012 a FNAC apoiou o Concurso de Leitura LER COM, realizado no dia 10 de Junho na Fortaleza de Sagres, com a oferta de 1 computador, livros e a presença do escritor selecionado para a leitura expressiva;

Este concurso, promovido como evento comemorativo do Dia de Portugal, tem como objectivo primordial incentivar o interesse pela leitura entre os alunos do 1º Ciclo das Escolas dos Concelhos de Vila do Bispo, Aljezur e Lagos, desenvolvendo competências na leitura expressiva e promovendo autores de língua portuguesa, ao mesmo tempo que constitui também um importante contributo regional para o Plano Nacional de Leitura. Texto da obra seleccionada: A verdadeira história de Alice, de Rita Taborda Duarte Participaram 4 agrupamentos, com 32 inscrições. Presente a concurso: 28 alunos



c) Academia de Música de Lagos

Protocolo de Colaboração com a Academia de Música de Lagos para promover e dinamizar nos Monumentos afetos à DRC Algarve – Fortaleza de Sagres e Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe – através da realização de 6 concertos de música erudita, potenciando a fruição dos públicos.



Ermida de N.^a Sr.^a de Guadalupe | 22 de Julho | 12 de Agosto | 29 de Setembro | 9 de Dezembro

Fortaleza de Sagres | Igreja de N.^a Sr.^a da Graça | 9 de Agosto | 30 de Setembro | 18 de novembro

d) Filarmónica nos Monumentos



O ciclo “Filarmónicas nos Monumentos”, co-parceria da DRC Algarve com a Associação Regional de Filarmónicas do Algarve, visou o enriquecimento cultural da comunidade algarvia, ao mesmo tempo que promoveu o acesso do público a um género de manifestação cultural que associa o património histórico da região ao trabalho realizado pelas associações filarmónicas algarvias.

Castelo de Alcoutim | 14 de setembro

Ermida de N.^a Sr.^a de Guadalupe | 9 de dezembro

e) Música nos Monumentos

Cultura e história unem-se nestes concertos, procurando uma simbiose perfeita. Em estilo de café-concerto, a música erudita ecoa em alguns dos locais mais emblemáticos que constituem o património histórico do Algarve.



A Direção Regional de Cultura do Algarve e a Orquestra do Algarve (OA) iniciaram em 2010 o projeto “Música nos Monumentos”, cujo objetivo principal é associar o património, arquitetónico ou arqueológico, à música, permitindo ao público desfrutar da arte num espaço não convencional para o efeito – um monumento classificado.



f) Teatro nos Monumentos

Uma parceria com o Al-MASRAH Teatro para um ciclo de teatro associado a 6 monumentos, que contou com a colaboração de várias entidades.

Os espetáculos: “As Leis Fundamentais da Estupidez Humana” e “Conta-me Outros Fados”



Fortaleza de Sagres | 23 de setembro

Ruínas Romanas de Milreu | Cine-Teatro Ossónoba |
28 de setembro

Castelo de Paderne | Centro Paroquial de Paderne | 14
de outubro

Ermida de N.ª Sr.ª de Guadalupe | 21 de Outubro

Monumentos Megalíticos de Alcalar | Auditório do
Museu de Portimão | 23 de Novembro

Monchique – Escola EB 2/3 | 9 de dezembro

g) Passatempo fotográfico julho | outubro



O passatempo de fotografia “Algarve, Segredos Patrimoniais” foi uma iniciativa conjunta da Direção Regional de Cultura do Algarve e do Turismo do Algarve, com o apoio de outras entidades públicas ou privadas.

O presente passatempo pretendeu ser um desafio para deambular pelo Algarve a redescobrir e “captar”, de forma criativa o património algarvio, nomeadamente as ruelas, becos e travessas com história.

II. 2.5 Seminários | Encontros | Exposições

a) I Encontro de Teatro Amador | 28 e 29 de Abril

Este encontro teve como principais objetivos reunir o maior número possível de membros de grupos de teatro amador do Algarve em torno de reflexão e debate conjuntos sobre temas específicos e possibilitar o convívio e o conhecimento mútuo entre os participantes.



b) 2.º Algarve Design Meeting | 1 e 2 de junho de 2012



O Departamento Comunicação, Artes e Design, da UAAlg., em parceria com a DRC Algarve realizou o II Algarve Design Meeting, um evento que contou com a presença de vários especialistas da área, e que se pretendeu como um espaço que coloca sob análise e reflexão a temática do design de comunicação na região do Algarve, com especial enfoque para a sua importância e influência nas mais variadas áreas nomeadamente, as vertentes social, cultural e económica.

c) I Encontro Transfronteiriço de Profissionais de Museus | 19 e 20 de outubro

Sob o tema MUSEUS E ACESSIBILIDADE, o encontro foi organizado pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM) e pela Asociación de Museólogos y Museógrafos de Andalucía (AMMA) em parceria com a DRC Algarve, e juntou profissionais que trabalham em museus e instituições afins, com o objetivo de fomentar a qualificação com vista a elevar o nível dos serviços técnicos que prestam a estes centros e, através destes, à sociedade.



d) Travessas de Cultura | 26 de Abril | 24 de Maio | 28 de Junho | 27 de Setembro | 25 de Outubro | 29 de Novembro



Aprofundando o processo de elaboração participativa do Plano Estratégico de Cultura para o Algarve, esta Direcção Regional e a Universidade do Algarve promoveram o 2.º ciclo de encontros, Travessas de Cultura, destinados a debater o estado atual de cada segmento de serviços e atividades de produção, na perspetiva do empreendedorismo criativo e da economia cultural competitiva.

economia criativa | edição música
rádio e televisão | edição livro |
artes performativas | cinema, vídeo e software



e) Curso de Dirigentes Associativos

Faro | 10 e 11 de Novembro

Curso de Dirigentes Associativos

INSCRIÇÕES GRATUITAS ATÉ 8 DE NOVEMBRO

LOCAL: Sede da Associação Recreativa & Cultural de Músicos

PROGRAMA:

10 de Novembro 10h00 às 12h00 - Gestão das Associações 14h00 às 19h00 - Gestão Cultural	24 de Novembro 10h00 às 12h00 - Gestão de Reuniões Operacionais 14h00 às 19h00 - Contabilidade e Gestão Administrativa
11 de Novembro 10h00 às 12h00 - Gestão do tempo, o stress e da Comunicação 14h00 às 19h00 - Gestão do tempo, o stress e da Comunicação	25 de Novembro 10h00 às 12h00 - Organização do Movimento Associativo, Formação, Regime Jurídico e Fiscal 14h00 às 19h00 - Organização do Movimento Associativo, Formação, Regime Jurídico e Fiscal

APOIO: GOVERNO DE PORTUGAL, DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE, ARFA

PARCERIAS: ARFA

Formação realizada em co-produção com a Associação Regional de Filarmónicas do Algarve, com o objetivo de atualizar e ampliar os conhecimentos sobre a gestão associativa dos corpos gerentes das Associações.

II. 2.6 Outras iniciativas

Para além destas parcerias, a DRC Algarve contou com o apoio de várias entidades e autarquias para a realização do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios e para as Jornadas Europeias do Património.

a) Dia Internacional dos Monumentos e Sítios | 18 de abril

b) Jornadas Europeias do Património | 28 a 30 de setembro

Dia Internacional dos Monumentos e Sítios

Do Património Mundial ao Património Local
Proteger e unir a mudança

18 ABRIL 2012

Ruínas Romanas de Métras
18 abril | 10h30 | Museu do Castelo de Faro
Descoberta do passado através da arqueologia "DISE" do Ar e de 4 de junho de 2012

Ermida de N.ª S.ª de Guadalupe
18 abril | 10h30 | Museu do Castelo de Faro
Descoberta do passado através da arqueologia "DISE" do Ar e de 4 de junho de 2012

Monumentos Megalíticos de Aljezur
18 abril | 10h30 | Museu do Castelo de Faro
Descoberta do passado através da arqueologia "DISE" do Ar e de 4 de junho de 2012

Bons Momentos. O FUTURO DA MEMÓRIA

JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO 2012 | 28 A 30 DE SETEMBRO

ENTRADA LIVRE

MONUMENTOS DO ALGARVE

www.cultalg.pt

FORTEZA DE SAGRES
28 a 30 de Setembro
Atividade: Conferência de História
Horário: 10h30 às 12h30
Local: Forte de Sagres

ERMIIDA DE N.ª S.ª DE GUADALUPE
28 a 30 de Setembro
Atividade: Conferência de História
Horário: 10h30 às 12h30
Local: Ermida de N.ª S.ª de Guadalupe

CASTELO DE PADERNE
28 a 30 de Setembro
Atividade: Conferência de História
Horário: 10h30 às 12h30
Local: Castelo de Paderne

Nas JEP foram apresentados os audioguias para os de Castelos de Paderne e de Aljezur, cujos ficheiros poderão ser descarregados do site da Direção Regional de Cultura do

Algarve e nas páginas das Câmaras de Albufeira (Paderne) e Aljezur e ainda da Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural de Aljezur

Ainda integrado nas JEP foi apresentado o projeto “O Futuro da Memória” - Workshop de Dança destinado à comunidade sénior do concelho de Vila do Bispo

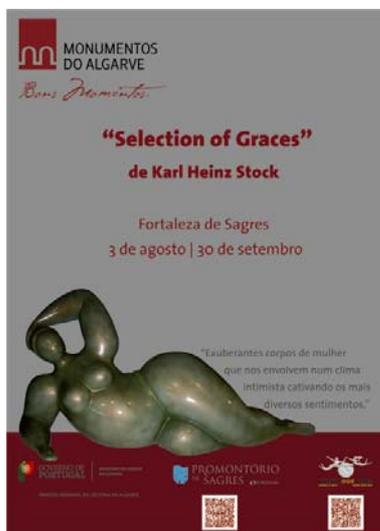
Pretendeu-se através da dança, da expressão corporal e da criatividade, reavivar e partilhar as “memórias” de outros tempos associadas a esta ermida, abrindo caminho à reflexão e a novas perspectivas deste templo religioso, sensibilizando para a preservação das memórias locais.

A apresentação do projeto aos formandos, com a presença da formadora a bailarina Maia Alcobia.



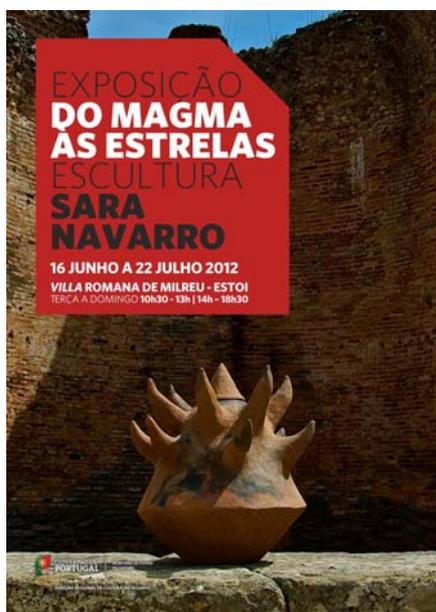
c) Exposições

Fortaleza de Sagres



A exposição *Do Mar Aberto ao Mare Internum* resultou de uma parceria entre a Direção Regional de Cultura do Algarve, a Universidade do Algarve e a Câmara Municipal de Vila do Bispo, co-produzida com a Associação Livre Fotógrafos do Algarve. Comissariada pelo Prof. Doutor João Pedro Bernardes, a exposição deu conta dos principais resultados das investigações arqueológicas desenvolvidas pela Universidade do Algarve nos últimos anos nos sítios romanos da Boca do Rio e do Martinhal no âmbito do projeto Ceratonia - «A Exploração dos Recursos Marinho no Algarve durante a época Romana».

Ruínas Romanas de Milreu



Exposição itinerante

Vive PCI – Património Cultural Imaterial



Conferência | Património Cultural Imaterial | 8.02.2012, na UAlg

- * Biblioteca da Universidade do Algarve | fevereiro
- * Escola Secundária de Loulé | março / abril
- * Escola Secundária de Tavira | maio
- * Escola Secundária de Vila Real de St.º António | Setembro
- * Comissão de Coordenação da Região do Algarve | novembro/dezembro

d) Campanha de divulgação “Monumentos do Algarve”

No Algarve não são só o sol e a praia que esperam por ti. Há também monumentos com muitas histórias para contar à tua espera. Histórias de descobridores destemidos, curiosidades e hábitos de civilizações ancestrais por desvendar ...e muito mais.

Traz a tua família e os teus amigos e vem passar bons momentos a descobrir o outro lado do Algarve. De que estás à espera? Vem daí.

Campanha de promoção e divulgação dos Monumentos do Algarve, dirigida a 3 público:

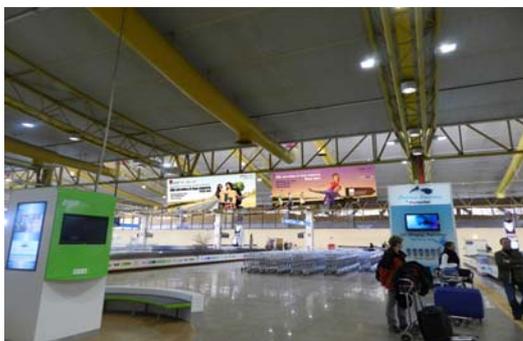
↳ Jovens

↳ Famílias

↳ Sénior



Outdoors no aeroporto de Faro



Banners de divulgação em vários jornais regional, no guia da ERTA



Anúncio para Guia da ERTA e Jornal de Letras



MONUMENTOS DO ALGARVE *Bons Momentos*

MONUMENTOS DO ALGARVE
**Há séculos à tua espera.
Vem daí.**

Fortaleza de Sagres - Monumentos Megalíticos de Alcalar - Castelos de Aljezur, Loulé e Paderne - Ermida de N.ª Senhora de Guadalupe - Vila Romana de Milreu

Alentejo Loulé Corceira Paresimã m PORTUGAL 2012 algarve GOVERNO DE PORTUGAL

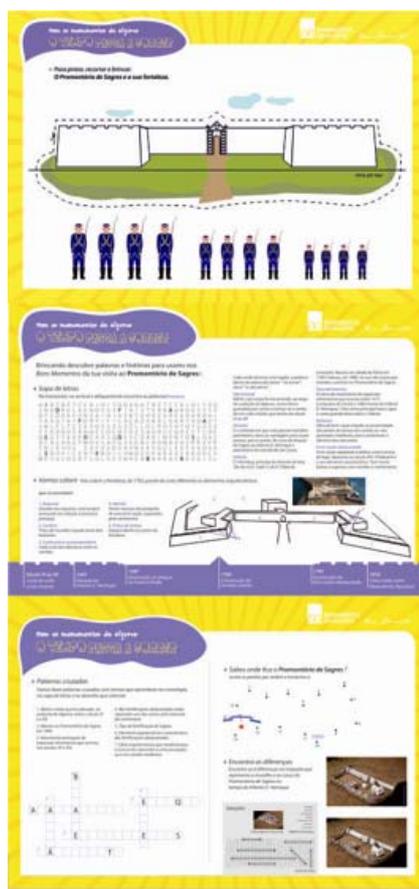
e) Jogos para crianças

Monumentos afetos: Castelo de Aljezur, Fortaleza de Sagres, Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe, Monumentos Megalíticos de Alcalar, Castelo de Paderne e Ruínas Romanas de Milreu

Exemplo de jogos

* Ruínas Romanas de Milreu

* Fortaleza de Sagres



f) Festa do livro



A “Festa do Livro”, teve com o objectivo potenciar a difusão de conhecimento nesta área, através da realização de grandes descontos em publicações de referência.

g) Visitas de estudo e/ou acompanhadas nos monumentos afetos, com fruição


Monumento	N.º de visitas de estudo/acompanhadas		N.º de concelhos de escolas do Algarve	N.º de distritos fora do Algarve	N.º de alunos do Algarve	N.º de alunos Fora do Algarve	N.º de visitantes estrangeiros
Anos	2011	2012					
Fortaleza de Sagres	117	100	9	6	1171	611	1947
Monumentos Megalíticos de Alcalar	12	16	3	1	100	27	2.200
Ermida de N.S. de Guadalupe	2	3	1	-	75	-	-
Ruínas romanas de Milreu	32	29	8	1	693	140	25

Verifica-se uma ligeira diminuição do número de visitas de estudo ou acompanhadas face ao ano de 2011.

O número de visitantes de grupos estrangeiros superou o número dos visitantes de grupos nacionais. De acordo com as estatísticas anteriores, este foi o primeiro ano que se verificou tal situação.

f) Oferta de publicações a entidades

A DRC Algarve divulga as obras apoiadas através do programa de Apoio à Ação Cultural oferecendo fundos bibliográficos a entidades e instituições, nomeadamente a bibliotecas escolares, bibliotecas universitárias, centros de investigação, associações culturais e sociais, bibliotecas municipais, juntas de freguesia, museus e mesmo a entidades estrangeiras que nos solicitam.



No corrente ano foram oferecidos 435 livros, 154 CD´s e 82 DVD´s.

g) Participação em iniciativas de outras entidades

A DRC Algarve colaborou em iniciativas de outras entidades, nomeadamente:

- Câmara Municipal de Faro, associando-se às comemorações do Dia Mundial do Turismo, disponibilizando as Ruínas Romanas de Milreu com acesso gratuito no dia 27 de Setembro, visitas guiadas e descontos em artigos de loja;
- CRIA - Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia da Universidade do Algarve, divulgando e apoiando o projeto Projeto KnowInG, que foca a necessidade comum das regiões MED de encontrar e experimentar uma melhor governação da inovação para os desafios globais da economia actual.

As actividades a realizar no âmbito do projecto incluem a dinamização de Laboratórios de Criatividade para empreendedores das indústrias criativas e Workshops de Capacitação destinados a *stakeholders* e institucionais; a produção de publicações de índole científica sobre Políticas de Inovação, Ferramentas para a Criatividade e Actores Regionais de Inovação; a criação de uma base de dados de empreendedores e profissionais de indústrias criativas, e muitas outras actividades.

Projetos promovidos pelo Estado, nos quais a DRC Algarve tem participação com ações próprias:

Projecto SoliDARTE, lançado pelo Secretário de Estado da Cultura, em que os cidadãos da União Europeia em situação de desemprego, têm entrada gratuita nos monumentos da tutela da Direcção Regional de Cultura do Algarve.

Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade - Implementação da Resolução de Conselho de ministros nº97/2010, de 14 de dezembro

Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações

IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação, 2011 -2013 - Implementação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de janeiro

Emitiu pareceres para processo de Mecenato Cultural das Associações LAC – Laboratório de Atividades Criativas e ACS – Associação Cultural Sambrazense e para processo de utilidade pública do CCT – Cineclube de Tavira, para além de outros pareceres, a título individual ou coletivo, de projetos culturais de interesse para o Algarve.



A atividade cultural foi desenvolvida pelos seguintes técnicos superiores: Clarinda Moutinho; Conceição Barão; Cristina Farias; Elsa Freixial; Manuel Bento Serra; Raquel Roxo.



II.3 - Divisão de Administração de Recursos (DAR)

II.3 - Divisão de Administração de Recursos (DAR)

II.3.1 – Introdução DAR 2012

A unidade orgânica Divisão de Administração de Recursos (DAR) foi criada na dependência hierárquica da Diretora Regional por Despacho n.º 11147/2012, de 16 de agosto, ao abrigo do disposto nos n.ºs 5 e 8 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto -Lei n.º 105/2007, de 3 de abril, e pelo Decreto -Lei n.º 116/2011, de 5 de dezembro, bem como em observância pelo consagrado no n.º 1 do artigo 3.º da Portaria n.º 227/2012, de 3 de Agosto.

À Divisão de Administração de Recursos compete:

- a) Coordenar a elaboração do plano anual de atividades — ou outros instrumentos de gestão estratégica — e acompanhar a sua execução;
- b) Elaborar o relatório anual de atividades;
- c) Elaborar o orçamento e acompanhar a sua execução;
- d) Instruir os processos relativos à cobrança e arrecadação de receitas e à realização de despesas e executar o respetivo ciclo, assegurando o registo das operações que lhe estão associadas;
- e) Promover a constituição, reconstituição e liquidação do fundo permanente e de maneiio;
- f) Elaborar a conta de gerência;
- g) Colaborar com a Unidade Ministerial de Compras (UMC) da Secretaria -Geral da Presidência do Conselho de Ministros efetuando a agregação das necessidades de aquisição de bens e serviços;
- h) Administrar os bens afetos à Direção Regional de Cultura, mantendo atualizado o inventário e cadastro dos bens móveis, e assegurar a manutenção das instalações e equipamento, sem prejuízo das competências, neste domínio, da Secretaria -Geral da Presidência do Conselho de Ministros;
- i) Identificar as necessidades de aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento das unidades orgânicas e assegurar a distribuição dos *stocks* pelas diversas unidades orgânicas;
- j) Propor à UMC da Secretaria -Geral Presidência do Conselho de Ministros a alienação dos bens que se mostrem inúteis ou desnecessários ao funcionamento da Direção Regional de Cultura;
- k) Assegurar a emissão de certidões requeridas, nos termos legais;
- l) Coordenar a gestão das lojas, respetivos *stocks* e bilheteiras do património imóvel classificado que lhe está afeto;



- m) Colaborar na elaboração de protocolos ou acordos de cooperação a realizar com entidades públicas ou privadas;
- n) Colaborar com a Direção de Serviços de Bens Culturais na preparação de cadernos de encargos relacionadas em intervenções nos imóveis afetos;
- o) Executar as tarefas administrativas relativas à gestão dos recursos humanos;
- p) Elaborar o plano anual de formação;
- q) Elaborar o balanço social;
- r) Assegurar o processamento dos vencimentos do pessoal e demais abonos, bem como os descontos que sobre eles incidam;
- s) Assegurar a execução do sistema de avaliação de desempenho;
- t) Apreciar e informar os pedidos respeitantes à administração de pessoal, emitir certidões e assegurar a execução do expediente respetivo;
- u) Organizar e manter atualizado o cadastro de pessoal;
- v) Garantir o cumprimento das normas relativas às condições de higiene, saúde e segurança no trabalho;
- w) Instruir os processos de acidentes em serviço;
- x) Proceder à disponibilização interna, preferencialmente por via eletrónica, de normas e diretivas necessárias ao funcionamento da Direção Regional de Cultura;
- y) Executar as tarefas inerentes ao expediente, designadamente receção, classificação, registo, distribuição interna e expedição;
- z) Assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de arquivo da Direção Regional de Cultura;
- aa) Contribuir para a eficiência e qualidade dos serviços prestados pela Direção Regional de Cultura, elaborando e mantendo atualizados manuais de procedimentos internos;
- ab) Acompanhar as medidas preconizadas pela sociedade de informação e promover a sua aplicação, visando alcançar objetivos de racionalização e modernização administrativa para a efetiva desmaterialização e simplificação dos procedimentos;
- ac) Assegurar o funcionamento e atualização dos sistemas operacionais informáticos de suporte à gestão financeira, à gestão de recursos humanos e à circulação de informação;
- ad) Manter atualizado e funcional o parque informático e os sistemas de redes informáticas da DRC.

A DAR integra as seguintes secções:

- a) Recursos Financeiros e Logísticos;
- b) Recursos Humanos, Expediente e Arquivo.

A DAR é responsável pela área de recursos humanos e pela área de recursos financeiros assegurando a execução financeira dos orçamentos de funcionamento e de investimento, a gestão orçamental da Atividade 106 – Qualificação, Promoção e Divulgação Cultural; Atividade 109 – Património Arquitetónico, Arqueológico e



Paisagístico e a Atividade 258 – Gestão Administrativa que suporta o funcionamento corrente da DRC Algarve e dos monumentos afetos, nomeadamente nas despesas com pessoal, encargos das instalações, comunicações, aquisição de bens e serviços, bolsas dos contratos de emprego inserção, no âmbito do IEFP, movimentação de IVA, arquivo, expediente, entre outros.

Plataformas utilizadas:

- Sistemas de Informação Contabilística (SIC);
- Sistemas de Recursos Humanos (SRH);
- Sistema de Gestão de Receita (SGR);
- UMC/ANCP;
- Bizgov;
- Saphety;
- SIOE;
- Serviços online da DGO;
- SIGO;
- CGA (RCI e portal online);
- ADSE;
- Segurança Social (DRI e portal online);
- Serviços Sociais da Administração Pública;
- IN-CM - DRE;
- SGU;
- SIADAP;
- BEP;
- *Homebanking*;
- Contab;
- Portal das Finanças;
- Formulários eletrónicos para a área de Recursos Humanos;
- Plataforma de migração de dados para o GerFip.

II.3.2 – Gestão Financeira

O Plafond atribuído para o orçamento de 2012 foi o seguinte:

- Orçamento de Funcionamento – 802.491 ;
- Orçamento de Investimento – 3.327 .

A estes valores acresce a receita proveniente das seguintes Fontes de Financiamento;



- 121 – Receita Própria Transitada – 567.581,98 ;
- 123 – Receita Própria do Ano com possibilidade de transição – 600.000 inscritos no orçamento inicial e 609.891,08 registados no SIC;
- 129 – Transferências de outros organismos (PIT) – 545.000 , verba totalmente aplicada na empreitada de Requalificação das Muralhas e Iluminação Cénica da Fortaleza de Sagres, do projeto de “Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres”;
- 218 – FEDER – 116.890,99 – transitado de 2012 e 569.494 inscrita em orçamento mas só realizada 249.029,65 .

Balancete de Receita 2012 – Orçamento de Funcionamento:

Fonte de Financiamento	Orçamentada	Liquidada/Cobrada
111 – Receitas Gerais	802.491	752.466
121 – Saldos transitados	0,00	567.581,98
123 – Receita Própria	600.00,00	609.891,08
129 – De outros organismos	545.000,00	0,00
218 - FEDER	686.890,99	365.920,64
Total	2.634.381,99	2.295.859,70

Balancete de Execução Financeira – Orçamento de Funcionamento:

Fonte Financiamento	Orçamento corrigido	Congelamento	Compromissos	Pagamentos
111	802.491	47.879	752.466	752.466
121	567.582	0	442.201	313.430
123	575.413	192.706	357.003	350.812
129	545.000	0	545.000	0
218	686.385	0	646.507	322.003



Total	3.176.871	240.585	2.743.177	1.738.711
-------	-----------	---------	-----------	-----------

Balancete de Receita 2012 – Orçamento de Investimento:

Fonte de Financiamento	Orçamentada	Liquidada/Cobrada
112 – Receitas Gerais afectas a projetos co-financiados	3.327	0
218 - FEDER	9.979	0
Total	13.306	0

O orçamento de Investimento não teve execução financeira.

A execução orçamental do orçamento de Funcionamento decorreu dentro da normalidade apesar das cativações/congelamentos que totalizaram 240.585 e das limitações para novos compromissos resultantes do Despacho do SEO, de 12 de setembro de 2012.

A autorização da integração dos saldos de 2011, num total de 684.472,97 , permitiu o desenvolvimento dos procedimentos e contribuiu para a não existência de dívidas no final do ano.

A execução orçamental da Actividade 258 – Gestão Administrativa, desenvolveu-se dentro da normalidade com as seguintes taxas de execução:

- Fonte de Financiamento 111 – 94%;
- Fonte de Financiamento 121 – 86%;
- Fonte de Financiamento 123 – 58%.

De salientar que a Fonte de Financiamento 123 teve em 14 de agosto de 2012 (Alteração Orçamental nº 29) uma cativação adicional no valor de 145.476 , a que corresponde a 24,2% do valor inicial orçamentado na Fonte de Financiamento 123.

A DRC Algarve contou, também, com os apoios provenientes de várias fontes, nomeadamente do Programa de Intervenção no Turismo (PIT), das candidaturas ao QREN, PIPITAL, todos eles para aplicação no projecto de “Requalificação Valorização do Promontório de Sagres”, obrigando a uma execução financeira rigorosa, atempada, com apresentação de toda a documentação para apresentação de contas às entidades financiadoras (Turismo de Portugal – PIT, CCDR – QREN e PIPITAL, bem como à Direcção-Geral do Orçamento – DGO, Secretaria Geral e Tribunal de Contas).

A execução financeira do orçamento de funcionamento contabilizou os seguintes movimentos:

- 998 Cabimentos;
- 1204 Compromissos;
- 1337 Pagamentos;
- 51 Alterações Orçamentais (AO);
- 13 Pedidos de Libertação de Créditos (PLCs);
- 442 Pedidos de Autorização de Pagamentos (PAP);
- 41 Guias de Receita do Estado;
- 12 Registos SIGO;
- 12 Registos de execução financeira remetidos à SG /GEPAC
- 5 Registos de execução orçamental em processamento online SGPCM;
- 12 Registos no SIGO, dos pagamentos em atraso;
- 12 Registos de unidade de tesouraria (online DGO);
- 12 Registos (online DGO) dos anexos do Despacho Conjunto do PCM.

A DAR desenvolveu todos os procedimentos financeiros para aquisição de bens, serviços, empreitadas, apoios no âmbito da Ação Cultural, envio de documentação para

reembolsos do PIT, PIPITAL e QREN do projeto de “Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres”, Al-Mutamid e Descubriter.

Foram elaborados mapas de pessoal com indicação dos abonos e descontos devidos para apoio à execução do orçamento.

Foram registadas, mensalmente, no *homebanking* e SGR, as receitas provenientes da venda de bens e serviços, assim como as dos apoios do PIT, QREN e Mecenas e posteriormente carregadas no SIC para execução financeira.

Foram carregados na página on-line da DGO, os PLCs mensais por conta do orçamento de funcionamento.

Foram remetidos para a SGPCM e GEPAC, mensalmente, os mapas que constituem a execução Orçamental dos orçamentos de funcionamento e de PIDDAC.

Foram respondidas, dentro dos prazos fixados, as solicitações on-line, da SG, SIGO, DGO, UMC, SGU, *Homebanking*, DGAEP e outras das mais diversas entidades.

Foram desenvolvidos todos os procedimentos administrativos no SIGO, para carregamento dos orçamentos de funcionamento e de PIDDAC nos serviços on-line da DGO dentro da data fixada para o efeito.

Depois de aprovados os orçamentos, foram carregados no SIC, os ficheiros por Fonte de Financiamento, Actividades, definido o regime duodecimal, criado o Fundo de Maneio para o respectivo ano, registados os cativos, criadas as condições para a execução dos orçamentos.

Foram realizadas, no SRH, as acções de afectação orçamental de acordo com as Fontes de Financiamento inscritas no orçamento, para os processamentos dos abonos e descontos do ano em curso.

Foram executados todos os procedimentos administrativos que constituem a Conta de Gerência (anexo 2) e remetidos para o Tribunal de Contas e SGPCM, dentro do prazo fixado, com o envio dos seguintes documentos:

- Ata de aprovação da conta de gerência;
- Responsáveis da Conta de Gerência;
- Mapa Conta Gerência - Modelo 2;
- Mapa comparativo das despesas do Orçamento de Funcionamento;
- Mapa Auxiliar ao modelo Nº 2 – Orçamento de Funcionamento;
- Mapa Auxiliar de Conferência Mod.50 – Orçamento de Funcionamento;
- Guias de Receita Cobradas – Mod. 10;
- Processamento de Remunerações SRH;
- Mapa síntese de bens inventariados adquiridos em 2012;
- Relação de contratos;
- Balancete de execução orçamental – mapa CO_M106 – SIC;
- Mapa de Guias de Reposição Abatidas e não abatidas CO_Mo50 (SIC);
- Relação de funcionários em situação de Acumulações de Funções;
- Mapa de Reconciliação bancária PL_Mo12 (SIC);
- Estrutura do mapa de pessoal/2012 ;
- Monitorização de indicadores 2012 dos monumentos afetos;
- Resultados de receita;

Procedimentos de aquisição de Bens ou Serviços:

Foram realizados os seguintes procedimentos através da Unidade Ministerial de Compras (UMC) para aquisição de bens e serviços, ao abrigo de acordos quadro:

- Aquisição de Produtos de Higiene - Contrato ao abrigo de acordo Quadro n.º 03AQ - SGPCM/2012;
- Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança - Contrato ao abrigo de acordo Quadro n.º 13 da ANCP ;



- 06AQ-SGPCM/2012 - Aquisição de Combustíveis Rodoviários ao abrigo de AQ para as entidades PCM da área da Cultura;
- Aquisição de eletricidade em regime de mercado livre -Acordo Quadro ANCP - RCM 49/2012, 10/05;
- Aditamento ao protocolo -Aquisição de Serviço móvel Terrestre - Lotes 1e 3 Acordo Quadro - ANCP n.º 1 (acréscimo de 2 números);
- 07AQ- SGPCM/2012 – Aquisição de seguros automóvel;
- 11AQ-SGPCM/2012 - Aquisição de Material de escritório;
- 10AQ-SGPCM/2012 - Aquisição de papel de fotocópia e impressão;

Foram realizados os seguintes procedimentos de aquisição de bens e serviços, fora dos acordos quadro:

- Contrato n.º AD - 01/DRCALG/2012 - Prestação de Serviços de Assistência e Manutenção Informática;
- Adenda ao ajuste Direto n.º28/DRCAL/2011 - Aquisição de Serviços de Limpeza;
- AD-04/DRCALG/2012 - Conceção dos conteúdos do centro expositivo do Promontório de Sagres;
- Contrato de prestação de Serviços para inventariação, Classificação e valorização do Património da DRCALG - CONTRATO n.º AD-06/DRCALg/2012.

II.3.3 – Gestão de Recursos Humanos

Foi aprovado o Mapa de Pessoal para o ano de 2012 desta Direção Regional de Cultura a 8 de setembro de 2011 (anexo 3)

A DAR também desenvolveu ações relativas aos recursos humanos tais como mobilidade, concursos, candidaturas a estágios PEPAC, candidaturas a programas CEIs, implementação de registo automático de assiduidade, aquisição de serviços para inventário de bens móveis, etc.

Realização da gestão de todo o expediente da DRC Algarve, entradas e saídas de documentos, e respetivo arquivo físico e digital.

De registar o acréscimo de mapas, quer financeiros quer de recursos humanos, respeitantes ao controlo do número de trabalhadores e reduções com encargos no âmbito do PREMAC, derivados da complexa gestão administrativa e financeira imposta pelas medidas no OE com o programa de apoio financeiro.

Procedeu-se à realização dos mapas para importação de todos os dados financeiros/contabilísticos para o GerFip, bem como criação de novas parametrizações relativas à adoção do POCP, pelo GerFip.

Foram inscritas no SIC e SRH, as fichas de novos trabalhadores/fornecedores e actualizadas, se necessário, as já existentes;

Foi preenchido o relatório de formação (RAF) relativo ao ano de 2012 e enviado para a DGAEP e SG;

Foi elaborado um Relatório de Gestão Comercial – Janeiro a Dezembro de 2012, com uma análise comparativa das vendas realizadas ao longo do ano de 2012, apresentando uma análise comparativa das vendas realizadas nas lojas dos monumentos afectos à DRC Algarve

- Fortaleza de Sagres
- Ermida de N^a Sr.^a de Guadalupe
- Monumentos Megalíticos de Alcalar
- Villa Romana de Milreu

Foi realizada a Consolidação da mobilidade Interna, da Assistente Técnica, Maria João Ramalho Martins, a 28/02/2012.

Realização da mobilidade Interna da Docente Cristina Maria Dores da Silva Farias, a 01/09/2012, à Escola Secundária Pinheiro e Rosa.

Cessaçã, por motivo de aposentação, do contrato por tempo indeterminado em funções públicas, da trabalhadora Maria Carolina Correia Pacheco Bandeira, a 15/02/2013, e por limite de idade, do contrato por tempo indeterminado em funções públicas, da trabalhadora Maria da Glória Francisca Farias Martins, a 16/04/2013.

Início dos procedimentos concursais para o provimento de 2 dirigentes intermédios para as unidades orgânicas DSBC e DAR. Procedimentos ainda em fase de submissão a

publicitação devido ao tempo e recursos alocados à parametrização e configuração necessária para a implementação do GerFip, que se iniciou em outubro de 2012, e que começou a funcionar a 1 de janeiro de 2013.

Realização de candidatura a 2 estagiários no âmbito do Programa Estágios Profissionais na Administração Central do Estado – PEPAC, nos termos do Decreto-Lei nº 18/2010, de 19 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 214/2012 de 28 de setembro.

Foram elaboradas 2 candidaturas ao IEFP, para contratos Emprego-Inserção – CEI.

Procedeu-se ao carregamento dos dados que constituem o Balanço Social dentro do prazo fixado, tendo sido remetido as entidades competentes e dado conhecimento aos trabalhadores. (anexo 4)

Os carregamentos trimestrais dos efectivos no SIOE/DGAEP foram realizados no cumprimento do prazo fixado para o efeito.

Foi encerrado o carregamento do SIADAP na plataforma GeADAP dos objectivos e avaliação relativo ao desempenho do ano 2012, não se tendo procedido ao carregamento dos elementos para o ano de 2012 devido ao PREMAC que se traduziu na não existência do QUAR para o ano de 2012 para a DRC Algarve.

II.3.3.1 - Listagem nominal dos lugares do Mapa de Pessoal desta Direção preenchidos, discriminados por categoria e relação jurídica de emprego, à data de 31 de dezembro de 2012

Mapa de Pessoal a 31-12-2012 (Lugares preenchidos)		
Nome	Categoria/Cargo	Relação Jurídica de Emprego
Alzira Cristina Lopes Custódio Dias	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Anabela Dias Pereira	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado



Aníbal Jesus Matias Cabrita	Assistente Operacional	CTFP - Tempo Indeterminado
Antonio José Neves Pité	Técnico Superior	CTFP - Tempo Indeterminado
Clarinda Fernanda Silva Moutinho Santos	Técnico Superior	CTFP - Tempo Indeterminado
Cristina Alexandra Tété Garcia	Técnico Superior	CTFP - Tempo Indeterminado(Licenças/remuneração)
Cristina Maria Dores da Silva Farias	Técnico Superior	Mobilidade Interna
Dália da Conceição Paulo	Directora Regional	Comissão de Serviço em regime de Substituição
Davide Filipe Lourenço Pereira Rita	Assistente Operacional	CTFP - Tempo Indeterminado
Elsa Luísa Trindade Freixial	Técnico Superior	CTFP - Tempo Indeterminado
Fernando Manuel Candeias de Oliveira	Assistente Operacional	CTFP - Tempo Indeterminado
Francisco Manuel Nunes Serpa	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Hernâni Duarte Maria	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Jair Salgado Sobral Gonçalves	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
João Manuel Pereira Alexandre	Técnico Superior	CTFP - Tempo Indeterminado
João Pedro Lopes Marreiros	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
João Pedro Lourenço Duarte Costa	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Laura Cristina Cruz Duarte	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Libânia Isabel de Sousa Oliveira	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Lídia Alexandra Guerreiro Lapa	Assistente Operacional	CTFP - Tempo Indeterminado
Lúcia Maria Branco Neto Correia Gomes	Chefe de Divisão	Comissão de Serviço em regime de Substituição
Luciano Guerreiro Rafael	Técnico Superior	CTFP - Tempo Indeterminado
Manuel Bento Santos Serra	Técnico Superior	CTFP - Tempo Indeterminado
Maria Alice Costa Loução	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Maria Carolina Correia Pacheco Bandeira	Assistente Operacional	CTFP - Tempo Indeterminado
Maria da Conceição Patrocínio Barão	Técnico Superior	CTFP - Tempo Indeterminado
Maria da Glória Francisca Faria Martins	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Maria Gilda Marques Brito Figueiroa	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Maria João Guerreiro Sequeira Barros	Coordenador Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Maria João Ramalho Martins	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Maria Raquel Patrício Roxo	Técnico Superior	CTFP - Tempo Indeterminado
Maria Salomé Madeira Matias Soares	Assistente Operacional	CTFP - Tempo Indeterminado
Meigy Mussage Issa Ibrahimo	Assistente Operacional	CTFP - Tempo Indeterminado
Mércia Maria Diogo Costa Carneiro	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Natércia Alves Fonseca Magalhães	Técnico Superior	CTFP - Tempo Indeterminado
Noélia Maria Dias Marreiros	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Rosa Conceição Monjane Costa	Assistente Operacional	CTFP - Tempo Indeterminado
Rui Alexandre da Luz Paixão	Assistente Operacional	CTFP - Tempo Indeterminado
Rui da Conceição Soares Inácio	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado



Rui Filipe Pinheiro da Cruz	Assistente Operacional	CTFP - Tempo Indeterminado
Rui Jorge Zacarias Parreira	Diretor de Serviços	Comissão de Serviço em regime de Substituição
Sandro Manuel Pereira Valente	Coordenador Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Telma Cristina Nascimento Peixoto	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Telmo Alexandre de Oliveira Almeida	Assistente Operacional	CTFP - Tempo Indeterminado
Vanda Cristina Lourenço Pereira Rita Oliveira	Assistente Técnico	CTFP - Tempo Indeterminado
Vicente Jorge Cintra Sousa	Assistente Operacional	CTFP - Tempo Indeterminado

II.3.3.2 – Mapa de Ações de Formação Desenvolvidas em 2012

Promover a formação profissional

Nome	Categoria	Ação de Formação	Local	Data	Horas	Inscrição	Entidade
Luciano Rafael	TS	Contratos Públicos - A análise de Propostas	E-learning	03-12-2012	30	-€	INA
Lúcia Gomes	CD	Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP)	E-learning	04-05-2012	40	-€	INA
Maria Raquel Roxo	TS	Interpretação sensorial e sensibilidade nos museus	Museu Loulé	24-04-2012	6	-€	ACAPO - Associação dos cegos e Amblíopes de Portugal
Maria Conceição Barão	TS	Interpretação sensorial e sensibilidade nos museus	Museu Loulé	24-04-2012	6	-€	ACAPO - Associação dos cegos e Amblíopes de Portugal
Maria Raquel Roxo	TS	Os Museus perante o utente com deficiência visual	Museu Silves	17-04-2012	3	-€	ACAPO - Associação dos cegos e Amblíopes de Portugal
Laura Duarte	AT	Os Museus perante o utente com deficiência visual	Museu Silves	17-04-2012	3	-€	ACAPO - Associação dos cegos e Amblíopes de Portugal
João Pedro Marreiros	AT	Os Museus perante o utente com deficiência visual	Museu Silves	17-04-2012	3	-€	ACAPO - Associação dos cegos e Amblíopes de Portugal
Noélia Marreiros	AT	Os Museus perante o utente com deficiência visual	Museu Silves	17-04-2012	3	-€	ACAPO - Associação dos cegos e Amblíopes de Portugal
Luciano Rafael	TS	Contratos Públicos - Elaboração de Peças Procedimentais	E-learning	30-10-2012	30	-€	INA
Maria Alice Loução	AT	Património e Turismo	Fortaleza Sagres	15-02-2012	25	-€	IEFP - Portimão
Vanda Oliveira	AT	Património e Turismo	Fortaleza	15-02-2012	25	-€	IEFP - Portimão



DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

			Sagres				
Rui Cruz	AO	Património e Turismo	Fortaleza Sagres	15-02-2012	25	-€	IEFP - Portimão
Libânia Oliveira	AT	Património e Turismo	Fortaleza Sagres	15-02-2012	25	-€	IEFP - Portimão
Rui inácio	AT	Património e Turismo	Fortaleza Sagres	15-02-2012	25	-€	IEFP - Portimão
Noélia Marreiros	AT	Património e Turismo	Fortaleza Sagres	15-02-2012	25	-€	IEFP - Portimão
Laura Duarte	AT	Património e Turismo	Fortaleza Sagres	15-02-2012	25	-€	IEFP - Portimão
Davide Rita	AO	Património e Turismo	Fortaleza Sagres	15-02-2012	25	-€	IEFP - Portimão
Maria Raquel Roxo	TS	Legitimar Memórias Locais	Museu São Brás Alportel	04-10-2012	24	-€	Centro estudos Sociais Laboratório associado Universidade de Coimbra
Dália Paulo	DR	Curso Avançado de Gestão Pública	Lisboa	07-05-2012	81	-€	INA - Auto formação
Rui Parreira	TS	WordPress	Faro	16-04-2012	18	-€	Associação Cultural Xerem - Jorge Rocha
Natércia Magalhães	TS	WordPress	Faro	16-04-2012	18	-€	Associação Cultural Xerem - Jorge Rocha
Octávio Câmara	DS	WordPress	Faro	16-04-2012	18	-€	Associação Cultural Xerem - Jorge Rocha
Clarinda Moutinho	TS	WordPress	Faro	16-04-2012	18	-€	Associação Cultural Xerem - Jorge Rocha
Elsa Freixial	TS	WordPress	Faro	16-04-2012	18	-€	Associação Cultural Xerem - Jorge Rocha
Bento Serra	TS	WordPress	Faro	16-04-2012	18	-€	Associação Cultural Xerem - Jorge Rocha
Raquel Roxo	TS	WordPress	Faro	16-04-2012	18	-€	Associação Cultural Xerem - Jorge Rocha
Conceição Barão	TS	WordPress	Faro	16-04-2012	18	-€	Associação Cultural Xerem - Jorge Rocha
Cristina Farias	CD	WordPress	Faro	16-04-2012	18	-€	Associação Cultural Xerem - Jorge Rocha
Luciano Rafael	TS	WordPress	Faro	16-04-2012	18	-€	Associação Cultural Xerem - Jorge Rocha
António José Neves Pité	TS	Sessão Técnica Edifícios - A Gestão da Manutenção de Edifícios	Faro - UALG	08-11-2012	4	61,5€	LNEC
Cristina Farias	CD	Sessão Técnica Edifícios - A Gestão da Manutenção de Edifícios	Faro - UALG	08-11-2012	4	61,5€	LNEC
Sandro Valente	AT	Avaliação de projetos e despesas TIC - Componente I	ESPAP - Alfragide	22-11-2012	5,5	-€	AMA



Sandro Valente	AT	Avaliação de projetos e despesas TIC - Componente II (EAMS)	Lisboa	18-12-2012	6	-€	AMA
Lúcia Lapa	AO	Regime do contrato de trabalho em funções públicas	Faro	23-10-2012	25	-€	STFPSA
Lúcia Gomes	CD	GERFIP - Implementacao	Lisboa	19-09-2012	7	-€	ESPAP - GERFIP - 1dia
Sandro Valente	AT	GERFIP - Implementacao	Lisboa	19-09-2012	7	-€	ESPAP -GERFIP - 1dia
Luciano Rafael	TS	GERFIP - Implementacao	Lisboa	19-09-2012	7	-€	ESPAP -GERFIP - 1dia
Lúcia Gomes	CD	GERFIP	Lisboa	24-09-2012	12	-€	ESPAP - GerFip - 2 dias
Sandro Valente	AT	GERFIP	Lisboa	24-09-2012	12	-€	ESPAP - GerFip - 2 dias
Luciano Rafael	TS	GERFIP	Lisboa	24-09-2012	12	-€	ESPAP - GerFip - 2 dias
Lúcia Gomes	CD	GERFIP	Lisboa	26-11-2012	24	-€	ESPAP - GerFip - 4 dias
Sandro Valente	AT	GERFIP	Lisboa	26-11-2012	24	-€	ESPAP - GerFip - 4 dias
Luciano Rafael	TS	GERFIP	Lisboa	26-11-2012	24	-€	ESPAP - GerFip - 4 dias
Lúcia Gomes	CD	GERFIP	Lisboa	10-12-2012	12	-€	ESPAP - GerFip - 2 dias
Sandro Valente	AT	GERFIP	Lisboa	10-12-2012	12	-€	ESPAP - GerFip - 2 dias
Luciano Rafael	TS	GERFIP	Lisboa	10-12-2012	12	-€	ESPAP - GerFip - 2 dias

II.3.4 – Gestão Monumentos Afetos

Foram apurados todos os indicadores relativos a visitantes, receitas (anexo 5) e setor educativo, comparando-os com o ano anterior de forma a aferir a sua variação. Foram também apresentadas todas as atividades e eventos ocorridas em cada unidade homogénea no ano de 2012. (anexo 6).

II.3.5 – Publicidade Institucional

De acordo com a Portaria 1297/2010, de 21 de dezembro, integram o conceito de publicidade institucional as campanhas, ações informativas e publicitárias e quaisquer outras formas de comunicação realizadas pelas entidades, mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As entidades abrangidas pela presente portaria devem enviar anualmente ao GMCS informação sintética sobre a sua atividade de colocação de publicidade institucional, com identificação:

- a) Do respetivo montante global anual, discriminado por trimestres;
- b) Das ações cujo montante seja superior a € 15 000;
- c) Do montante anual globalmente afeto a cada órgão de comunicação social;
- d) De elementos sobre o cumprimento do Decreto-Lei n.º 231/2004, de 13 de dezembro, identificando, quando aplicável, quais os órgãos de comunicação locais e regionais nos quais teve lugar a colocação de publicidade institucional.

Em 2012 a Direção Regional de Cultura do Algarve teve a seguinte publicidade institucional:

Órgão de comunicação social	Designação	Valor	Data Publicação
INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda	Concurso Público de Concessão do direito de exploração do direito de exploração de Bar/Cafetaria da Fortaleza de Sagres.	316,93€	09-01-2012

II.4 – Conclusão

O ano de 2012 foi marcado pela regulamentação das Direções Regionais de Cultura – Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio e Portaria n.º 227/2012, de 3 de agosto – e pela reorganização orgânica da Direção Regional de Cultura do Algarve no âmbito do PREMAC, pelo que houve a extinção de uma unidade orgânica flexível e a, conseqüente, readaptação dos serviços a esta nova orgânica. Com competências acrescidas: a) na área da arqueologia; b) na área da salvaguarda do património, nomeadamente na emissão de pareceres em áreas de servidão administrativa do Património Cultural. Acresce a estas modificações o início do processo do GERFIP que se iniciou a meio do ano e que foi bastante exigente mas rigorosamente cumprido.

Decorrente do apresentado neste Relatório de Actividades, pode concluir-se que, apesar de todas as modificações orgânicas e de recursos humanos, a Direção Regional de Cultura do Algarve face ao orçamento disponível conseguiu consolidar a sua atuação territorial em três níveis: estreitou o acompanhamento às companhias apoiadas pela Direção Geral das Artes com visitas periódicas; diversificou o apoio à ação cultural e promoveu parcerias de âmbito regional com outras instituições e, finalmente, estreitou a sua relação com os Municípios na âmbito da salvaguarda do património.

É no entanto de salientar que as dificuldades inerentes à escassez de meios humanos que se verificam e se agudizam nestas particulares circunstâncias, ainda assim com o esforço e empenhamento de todos os dirigentes e funcionários, conseguimos ser verdadeiros parceiros regionais nas áreas da Cultura e Património Cultural.

Apesar de não ter sido aprovado o QUAR 2012 e face ao orçamento consideramos que a DRC Algarve conseguiu, com esforço e empenho da equipa, concretizar a sua missão e atribuições de forma exemplar.

Em resumo, no que importa ter presente para uma correção das actividades a desenvolver, numa perspectiva de atuação futura e numa tendência de melhoria

continua, salienta-se que toda a dinâmica de mudança exigida pelas transformações que se operaram a nível da Administração Pública e a nível conjuntural, obrigam a ter sempre presente o papel da dimensão cultural nos seus mais polifacetados aspectos, seja nos campos da educação, do ensino, do lazer, e do seu contributo para o desenvolvimento do país, particularmente na Região do Algarve, cabendo à DRC Algarve um papel marcante na preservação e salvaguarda do Património Cultural.

A dimensão plural e transversal da cultura deverá ter também sempre presente os problemas de sustentabilidade a acautelar em todas as suas actividades, procurando através de uma gestão e acção equilibrada, tirar o melhor partido dos seus recursos – internos e externos – e desenvolvendo a sua actividade numa perspectiva de serviço à comunidade em estreita cooperação com todas as entidades públicas e privadas.

Faro, 10 de abril de 2013

A Diretora Regional de
Cultura

(Dália Paulo)

O Diretor de Serviços

(Rui Parreira)

A Chefe de Divisão de
Administração de Recursos

(Lúcia Gomes)



ANEXOS

Anexos DPDC

Anexo 1 | Lista publicada em Diário da República com Apoio à Ação Cultural



Anexos DAR

- Anexo 2 | Conta gerência
- Anexo 3 | Estrutura do mapa de pessoal/2012 (aprovado)
- Anexo 4 | Monitorização de indicadores 2012 dos Monumentos Afetos
- Anexo 5 | Relatório das lojas dos Monumentos Afetos
- Anexo 6 | Balanço Social

Diário da República n.º 142, de 2 de março de 2010, com efeitos a 6 de dezembro de 2012, com a remuneração base mensal de €1201,48, ficando posicionado na 2.ª posição remuneratória da carreira/categoria de técnico superior e no 15.º nível remuneratório da tabela remuneratória aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

23 de janeiro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo da AMA, I. P., *Engenheiro Paulo Manuel da Conceição Neves*.

206720249

Aviso n.º 1745/2013

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum para constituição jurídica de emprego público por tempo indeterminado na carreira e categoria de técnico superior, aviso de abertura n.º 10313/2012, 2.ª série do *Diário da República*, n.º 148, de 1 de agosto, e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com João Carlos Trindade Magéssi, sujeito a período experimental de 180 dias, conforme Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 188, de 28 de setembro, sob a forma de acordo coletivo de carreiras e o Regulamento de extensão ao Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República* n.º 142, de 2 de março de 2010, com efeitos a 6 de dezembro de 2012, com a remuneração base mensal de €1455,89, ficando posicionado entre a 3.ª e a 4.ª posição remuneratória da carreira/categoria de técnico superior e no entre o 19.º e 23.º nível remuneratório da tabela remuneratória aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

23 de janeiro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo da AMA, I. P., *Engenheiro Paulo Manuel da Conceição Neves*.

206720176

Aviso n.º 1746/2013

Por despacho do conselho diretivo da Agência para a Modernização Administrativa, I. P., e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por força do n.º 2 do artigo 73.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que Maria da Luz Ribeiro de Sousa Pereira, concluiu com sucesso o período experimental, na carreira/categoria de Assistente Técnico, tendo-lhe sido atribuída a classificação final de 14,48 valores.

23 de janeiro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo da AMA, I. P., *Paulo Manuel da Conceição Neves*.

206720662

Despacho (extrato) n.º 2067/2013

O Conselho Diretivo da Agência para a Modernização Administrativa, I. P., nos termos do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atualizada, e no âmbito das competências próprias previstas nos artigos 4.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, delibera:

1 — Delegar, com possibilidade de subdelegação, no Presidente do Conselho Diretivo, Paulo Manuel da Conceição Neves e no Vogal Manuel Paulo de Oliveira Ricou, em simultâneo, ou separadamente, as competências para:

a) A comunicação de sujeição, ou não, a parecer prévio da AMA, às entidades sujeitas ao âmbito de aplicação do referido diploma, em aquisições de valor igual ou inferior € 350 000,00 (Trezentos e cinquenta mil euros);

b) Solicitar elementos no âmbito da instrução dos processos;

c) A emissão do parecer prévio vinculativo em aquisições de valor igual ou inferior € 350 000,00 (Trezentos e cinquenta mil euros);

d) O dever de comunicação ao membro do Governo responsável pela área das finanças, todas as contratações de aquisição de bens e prestação de serviços objeto de parecer positivo, bem como todas as informações de contratação que não foram selecionadas para parecer prévio.

2 — Delegar nos seguintes membros da Estrutura de Gestão do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, as Licenciadas Ana Margarida Figueira Fernandes Pio, Andreia Raquel de Castro Olhero, António Jorge Jesus Jordão, João Carlos Trindade Magéssi, Patrícia Coelho Pereira Ramos Boal, Patrícia da Conceição Severino Martins e no seu Coordenador Operacional o Licenciado João Domingos Leirinha Venâncio as competências para:

a) A comunicação de sujeição a parecer prévio da AMA, às entidades sujeitas ao âmbito de aplicação do referido diploma;

b) A comunicação de não sujeição a parecer prévio da AMA, às entidades sujeitas ao âmbito de aplicação do referido diploma em aquisições iguais ou inferiores a € 75 000,00 (Setenta e cinco mil euros);

c) Solicitar elementos no âmbito da instrução dos processos;

d) A emissão do parecer prévio vinculativo em aquisições de valor igual ou inferior € 75 000,00 (Setenta e cinco mil euros);

3 — O presente despacho produz efeitos reportados a 15 de setembro de 2012, considerando-se ratificados, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos praticados desde 15 de setembro de 2012.

29 de janeiro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo da AMA, I. P., *Engenheiro Paulo Manuel da Conceição Neves*.

206719529

Direção-Geral das Artes**Despacho n.º 2068/2013**

Nos termos e ao abrigo do n.º 4 do artigo 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Determino a cessação de funções, a seu pedido, do licenciado Hugo Filipe Teles Porto, do cargo de Diretor de Serviços de Planeamento, Informação e Recursos Humanos, para o qual fora nomeado em regime de substituição, pelo meu Despacho n.º 8631/2012, de 15 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 28 de junho.

2 — O presente despacho produz efeitos a 01 de fevereiro de 2013.

28 de janeiro de 2013. — O Diretor-Geral, *Samuel Rego*.

206719204

Direção Regional de Cultura do Algarve**Despacho n.º 2069/2013**

Nos termos do n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, designo com efeitos de 1 de janeiro de 2013, para o exercício de funções de secretariado de apoio ao meu gabinete, Alzira Cristina Lopes Custódio Dias, assistente técnico do Mapa de Pessoal da Direção regional de Cultura do Algarve.

29 de janeiro de 2013. — A Diretora Regional, *Dália Paulo*.

206720362

Listagem n.º 3/2013

Listagem dos apoios concedidos pela Direção Regional de Cultura do Algarve a Instituições sem fins lucrativos durante o ano de 2012 em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 26/94, de 19 de agosto.

Apoio à Ação Cultural 2012

Unidade: euros	
Entidade	Montante
Academia de Música de Lagos	1500,00
Amarelarte — Associação Cultural e Recreativa	750,00
Ao Luar Teatro — ideias culturais	2.500,00
Associação de Apoio à Pessoa Excecional do Algarve — APEXA	500,00
Associação Cultural e Desportiva de Ferragudo — ACD	1.000,00
Associação Cultural Sambrasense	700,00
Associação Defesa Reabilitação, Investigação Promoção Património Natural e Cultural Cacela — ADRIP	725,00
Associação Faro 1540	500,00
Associação Grupo dos Amigos de Loulé — Rancho Folclórico Infantil e Juvenil de Loulé	2.500,00
Associação Grupo Coral de Lagos	1.000,00
Associação Grupo Coral Ossónoba	3.000,00
Associação Internacional de Paremiologia	2.900,00
Associação Livre de Fotógrafos do Algarve — ALFA	1.000,00
Associação Movimento Juvenil em Olhão — MOJU	1.500,00
Associação Musical do Algarve	1.660,50
Associação de Pesquisa e Estudo da Oralidade	1.500,00

Unidade: euros	
Entidade	Montante
Associação Recreativa e Cultural de Músicos	4.465,00
Associação Regional de Filarmónicas do Algarve — ARFA	4.500,00
Associação Social e Cultural de Almancil — ASCA	1.000,00
Associação Transfronteiriça de Alcoutim/Sanlúcar — ATAS	4.000,00
Atelier Educativo — Associação para o Desenvolvimento da Educação pela Arte	13.990,00
Bons Ofícios Associação Cultural	2.200,00
Casa da Cultura António Bentes	450,00
Casa do Povo de Alte	1.000,00
Casa do Povo da Conceição	150,00
Cineclubes da Faro	2.400,00
Confederação Musical Portuguesa	1350,00
Fundação da Universidade do Algarve	3.000,00
Plataforma Download — Associação Cultural	1.600,00
Rádio Universitária do Algarve	2.150,00
Sociedade Filarmónica Lacobrigense 1.º de Maio	221,43
Sociedade Filarmónica Silvense	500,00
Sociedade Recreativa Bordeirense	2.500,00
SONAR — Associação cultural/AI-MaSRAH Teatro	6.000,00

29 de janeiro de 2013. — A Diretora Regional, *Dália Paulo*.

206720038

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro

Despacho n.º 2070/2013

A separação da anterior Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças nas Secretarias de Estado do Tesouro e das Finanças obriga à renovação das designações das minhas secretárias pessoais, motoristas e auxiliares. Assim:

1. Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2, 3 do artigo 11 e do artigo 12 do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, são designadas para exercer as funções de secretária pessoal no meu gabinete Teresa Paula de Matos Flor Ribeiro da Cruz Barreira, técnica superior do IAPMEI, e Ana Paula da Silva Jourdan Pereira, assistente técnica dos Serviços Sociais da Administração Pública.

2. Ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2, 3, do artigo 11 e do artigo 12, do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, são designados para exercer as funções de motoristas do meu gabinete João Luís Vieira Mira, assistente operacional da Secretaria - Geral do Ministério das Finanças, e Nuno Miguel Ferreira Salgueiro, assistente operacional da Secretaria - Geral do Ministério da Defesa Nacional.

3. Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2, 3 do artigo 11 e do artigo 12 do Decreto - Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, são designados para exercer as funções de auxiliar no meu gabinete Luísa de Jesus Correia Cardoso, assistente operacional da Direção - Geral do Tesouro e Finanças, e Maria Eugénia André Ribeiro da Silva, assistente operacional da Secretaria - Geral do Ministério das Finanças.

4. Os encargos com a remuneração dos designados nos pontos 2e3do presente despacho, são assegurados pelos respetivos serviços de origem e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro.

5. Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei as notas curriculares dos designados são publicadas em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de outubro de 2012.

Publique-se no Diário da República e promova-se a respectiva publicação na página eletrónica do Governo.

3 de janeiro de 2013. — A Secretária de Estado do Tesouro, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

Nota curricular

Dados biográficos:

Nome — Teresa Paula de Matos Flor Ribeiro da Cruz Barreira
Data de nascimento — 30 de Março de 1967

Habilitações académicas:

1º e 2º ano — curso de Sociologia — FCSH/UNL
3º ano — frequência universitária — curso de Sociologia — ISCTE/IUL

Curso do Instituto Britânico — First Certificate
Curso da Alliance Française de Lisbonne

Formação profissional:

Formação Contínua: Inglês - INOVCAPITAL (2008) Curso de Protocolo Empresarial - IAPMEI (2007) Curso de Winword Avançado - CEGER (2000) Curso de Excel Básico - ICL (1994) Curso de Winword - ICL (1994)

Forum das PME - AIPortuguesa (1994)
As Relações Públicas em Portugal - APRP (1994)
Curso de Comunicação Empresarial - APCE (1993) O Marketing nas PME - IAPMEI (1992)
Seminário “As pessoas em primeiro lugar” - TMI Exodus (1992)
Congresso de “Sociologia em Portugal” - Gulbenkian (1989)

Experiência profissional:

Entre junho e outubro 2012: Secretária Pessoal de S. Exa. a Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças — Ministério das Finanças - no XIX Governo;

De junho 2011 a junho 2012: Apoio técnico no Gabinete de S. Exa. a Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças — Ministério das Finanças - no XIX Governo;

De junho 2011 a junho 2011: Secretária Pessoal de S. Exa. a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - no XIX Governo;

De outubro de 2009 a junho de 2011: Secretária Pessoal de S. Exa. o Secretário de Estado da Administração Pública — Ministério das Finanças e da Administração Pública - no XVIII Governo;

De agosto de 2009 a outubro de 2009: Técnica superior — IAPMEI, I.P.
De agosto de 2007 a agosto de 2009: Secretária do Conselho de Administração da Inovcapital, Sociedade de Capital de Risco, S.A.

De maio de 2003 a agosto de 2007: Secretária do Conselho Diretivo do IAPMEI e da AICEP Portugal;

De abril de 2002 a maio de 2003: Técnica superior do Gabinete de Comunicação do IAPMEI;

De julho de 2001 a abril de 2002: Secretária Pessoal de S. Exa. o Ministro da Economia - no XIV Governo;

De junho de 2000 a julho de 2001: Secretária Pessoal de S. Exa. o Ministro da Economia - no XIV Governo;

De outubro de 1999 a junho de 2000: Secretária Pessoal de S. Exa. o Ministro das Finanças - no XIV Governo;

De agosto de 1991 a outubro de 1999: Técnica superior do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas do IAPMEI — Quadro do IAPMEI;

De março de 1990 a junho de 1991: Assessora da Gerência do Laboratório Clínico Mª Leonor Cruz Oliveira, Lda.

De abril de 1989 a dezembro de 1989: Colaboradora da agência de publicidade BBDO/Antena 3.

Nota curricular

Dados Pessoais:

Nome: Ana Paula da Silva Jourdan Pereira
Nacionalidade: Portuguesa
Data de Nascimento: 25 de julho de 1958

Habilitações Académicas:

1979 — Curso Comercial de Administração e Comércio, Escola Comercial Ferreira Borges Atividade Profissional:

De junho de 2011 a outubro de 2012 — Secretária Pessoal, Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, XIX Governo Constitucional.

2009-2011 — Secretária Pessoal, Gabinete da Secretária de Estado da Igualdade, XVIII Governo Constitucional.
2007-2009 — Secretária Pessoal da Vice-Presidente dos Serviços Sociais da Administração Pública

2004-2007 — Secretária no Posto Médico sendo responsável pela coordenação do posto, Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social.

2003 — Técnica no núcleo de atendimento e relações públicas, Serviços Sociais do Ministério da Segurança Social e Trabalho

2001-2002 — Técnica na área de controlo dos refeitórios, Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e Solidariedade

1997-2001 — Apoio à Diretora nas áreas de Subsídios e Participações, Registo de Beneficiários e Saúde, Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e Solidariedade.

1995-1996 — Técnica no Serviços de controlo das farmácias, Medicina Apoiada, S.A. (Grupo EDP).

CONTA DE GERÊNCIA
Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012

CÓDIGO		DÉBITO	IMPORTÂNCIAS		CÓDIGO	CRÉDITO	IMPORTÂNCIAS	
Capítulo	Curso		PARCIAIS	TOTAIS			PARCIAIS	TOTAIS
		SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR				DESPESAS ORÇAMENTAIS 02 0 03 08 00		
		De dotações orçamentais				DESPESAS CORRENTES - P002 - M036 - F.F. 111		
		Fundo de Maneio 287,39 €			01.01.03 0000	Pessoal dos Quadros Regime Função Pública	567.818,65 €	
					01.01.08 0000	Pessoal aguardando aposentação	610,33 €	
		De Operações de Tesouraria	684,08 €	684,08 €	01.01.09 0000	Pessoal em qualquer outra situação	60.879,61 €	
		De Receitas Próprias			01.01.11 0000	Representação	10.266,12 €	
					01.01.13 0000	Subsídio de Refeição	39.301,08 €	
		Na Posse do Serviço			01.01.14 0000	Subsídio de Férias e de Natal (a)	23.784,63 €	
		Na Posse do Tesouro			01.03.01 A000	Contribuição da Entidade Patronal para a ADSE	10.110,76 €	
					01.03.03 0000	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	1.681,44 €	
		De Descostos em vencimentos e salários			01.03.05 A0A0	Contribuições para CGA	30.070,83 €	
					01.03.05A0B0	Segurança Social	7.674,53 €	
					01.03.10 P000	Outras despesas de segurança social	191,58 €	
						TOTAL da Fonte de Financiamento 111		752.389,56 €
						SALDOS DE RECEITA PRÓPRIA TRANSITADOS		
						DESPESAS CORRENTES - P002 - M036 - F.F. 121		
					01.02.04 0000	Ajudas de Custo	583,79 €	
					02.01.16 0000	Mercadorias para venda	22.216,83 €	
		Receitas do Estado			02.01.21 0000	Outros Bens	755,31 €	
		Sendo			02.02.01 0000	Encargos das instalações	12.963,70 €	
					02.02.09 A000	Acessos à Internet	2.720,82 €	
		Em cofre 0,00 €			02.02.09 C000	Comunicações fixas de voz	3.076,82 €	
		Em depósito 11.643,91 €			02.02.09 D000	Comunicações móveis	343,09 €	
		0,00 €			02.02.12 B000	Seguros	610,50 €	
		11.643,91 €			02.02.13 0000	Deslocações e estadas	1.428,29 €	
					02.02.17 0000	Publicidade	236,75 €	
					02.02.19 C000	Outros	1.410,17 €	
		DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO ESTADO			02.02.20 C000	Outros	21.449,73 €	
					02.02.21 0000	Utilização de infraestruturas de transporte	1.661,99 €	
		Créditos Libertos da 02 0 03 08 00	1.750.355,05 €	1.750.355,05 €	02.02.25 0000	Outros	1.622,09 €	
						DESPESAS DE CAPITAL - P002 - M036 - F.F. 121		
		Créditos Libertos da 02 9 50 39 00	0,00 €	0,00 €	07.01.09 0000	Equipamento Administrativo	7.083,08 €	
					07.03.05 0000	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	235.267,28 €	
						TOTAL da Fonte de Financiamento 121		313.430,24 €
						RECEITA PRÓPRIA DO ANO COM POSSIBILIDADE DE TRANSIÇÃO		
						DESPESAS CORRENTES - P002 - M036 - F.F. 123		
					01.01.10 0000	Gratificações	217,71 €	
					01.01.11 0000	Representação	5.313,82 €	
					01.01.13 0000	Subsídio de Refeição	64,05 €	
					01.02.02 0000	Horas Extraordinárias	1.342,64 €	
					01.02.04 0000	Ajudas de custo	1.807,81 €	
					01.02.05 0000	Abono para falhas	7.301,48 €	
					01.02.12 0000	Indemnizações por cessação de funções	442,18 €	
					01.02.14 0000	Outros abonos em numerário ou espécies	2.013,81 €	
					01.03.01 A000	Contribuição da entidade patronal para a ADSE	5.090,83 €	
					01.03.05A0A0	Caixa Geral de Aposentações	61.139,95 €	
					01.03.05A0B0	Segurança Social	2.734,30 €	
					02.01.02 0000	Combustíveis e lubrificantes	7.074,03 €	
					02.01.04 0000	Limpeza e higiene	307,01 €	
					02.01.08 0000	Material de escritório	1.130,22 €	
					02.01.16 0000	Mercadorias para venda	36.925,60 €	
					02.01.21 0000	Outros bens	3.369,93 €	
					02.02.01 0000	Encargos das instalações	22.827,80 €	
					02.02.02 0000	Limpeza e higiene	25.320,93 €	
					02.02.06 0000	Locação de material de transporte	5.946,14 €	
					02.02.09 A000	Acesso à internet	8.267,14 €	
					02.02.09 B000	Comunicações fixas de dados	201,99 €	
					02.02.09 C000	Comunicações fixas de voz	4.040,86 €	
					02.02.09 D000	Comunicações móveis	2.895,50 €	
					02.02.09 F000	Outros serviços de comunicações	1.571,07 €	
					02.02.10 0000	Transportes	259,41 €	
					02.02.11 0000	Representação dos serviços	1.789,70 €	
					02.02.12 B000	Seguros	604,60 €	
					02.02.13 0000	Deslocações e estadas	627,52 €	
					02.02.15 B000	Outras	2.053,00 €	
					02.02.17 0000	Publicidade	430,57 €	

			02.02.19 A000	Equipamento Informático - Hardware	13.070,88 €	
			02.02.19 B000	Software Informático	8.561,28 €	
			02.02.19 C000	Outros	4.828,41 €	
			02.02.20 C000	Outros	11.865,10 €	
			02.02.21 0000	Utilização de infraestruturas de transporte	1.245,11 €	
			02.02.25 0000	Outros	7.357,87 €	
			04.07.01 0000	Instituições sem Fins Lucrativos	74.671,93 €	
			04.08.02 B000	Famílias	2.705,58 €	
			06.02.01 0000	Impostos e taxas	4.329,74 €	
				DESPESAS DE CAPITAL - P002 - M036 - F.F. 123		
			07.03.05 0000	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	8.201,21 €	
				TOTAL da Fonte de Financiamento 123		349.948,71 €
				FEDER - PO REGIONAL ALGARVE		
				DESPESAS CAPITAL - P002 - M036 - F.F. 218		
			07.03.05 00	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	322.002,67 €	
				TOTAL da Fonte de Financiamento 218		322.002,67 €
				Créditos Libertos não Utilizados		11.643,91 €
				Reposições Abatidas		939,96 €
				Outros Saldos de Fundos		
				Fundo de Maneio	4.853,82 €	
				Entregues ao Tesouro em c/ de Receitas Próprias	1.177.473,06 €	1.177.473,06 €
				FEDER	365.920,64 €	365.920,64 €
				Da presente gerência		
				Importâncias entregues ao Estado ou outras entidades		
				De Saldo de Dotações Orçamentais		
				Fundo de Maneio		
				Receitas do Estado		
				Da gerência anterior		
				Da presente gerência		
				Operações de Tesouraria		
				Da gerência anterior	684,08 €	684,08 €
				Da presente gerência		
				Descontos em Vencimentos e Salários		
				Receitas do Estado		
				Da gerência anterior		
				Da presente gerência	102.043,29 €	102.043,29 €
				Operações de Tesouraria		
				Da presente gerência	74.679,95 €	74.679,95 €
				SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		
				De dotações orçamentais		
				Fundo de Maneio		
				De receitas do Estado		
				De Operações de Tesouraria		
				De Receitas Próprias		
				Na Posse do Serviço		
				Na Posse do Tesouro	558.012,08 €	
				De Descontos em Vencimentos e Salários		
				Receitas do Estado	0,00 €	
				Sendo		
				Em Cofre	0,00 €	
				Em depósito	11.643,91 €	
				Receitas do Estado		
				Da gerência anterior	0,00 €	
				Da presente gerência	0,00 €	
				Operações de Tesouraria		
				Da presente gerência		
			TOTAL			3.471.156,07 €
				TOTAL		3.471.156,07 €

(a) A diferença verificada na rubrica 01.01.14 - Subsídio de Férias e de Natal, no valor de 1.377,44€, entre o processado no SRH e SIC, corresponde a importâncias pagas a 2 Trabalhadoras só através do SIC.

Faro, em 14 de Março de 2013
A Diretora Regional,





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

M/C Direcção Regional de Cultura do Algarve
 Ministério da Cultura ENTRADA
 N.º 283005 Processo: 00.017.001
 Data: 9/9/2011 Ass.: Rly

A ATENÇÃO DE:

Secretaria Geral.....	<input type="checkbox"/>
Direcção Regional da Cultura do Alentejo.....	<input type="checkbox"/>
Direcção Regional da Cultura do Algarve.....	<input checked="" type="checkbox"/>
Direcção Regional da Cultura do Centro.....	<input type="checkbox"/>
Direcção Regional da Cultura de Lisboa e Vale do Tejo.....	<input type="checkbox"/>
Direcção Regional da Cultura do Norte.....	<input type="checkbox"/>
Fundo de Fomento Cultural.....	<input type="checkbox"/>
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.....	<input type="checkbox"/>
Inspeção-Geral das Actividades Culturais.....	<input type="checkbox"/>
Biblioteca Nacional de Portugal.....	<input type="checkbox"/>
Direcção-Geral das Artes.....	<input type="checkbox"/>
Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas.....	<input type="checkbox"/>
Direcção-Geral de Arquivos.....	<input type="checkbox"/>
Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, I.P.	<input type="checkbox"/>
Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.	<input type="checkbox"/>
Instituto de Gestão do Património Architectónico e Architectónico, I.	<input type="checkbox"/>
Instituto dos Museus e Conservação I.P.	<input type="checkbox"/>
Teatro Nacional D. Maria II E.P.E.	<input type="checkbox"/>
Teatro Nacional de S. João E.P.E.	<input type="checkbox"/>
OPART - Organismo de Produção Artística, E.P.E.	<input type="checkbox"/>
Academia Internacional de Cultura Portuguesa	<input type="checkbox"/>
Academia Nacional de Belas Artes	<input type="checkbox"/>
Academia Portuguesa de História	<input type="checkbox"/>
Conselho Nacional de Cultura.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>

Data _____

Ofício Nº **1446 06-09 '11**

Processo 02.23 /01.03.08 (SIADAP)

URGENTE.....

MUITO URGENTE.....

PRIORIDADE SOBRE TODOS OS ASSUNTOS.....

PARA:

CONHECIMENTO.....

RESOLUÇÃO.....

EXECUÇÃO DO DESPACHO.....

INFORMAÇÃO A ENVIAR AO GABINETE...

PARECER.....

PUBLICAÇÃO NO D.R.

PARA OS DEVIDOS EFEITOS.....

.....

.....

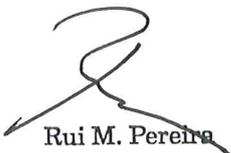
ASSUNTO:

MAPA DE PESSOAL DA DRCALGARVE, PARA O ANO DE 2012

ANEXO(S):

DESPACHO E MAPA

Na resposta, indicar as referências deste documento, nomeadamente número e data


 Rui M. Pereira
 Chefe do Gabinete



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

Assunto: Despacho anexo ao mapa de pessoal da Direcção Regional da Cultura do Algarve, para 2012

DESPACHO

Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aprovo o mapa de pessoal da Direcção Regional da Cultura do Algarve, para o ano de 2012.

Lisboa, 6 de Setembro de 2011

O Secretário de Estado da Cultura

Francisco José Viegas



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria de Estado da Cultura
Direcção Regional de Cultura do Algarve

Mapa de Pessoal proposto para 2012 - Artigo 5º LVCR

Atribuições/competências/sactividades	Unidade orgânica	Cargos/carreiras/categorias										Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	OBS (a); (b)	
		Director-Regional	Director de serviços (1)	Chefe de divisão (1)	Técnico superior	Coordenador técnico	Assistente técnico	Assistente operacional							
Decreto-Regulamentar nº 34/2007, 29/3	-	1												1	
	-										1			1	
	Subtotal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1			3	
Portaria nº 373/2007, 30/3	Direcção de Serviços dos Bens Culturais		1				1							1	
							1							1	
							1							1	
							2							2	
							1							1	
							1							1	
							1							1	
							6				2			9	
	Subtotal	0	1	0	0	0	6	0	0	0	2	0		9	
Portaria nº 395/2007, de 30/3	Divisão de Promoção e Dinamização Cultural			1										1	
							1							1	
							1							1	
							2							2	
							1							1	
							1							1	
							5	0	0	0	0	0		6	
	Subtotal	0	0	1	0	1	5	0	0	0	0	0		6	
Portaria nº 395/2007, de 30/3	Divisão de Administração de Recursos			1										1	
							1							1	
							1							1	
							1		2					2	
							4							4	
							14							14	
							8							8	
							3							3	
							11							11	
							12							12	
	Subtotal	0	0	1	2	2	13	2	2	2	18	11		34	
	Total	1	1	2	13	2	21	2	2	21	12			52	

(1) identificar diploma legal que criou o cargo
(a) - mencionar número de postos de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo determinado
(b) - mencionar número de postos de trabalho a tempo parcial

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

2012

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 60280000

Ministério: Presidência do Concelho de Ministros

Serviço / Entidade: Direção Regional de Cultura do Algarve

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO (Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro de 2012	<u>44</u>
Em 31 de Dezembro de 2012	<u>41</u>

Nota: Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2012 indicar o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2012 na folha "Critério"

Contato(s) do(s) responsável(eis) pelo preenchimento

Nome Sandro Valente

....

Tel: 289896070

E-mail: geral@cultalg.pt

Data 28-03-2013

BALANÇO SOCIAL 2012

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS

[Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género](#)

[Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género](#)

[Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género](#)

[Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género](#)

[Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género](#)

[Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género](#)

[Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação](#)

[Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento](#)

[Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género](#)

[Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género](#)

[Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho \(PNT\) e género](#)

[Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género](#)

[Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo o género](#)

[Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género](#)

[Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação](#)

CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

[Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género](#)

[Quadro 18: Total dos encargos com pessoal durante o ano](#)

[Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios](#)

[Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais](#)

[Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais](#)

CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

[Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, por género](#)

[Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho](#)

[Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos](#)

[Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano](#)

[Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo](#)

[Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional](#)

[Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho](#)

[Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais](#)

CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Quadro 27: Contagem das acções de formação profissional realizadas durante o ano por tipo de acção, segundo a duração](#)

[Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano por grupo / cargo / carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo / cargo / carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 30: Despesas anuais com formação](#)

CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

[Quadro 31: Relações profissionais](#)

[Quadro 32: Disciplina](#)

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LVCR		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL				
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F					
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																									0	0	0		
Dirigente superior de 1º grau a)																		1								0	1	1	
Dirigente superior de 2º grau a)																										0	0	0	
Dirigente Intermédio de 1º grau a)																										1	0	1	
Dirigente Intermédio de 2º grau a)																											0	1	1
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0	0	0
Técnico Superior										4	6															4	6	10	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo										7	11															7	11	18	
Assistente operacional, operário, auxiliar										7	3															7	3	10	
Aprendizes e praticantes																											0	0	0
Informático																											0	0	0
Magistrado																											0	0	0
Diplomata																											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																											0	0	0
Pessoal de Inspeção																											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																											0	0	0
Docente Ensino Universitário																											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0	0	0
Médico																											0	0	0
Enfermeiro																											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0	0	0
Técnico Superior de Saúde																											0	0	0
Chefe Tributária																											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																											0	0	0
Pessoal Aduaneiro																											0	0	0
Conservador e Notário																											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0	0	0
Oficial de Justiça																											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																											0	0	0
Polícia Judiciária																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																											0	0	0
Guarda Prisional																											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																											0	0	0
Bombeiro																											0	0	0
Polícia Municipal																											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	20	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	19	22	41	

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)										1																	0	1	1
Dirigente superior de 2º grau a)																											0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																		1									1	0	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)																				1							0	1	1
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0	0	0
Técnico Superior								1		1		1				2		2		3							4	6	10
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo								1		2	1	1	5	1	2	1	2	2									7	11	18
Assistente operacional, operário, auxiliar								1		3				1	1	1	2	1									7	3	10
Aprendizes e praticantes																											0	0	0
Informático																											0	0	0
Magistrado																											0	0	0
Diplomata																											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																											0	0	0
Pessoal de Inspeção																											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																											0	0	0
Docente Ensino Universitário																											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0	0	0
Médico																											0	0	0
Enfermeiro																											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0	0	0
Técnico Superior de Saúde																											0	0	0
Chefia Tributária																											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																											0	0	0
Pessoal Aduaneiro																											0	0	0
Conservador e Notário																											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0	0	0
Oficial de Justiça																											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																											0	0	0
Polícia Judiciária																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																											0	0	0
Guarda Prisional																											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																											0	0	0
Bombeiro																											0	0	0
Polícia Municipal																											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	3	0	5	3	1	6	2	3	0	4	5	5	3	1	0	0	0	0	19	22	41	

Prestações de Serviços	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Tarefa																											0	0	0	
Avença																												0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado na carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro?

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																			0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)						1													0	1	1
Dirigente superior de 2º grau a)																			0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)															1				1	0	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)																	1		0	1	1
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																			0	0	0
Técnico Superior					1	1		1				2	1	1	2	1			4	6	10
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			1		5	8		1		1	1					1			7	11	18
Assistente operacional, operário, auxiliar					6	2				1			1						7	3	10
Aprendizes e praticantes																			0	0	0
Informático																			0	0	0
Magistrado																			0	0	0
Diplomata																			0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																			0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																			0	0	0
Pessoal de Inspeção																			0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0
Docente Ensino Universitário																			0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																			0	0	0
Educ. infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0
Médico																			0	0	0
Enfermeiro																			0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0
Técnico Superior de Saúde																			0	0	0
Chefia Tributária																			0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0
Conservador e Notário																			0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0
Oficial de Justiça																			0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																			0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																			0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																			0	0	0
Polícia Judiciária																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																			0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																			0	0	0
Guarda Prisional																			0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0
Bombeiro																			0	0	0
Polícia Municipal																			0	0	0
Total	0	0	1	0	12	12	0	2	0	2	1	2	2	1	3	2	0	1	19	22	41

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																						0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																		1				0	1	1
Dirigente superior de 2º grau a)																						0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																		1				1	0	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)																1						0	1	1
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																						0	0	0
Técnico Superior															4	6						4	6	10
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo								3	1			4	10									7	11	18
Assistente operacional, operário, auxiliar			1		1	1	1	2	1	1		1	1									7	3	10
Aprendizes e praticantes																						0	0	0
Informático																						0	0	0
Magistrado																						0	0	0
Diplomata																						0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																						0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																						0	0	0
Pessoal de Inspeção																						0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																						0	0	0
Docente Ensino Universitário																						0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																						0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																						0	0	0
Médico																						0	0	0
Enfermeiro																						0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																						0	0	0
Técnico Superior de Saúde																						0	0	0
Chefia Tributária																						0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																						0	0	0
Pessoal Aduaneiro																						0	0	0
Conservador e Notário																						0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																						0	0	0
Oficial de Justiça																						0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																						0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																						0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																						0	0	0
Polícia Judiciária																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																						0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombeiro																						0	0	0
Polícia Municipal																						0	0	0
Total	0	0	1	0	1	1	6	2	1	0	5	11	0	0	4	7	1	1	0	0	19	22	41	

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Tarefa																						0	0	0
Avença																						0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

NOTAS:
 Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lets nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado na carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente Intermédio de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente Intermédio de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior							0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar							0	0	0
Aprendizes e praticantes							0	0	0
Informático							0	0	0
Magistrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Docente Ensino Universitário							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Técnico Superior de Saúde							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avença							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 16 de Maio);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Grupo/cargo/carreira	menor que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																										0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																											0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																											0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																											0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																											0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0	0	0
Técnico Superior																											0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																											0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar																											0	0	0
Aprendizes e praticantes																											0	0	0
Informático																											0	0	0
Magistrado																											0	0	0
Diplomata																											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																											0	0	0
Pessoal de Inspeção																											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																											0	0	0
Docente Ensino Universitário																											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0	0	0
Médico																											0	0	0
Enfermeiro																											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0	0	0
Técnico Superior de Saúde																											0	0	0
Chefia Tributária																											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																											0	0	0
Pessoal Aduaneiro																											0	0	0
Conservador e Notário																											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0	0	0
Oficial de Justiça																											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																											0	0	0
Polícia Judiciária																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																											0	0	0
Guarda Prisional																											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																											0	0	0
Bombeiro																											0	0	0
Polícia Municipal																											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços	menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Tarefa																											0	0	0	
Avença																												0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

NOTAS:

Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado na carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade interna		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)															0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)															0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)															0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior							1								0	1	1
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							1								0	1	1
Assistente operacional, operário, auxiliar															0	0	0
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático															0	0	0
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)															0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)															0	0	0
Forças Armadas - Praça b)															0	0	0
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

Notas:

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;

* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsa		Mobilidade interna		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																								0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																								0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																								0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																			1					1	0	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)																				1				0	1	1
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																								0	0	0
Técnico Superior																								0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																								0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar																								0	0	0
Aprendizes e praticantes																								0	0	0
Informático																								0	0	0
Magistrado																								0	0	0
Diplomata																								0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																								0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																								0	0	0
Pessoal de Inspeção																								0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																								0	0	0
Docente Ensino Universitário																								0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																								0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																								0	0	0
Médico																								0	0	0
Enfermeiro																								0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																								0	0	0
Técnico Superior de Saúde																								0	0	0
Chefia Tributária																								0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																								0	0	0
Pessoal Aduaneiro																								0	0	0
Conservador e Notário																								0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																								0	0	0
Oficial de Justiça																								0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																								0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																								0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																								0	0	0
Polícia Judiciária																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																								0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																								0	0	0
Guarda Prisional																								0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																								0	0	0
Bombeiro																								0	0	0
Polícia Municipal																								0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	2

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 10º da LVCR e em Comissão de Serviço;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento extinção do posto de trabalho por		Mobilidade interna		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																															0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																															0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																															0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																															0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																															0	0	0
Técnico Superior																															0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo										1																					0	2	2
Assistente operacional, operário, auxiliar						1																									0	1	1
Aprendizes e praticantes																															0	0	0
Informático																															0	0	0
Magistrado																															0	0	0
Diplomata																															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																															0	0	0
Pessoal de Inspeção																															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																															0	0	0
Docente Ensino Universitário																															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																															0	0	0
Médico																															0	0	0
Enfermeiro																															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																															0	0	0
Técnico Superior de Saúde																															0	0	0
Chefia Tributária																															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																															0	0	0
Pessoal Aduaneiro																															0	0	0
Conservador e Notário																															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																															0	0	0
Oficial de Justiça																															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																															0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																															0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																															0	0	0
Polícia Judiciária																															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																															0	0	0
Guarda Prisional																															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																															0	0	0
Bombeiro																															0	0	0
Polícia Municipal																															0	0	0
Total	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	3

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente Intermédio de 1º grau a)						0
Dirigente Intermédio de 2º grau a)						0
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior					1	1
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	2				2	4
Assistente operacional, operário, auxiliar	1					1
Aprendizes e praticantes						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial b)						0
Forças Armadas - Sargento b)						0
Forças Armadas - Praça b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
Total	3	0	0	0	3	6

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro)
b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Defesa);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0	0	0
Técnico Superior											0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo											0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar											0	0	0
Aprendizes e praticantes											0	0	0
Informático											0	0	0
Magistrado											0	0	0
Diplomata											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional											0	0	0
Pessoal de Inspeção											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica											0	0	0
Docente Ensino Universitário											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0	0	0
Médico											0	0	0
Enfermeiro											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0	0	0
Técnico Superior de Saúde											0	0	0
Chefia Tributária											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária											0	0	0
Pessoal Aduaneiro											0	0	0
Conservador e Notário											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado											0	0	0
Oficial de Justiça											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)											0	0	0
Polícia Judiciária											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0	0	0
Guarda Prisional											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)											0	0	0
Bombeiro											0	0	0
Polícia Municipal											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 46º, 47º e 48º da Lei 12-A/2008;

(3) - Artigo 64º da Lei 12-A/2008;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado na carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico		Isenção de horário		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)														1	0	1	1	
Dirigente superior de 2º grau a)															0	0	0	
Dirigente intermédio de 1º grau a)													1		1	0	1	
Dirigente intermédio de 2º grau a)														1	0	1	1	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0	
Técnico Superior	4	6													4	6	10	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	1	3							5	7				1	7	11	18	
Assistente operacional, operário, auxiliar	1	2							6			1			7	3	10	
Aprendizes e praticantes															0	0	0	
Informático															0	0	0	
Magistrado															0	0	0	
Diplomata															0	0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo															0	0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional															0	0	0	
Pessoal de Inspeção															0	0	0	
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0	
Docente Ensino Universitário															0	0	0	
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0	
Médico															0	0	0	
Enfermeiro															0	0	0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0	
Técnico Superior de Saúde															0	0	0	
Chefia Tributária															0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0	
Pessoal Aduaneiro															0	0	0	
Conservador e Notário															0	0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0	
Oficial de Justiça															0	0	0	
Forças Armadas - Oficial b)															0	0	0	
Forças Armadas - Sargento b)															0	0	0	
Forças Armadas - Praça b)															0	0	0	
Polícia Judiciária															0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0	
Guarda Prisional															0	0	0	
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0	
Bombeiro															0	0	0	
Polícia Municipal															0	0	0	
Total	6	11	0	0	0	0	0	0	0	11	7	0	1	2	3	19	22	41

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo														PNT inferior ao praticado a tempo completo														TOTAL		
	células abertas para indicar nº horas/semana														Semana de 4 dias (D.L. 325/99)		Regime especial (D.L. 324/99)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		M	F	Total				
															28 horas		17 h 30'		24												
	35 horas		42 horas																												
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F													
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																		0	0	0											
Dirigente superior de 1º grau a)		1																0	1	1											
Dirigente superior de 2º grau a)																		0	0	0											
Dirigente intermédio de 1º grau a)	1																	1	0	1											
Dirigente intermédio de 2º grau a)		1																0	1	1											
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																		0	0	0											
Técnico Superior	4	6																4	6	10											
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	7	11																7	11	18											
Assistente operacional, operário, auxiliar	1	2										6	1					7	3	10											
Aprendizes e praticantes																		0	0	0											
Informático																		0	0	0											
Magistrado																		0	0	0											
Diplomata																		0	0	0											
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																		0	0	0											
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																		0	0	0											
Pessoal de Inspeção																		0	0	0											
Pessoal de Investigação Científica																		0	0	0											
Docente Ensino Universitário																		0	0	0											
Docente Ensino Superior Politécnico																		0	0	0											
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																		0	0	0											
Médico																		0	0	0											
Enfermeiro																		0	0	0											
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																		0	0	0											
Técnico Superior de Saúde																		0	0	0											
Chefia Tributária																		0	0	0											
Pessoal de Administração Tributária																		0	0	0											
Pessoal Aduaneiro																		0	0	0											
Conservador e Notário																		0	0	0											
Oficial dos Registos e do Notariado																		0	0	0											
Oficial de Justiça																		0	0	0											
Forças Armadas - Oficial b)																		0	0	0											
Forças Armadas - Sargento b)																		0	0	0											
Forças Armadas - Praça b)																		0	0	0											
Policia Judiciária																		0	0	0											
Policia de Segurança Pública - Oficial																		0	0	0											
Policia de Segurança Pública - Chefe de Policia																		0	0	0											
Policia de Segurança Pública - Agente																		0	0	0											
Guarda Nacional Republicana - Oficial																		0	0	0											
Guarda Nacional Republicana - Sargento																		0	0	0											
Guarda Nacional Republicana - Guarda																		0	0	0											
Serviço Estrangeiros Fronteiras																		0	0	0											
Guarda Prisional																		0	0	0											
Outro Pessoal de Segurança c)																		0	0	0											
Bombeiro																		0	0	0											
Policia Municipal																		0	0	0											
Total	13	21	0	6	1	0	0	0	0	19	22	41																			

NOTAS:
 Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.
 Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam;
 PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;
 (*) - Trabalho a tempo parcial (artº 142º da Lei nº 59/2008) ou regime especial (art.º 12º do DL nº259/98); indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;
 Quando existirem mais do que 3 horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lets nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho extraordinário	Trabalho extraordinário diurno		Trabalho extraordinário nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos												0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)												0:00	0:00	0:00
Técnico Superior		1:00				48:00	10:00	4:00				0:00	63:00	63:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					7:00	21:00	70:00					77:00	21:00	98:00
Assistente operacional, operário, auxiliar	188:00						0:30					188:30	0:00	188:30
Aprendizes e praticantes												0:00	0:00	0:00
Informático												0:00	0:00	0:00
Magistrado												0:00	0:00	0:00
Diplomata												0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo												0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica												0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário												0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico												0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário												0:00	0:00	0:00
Médico												0:00	0:00	0:00
Enfermeiro												0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica												0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde												0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária												0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro												0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário												0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado												0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)												0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda												0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras												0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional												0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)												0:00	0:00	0:00
Bombeiro												0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal												0:00	0:00	0:00
Total	188:00	1:00	0:00	0:00	7:00	69:00	70:30	10:00	0:00	4:00	265:30	84:00	349:30	

NOTAS:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho extraordinário diurno e nocturno só contempla o trabalho extraordinário efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho extraordinário em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno extraordinário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar					0:00	0:00	0:00
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

NOTAS:

Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna "trabalho nocturno extraordinário" neste quadro deve-se considerar o

trabalho extraordinário efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIE

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Proteção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																													0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 1º grau a)																25,0												2,0	0,0	27,0	27,0
Dirigente superior de 2º grau a)																													0,0	0,0	0,0
Dirigente intermédio de 1º grau a)					3,0		0,5				9,0				41,0														53,5	0,0	53,5
Dirigente intermédio de 2º grau a)											1,0					34,0												11,5	0,0	46,5	46,5
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																												0,0	0,0	0,0	
Técnico Superior					5,0		2,0	182,5				27,0			108,5	179,5									16,0	38,5		432,5	564,0	564,0	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	15,0		1,0	1,0			270,0	103,5							164,5	378,0				12,0					117,5	78,0		580,0	573,5	1.153,5	
Assistente operacional, operário, auxiliar				12,0	3,0		4,0	64,5					1,5	182,0	76,5										27,5	375,0		216,5	531,5	748,0	
Aprendizes e praticantes																												0,0	0,0	0,0	
Informático																												0,0	0,0	0,0	
Magistrado																												0,0	0,0	0,0	
Diplomata																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal dos Serviços Externos do ANE - administrativo																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal dos Serviços Externos do ANE - operacional																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal de Inspeção																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal de Investigação Científica																												0,0	0,0	0,0	
Docente Ensino Universitário																												0,0	0,0	0,0	
Docente Ensino Superior Politécnico																												0,0	0,0	0,0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0,0	0,0	0,0	
Médico																												0,0	0,0	0,0	
Enfermeiro																												0,0	0,0	0,0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0,0	0,0	0,0	
Técnico Superior de Saúde																												0,0	0,0	0,0	
Chefia Tributária																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal de Administração Tributária																												0,0	0,0	0,0	
Pessoal Aduaneiro																												0,0	0,0	0,0	
Conservador e Notário																												0,0	0,0	0,0	
Oficial dos Registos e do Notariado																												0,0	0,0	0,0	
Oficial de Justiça																												0,0	0,0	0,0	
Forças Armadas - Oficial b)																												0,0	0,0	0,0	
Forças Armadas - Sargento b)																												0,0	0,0	0,0	
Forças Armadas - Praça b)																												0,0	0,0	0,0	
Polícia Judiciária																												0,0	0,0	0,0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial																												0,0	0,0	0,0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																												0,0	0,0	0,0	
Polícia de Segurança Pública - Agente																												0,0	0,0	0,0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial																												0,0	0,0	0,0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento																												0,0	0,0	0,0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda																												0,0	0,0	0,0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras																												0,0	0,0	0,0	
Guarda Prisional																												0,0	0,0	0,0	
Outro Pessoal de Segurança c)																												0,0	0,0	0,0	
Bombeiro																												0,0	0,0	0,0	
Polícia Municipal																												0,0	0,0	0,0	
Total	15,0	0,0	1,0	13,0	11,0	0,0	276,5	351,5	0,0	0,0	9,0	27,0	0,0	1,5	496,0	693,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,0	20,0	0,0	0,0	161,0	505,0	981,5	1.611,0	2.592,5		

NOTAS:

Considerar o total de dias completos de ausência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
11-02-2012	Adm.Pública-Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve. 604_OUTRAS REIVINDICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	3	7:00	
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	3	7:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho [Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
22-03-2012	Greve Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve. 108_OUTRAS REIVINDICAÇÕES SALARIAIS
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	5	7:00	
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros	5	7:00	
Total	10	14:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho [Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
22-06-2012	Adm.Pública-Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve. 108_OUTRAS REIVINDICAÇÕES SALARIAIS
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros	2		
Total	2	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho [Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
29-09-2012	Adm.Pública-Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve. 108_OUTRAS REIVINDICAÇÕES SALARIAIS
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	1		
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros	4		
Total	5	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho [Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
14-11-2013	Greve Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve. 108_OUTRAS REIVINDICAÇÕES SALARIAIS
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	7	7:00	
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros	5	7:00	
Total	12	14:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho [Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Mês de referência: Dezembro

(Indicar o N° de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €	6	1	7
501-1000 €	6	11	17
1001-1250 €	2	2	4
1251-1500 €	1	2	3
1501-1750 €		1	1
1751-2000€			0
2001-2250 €		2	2
2251-2500 €			0
2501-2750 €	3	1	4
2751-3000 €		1	1
3001-3250 €	1		1
3251-3500 €			0
3501-3750 €			0
3751-4000 €			0
4001-4250 €		1	1
4251-4500 €			0
4501-4750 €			0
4751-5000 €			0
5001-5250 €			0
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €			0
Total	19	22	41

NOTAS:

i) Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;

ii) O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género

iii) Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.

iv) Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;

B - Remunerações máximas e mínimas

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	466,16 €	270,72 €
Máxima (€)	3.020,71 €	4.060,88 €

NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima.

Quadro 18: Total dos encargos com pessoal durante o ano

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	653.094,00 €
Suplementos remuneratórios	29.290,00 €
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais	41.315,00 €
Benefícios sociais	0,00 €
Outros encargos com pessoal	116.822,00 €
Total	840.521,00 €

Nota:

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)	1.343,00 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	1.541,57 €
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	7.301,00 €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	2.392,00 €
Representação	15.580,00 €
Secretariado	218,00 €
Outros suplementos remuneratórios	914,43 €
Total	29.290,00 €

Nota:

(*) - se não incluído em trabalho extraordinário (diurno e nocturno).

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	192,00 €
Abono de família	1.681,00 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	39.442,00 €
Outras prestações sociais	
Total	41.315,00 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	
Total	0,00 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho					In itinere						
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	0						0					
	F	1	1					0					
Nº de acidentes de trabalho (AT) <u>com baixa</u> ocorridos no ano de referência	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0						0					
	F	0						0					

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais

no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	0
- absoluta	
- parcial	
- absoluta para o trabalho habitual	
Casos de incapacidade temporária e absoluta	
Casos de incapacidade temporária e parcial	
Total	0

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

Nota:

(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	0	0,00 €
Exames de admissão		
Exames periódicos		
Exames ocasionais e complementares		
Exames de cessação de funções		
Despesas com a medicina no trabalho		
Visitas aos postos de trabalho		

Nota:

Incluir nas despesas com medicina no trabalho as relativas a medicamentos e vencimentos de pessoal afecto.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	
Visitas aos locais de trabalho	
Outras	

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	
Equipamento de protecção (b)	
Formação em prevenção de riscos (c)	
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	

Nota:

(a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho

(b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos

(c) Encargos na formação, informação e consulta

(d) Inclui os custos com a identificação, avaliação e controlo dos factores de risco.

QUADRO 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	16	0			16
Externas	26	3	1		30
Total	42	3	1	0	46

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- acção interna, organizada pela entidade;
- acção externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

QUADRO 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0	
Dirigente superior de 1º grau a)		1	1	1
Dirigente superior de 2º grau a)			0	
Dirigente intermédio de 1º grau a)	1		1	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)	1	6	7	2
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0	
Técnico Superior	11	8	19	10
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	3	12	15	8
Assistente operacional, operário, auxiliar		3	3	3
Aprendizes e praticantes			0	
Informático			0	
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Pessoal de Investigação Científica			0	
Docente Ensino Universitário			0	
Docente Ensino Superior Politécnico			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	
Técnico Superior de Saúde			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	

Oficial de Justiça			0	
Forças Armadas - Oficial b)			0	
Forças Armadas - Sargento b)			0	
Forças Armadas - Praça b)			0	
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0	
Polícia de Segurança Pública - Agente			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Polícia Municipal			0	
Total	16	30	46	25
Totais devem ser iguais aos do Q. 27				

Notas:

(*) - N.º de participações = n.º

(**) - Considerar o total de trabalhadores

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

QUADRO 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dispendidas	Horas	Horas dispendidas em acções internas	Horas dispendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos				0:00
Dirigente superior de 1º grau a)				0:00
Dirigente superior de 2º grau a)			81:00	81:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)		18:00		18:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)		18:00	99:00	117:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)				0:00
Técnico Superior		159:00	143:00	302:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		9:00	216:30	225:30
Assistente operacional, operário, auxiliar		0:00	75:00	75:00
Aprendizes e praticantes				0:00
Informático				0:00
Magistrado				0:00
Diplomata				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional				0:00
Pessoal de Inspeção				0:00

Pessoal de Investigação Científica			0:00
Docente Ensino Universitário			0:00
Docente Ensino Superior Politécnico			0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0:00
Médico			0:00
Enfermeiro			0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0:00
Técnico Superior de Saúde			0:00
Chefia Tributária			0:00
Pessoal de Administração Tributária			0:00
Pessoal Aduaneiro			0:00
Conservador e Notário			0:00
Oficial dos Registos e do Notariado			0:00
Oficial de Justiça			0:00
Forças Armadas - Oficial b)			0:00
Forças Armadas - Sargento b)			0:00
Forças Armadas - Praça b)			0:00
Polícia Judiciária			0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente			0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0:00
Guarda Prisional			0:00
Outro Pessoal de Segurança c)			0:00
Bombeiro			0:00
Polícia Municipal			0:00

Notas:

Considerar as horas dispendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n° 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei n° 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

QUADRO 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	1.827,07 €
Despesa com acções externas	1.761,08 €
Total	3.588,15 €

Notas:

Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	14
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	
Processos transitados para o ano seguinte	
Processos decididos - total:	2
* Arquivados	
* Repreensão escrita	2
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão(1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador(2)	
* Cessação da comissão de serviço	

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas

RELATÓRIO DE GESTÃO COMERCIAL

2012

ESPAÇOS COMERCIAIS AFECTOS À DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

Raquel Roxo
Técnica superior

Índice

1.	Nota Introdutória	3
2.	Fortaleza de Sagres	6
2.1	Distribuição anual e mensal de receita de loja	6
2.2	Relação entre distribuição de visitantes e receita de loja	7
2.3	Representatividade e consumo per capita	8
2.4	Variação (2010/2011)	9
2.5	Vendas por famílias de produtos	10
2.6	Vendas por fornecedor	11
2.7	Top de Vendas	15
3.	Ermida de N^a Senhora de Guadalupe	17
3.1	Distribuição anual e mensal de receita de loja	17
3.2	Relação entre distribuição de visitantes e receita de loja	18
3.3	Representatividade e <i>consumo per capita</i>	19
3.4	Variação (2010/2011)	20
3.5	Vendas por famílias	21
3.6	Vendas por fornecedor	21
3.7	Top de Vendas	23
4.	Monumentos Megalíticos de Alcalar	24
4.1	Distribuição anual e mensal de receita de loja	24
4.2	Relação entre distribuição de visitantes e receita de loja	25
4.3	Variação (2010/2011).....	25
5.	Villa Romana de Milreu	26
5.1	Distribuição anual e mensal de receita de loja	26
5.2	Relação entre distribuição de visitantes e receita de loja	26
5.3	Representatividade e <i>consumo per capita</i>	27
5.4	Variação (2010/2011).....	28
5.5	Vendas por famílias de produtos	28
5.6	Vendas por fornecedor	29
5.7	Top de Vendas	30
6.	Considerações finais	31

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Este relatório pretende fazer uma análise dos resultados obtidos nas lojas da Direcção Regional de Cultura do Algarve no ano de 2012. Apresenta-se uma análise comparativa das receitas realizadas nas lojas dos monumentos afectos à Direcção Regional da Cultura do Algarve:

- Fortaleza de Sagres
- Ermida de N^a Sr^a de Guadalupe
- Monumentos Megalíticos de Alcalar
- Villa Romana de Milreu

Irão ser apresentados relatórios de venda mensal de cada loja, considerando o intervalo de tempo de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012. Este relatório de gestão comercial é referente apenas aos espaços de loja dos monumentos e não às receitas de bilheteira, embora os dados relativos á bilheteira (visitantes e receita de loja) sejam pertinentes de forma a retirar alguns indicadores importantes como a representatividade da loja ou o *consumo per capita*.

Para cada monumento irá ser apresentada uma análise dos seguintes indicadores:

- Distribuição anual e mensal de receita de loja considerando anos anteriores
- Relação entre a distribuição de visitantes e receitas de loja
- Representatividade da loja e consumo per capita
- Variação de receita por mês em relação ao ano de 2011
- Vendas por famílias
- Vendas por fornecedor
- Top de vendas – os 10 ou 20 produtos mais vendidos

Será apresentada uma análise comparativa com dados referentes aos anos anteriores, neste caso, desde 2007, ano em que os monumentos passaram a ser tutelados pela Direção Regional de Cultura do Algarve.

Para a Ermida de Guadalupe, só será possível uma análise comparativa a partir de Abril de 2008, pois a loja deste monumento só deu início de actividade nessa altura, com a abertura e inauguração da Casa Rural de Guadalupe.

A partir de Março de 2012 a gestão dos Monumentos Megalíticos de Alcalar passou a ser partilhada com o Museu Municipal de Portimão através da celebração de um protocolo. Os dados constantes neste relatório dizem apenas respeito aos dois primeiros meses do ano (janeiro e fevereiro), não sendo possível determinar os mesmos indicadores e resultados que os restantes espaços comerciais.

Na Villa Romana de Milreu, somente a partir de Dezembro de 2008, data de implementação do novo programa informático de gestão comercial, passou a ser possível aferir todos os dados de entradas de visitantes e de receita de loja, através do monumento Fortaleza de Sagres.

Deve ser tido em consideração a especificidade de cada espaço comercial, pois enquanto a Fortaleza de Sagres dispõe de uma loja de dimensão razoável, as lojas dos outros monumentos estão confinadas a um espaço muito reduzido sendo integradas no espaço da recepção/bilheteira.

Também deve ser considerado o volume de visitantes que a Fortaleza de Sagres possui, que é exponencialmente superior ao dos restantes monumentos, o que se reflecte paralelamente nas vendas provenientes das várias lojas.

Apesar de existir um conjunto razoável de produtos consignados nas lojas de todos os monumentos, continua a existir uma grande carência de artigos de divulgação dos monumentos Ermida de N^a Sra de Guadalupe e Villa Romana de Milreu.

No ano de 2012 procedeu-se à aquisição de merchandising próprio para o monumento Fortaleza de Sagres. Utilizando alguns elementos gráficos associados à nova identidade visual desenvolvida para o Promontório de Sagres a empresa Afterway desenvolveu um conjunto de artigos -T-shirts, corta ventos, lápis, canetas, borrachas, blocos, canecas e crachás- que se disponibilizaram para venda na loja da Fortaleza de Sagres em finais de Agosto.

Actualmente são em número de 40 os fornecedores que disponibilizam produtos para venda nas lojas da DRCAlg, sendo que a grande maioria (35) trabalha em regime de consignação. Nas tabelas onde se apresentam as vendas por fornecedor optou-se por considerar o “Igespar” e a DRCAlg fornecedores para se poder aferir a proveniência de muitas das publicações e artigos à venda nos monumentos; ou seja para se poder avaliar a representatividade de vendas dos artigos.

2. FORTALEZA DE SAGRES

2.1. Distribuição anual e mensal de receita de loja

A tabela seguinte apresenta a distribuição anual e mensal de receita arrecadada nas lojas da Fortaleza de Sagres, desde 2007 até 2012.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
2007	2.409,72	3.481,20	4.132,29	7.483,13	4.171,75	5.537,16	8.288,13	13.218,85	6.693,22	5.240,86	2.650,71	1.697,94	65.004,96
2008	1.697,91	2.413,81	4.095,90	3.922,67	5.679,85	5.456,17	15.632,89	25.004,99	11.786,58	7.754,62	4.220,29	3.468,78	91.134,46
2009	3372,59	4177,74	5099,17	7607,16	7481,53	7812,07	12697,87	17115,52	15450,60	12052,55	4861,30	5894,77	103.622,87
2010	4.872,06	5698,12	7722,96	8046,27	10398,41	11514,61	19517,35	25731,35	16679,08	10452,80	4006,09	3821,13	128.460,23
2011	3.883,01	3.317,47	6.245,69	7.404,12	6.971,43	9.340,70	14.105,56	18.532,57	11.167,56	7.131,46	3.102,93	3.069,30	94.271,80
2012	2396,26	2644,63	3725,60	7144,28	6487,90	8863,89	14190,80	19392,78	11565,50	10930,20	4652,94	2806,46	94801,24

Tabela FS/01- Receitas de loja 2007- 2012

Antecedentes:

Verifica-se que em 2007 o total de receitas de loja corresponde ao montante mais baixo do período considerado. Em 2008 verificou-se uma subida considerável, na ordem dos 40% comparativamente ao ano anterior, essencialmente a partir de Maio, em grande parte devido à reestruturação da loja, no que diz respeito à renovação dos produtos de *merchandising*. O ano de 2009 apresentou também valores muito positivos, com um aumento na ordem dos 13,70% e o ano de 2010 apresentou valores muito aproximados ao ano de 2002, com um volume de vendas a ultrapassar os 128.000,00€ - variação positiva de 23,96 €

A partir de Outubro de 2010 verifica-se uma diminuição no volume de receitas mensal comparativamente ao período homólogo anterior. Em 2011 pode-se constatar que esta tendência se mantém, ou seja verifica-se uma diminuição bastante significativa de receita arrecadada, com

quebras de receita em todos os meses. De realçar que o ano de 2010 foi um dos anos mais lucrativos para a loja da Fortaleza de Sagres (apenas ultrapassado pelo ano de 2002) seguido de um ano que apresenta descidas drásticas (em 2011).

Analisando o período em questão, o ano de 2012 obteve um total de receita arrecadada de 94.801,24€. Apesar da situação actual de crise económica, com graves consequências na confiança e no consumo dos europeus, os resultados de volume de receita da loja da Fortaleza de Sagres foram satisfatórios. Foi possível manter praticamente o mesmo volume de receita do ano anterior.

2.2 Relação entre a distribuição de visitantes e as receitas de loja

Apresenta-se de seguida tabela comparativa de número de visitantes, e receita arrecadada na bilheteira e loja, respectivamente. Esta tabela indica-nos também a representatividade da loja em cada mês comparativamente com a receita de bilheteira, e o *consumo per capita*.

2012	Número Visitantes	Receita Bilheteira (em €)	Receita Loja (em €)	Total Receitas (em €)	Repres. Loja	Consumo Loja per capita (€)
Janeiro	5.787	9.949,90	2396,26	12.346,16	19,40	0.414
Fevereiro	6.964	11.499,90	2.644,63	14.144,53	18,70	0.379
Março	11.138	18.825,90	3.725,60	22.551,50	16,52	0.334
Abril	21.766	32.785,00	7.144,28	39.929,28	17,89	0.328
Maio	20.054	40.477,60	6.487,90	46.965,50	13,81	0.323
Junho	24.248	47.114,70	8863,89	55.978,59	15,83	0.365
Julho	41.229	71.091,10	14.190,80	85.281,90	16,64	0.344
Agosto	55.340	94.593,50	19.392,78	113.986,28	17,01	0.350
Setembro	31.804	62.378,20	11.565,50	73.943,70	15,64	0.363
Outubro	21.914	41.260,40	10.930,20	52.190,60	20,94	0.498
Novembro	8.427	14.340,70	4652,94	18.993,64	24,50	0.552
Dezembro	6.489	9508,80	2806,46	12.315,26	22,79	0.432
TOTAL	255.160	453.825,70	94801,24	548.626,94	17,28	0.371

Tabela F.S/02 - Mapa mensal de número de visitantes, receita de bilheteira e loja, representatividade e *consumo per capita*

Na tabela anterior verifica-se que a distribuição anual de receita arrecadada em loja acompanha de um modo geral a distribuição anual de visitantes, e que é o período do ano vulgarmente designado por “época alta” que mais contribui para o aumento de receita arrecadada, quer na loja, quer na bilheteira. De Abril a Outubro o volume de vendas foi sempre relativamente satisfatório tendo em consideração a época do ano.

2.3. Representatividade e consumo per capita

Podemos verificar através do mapa anterior, que ao longo do ano a representatividade da loja e o consumo per capita, indicadores que estão directamente relacionados, demonstram-nos que nos meses de menor fluxo de visitantes (Outubro, Novembro e Dezembro) existe efectivamente uma maior representatividade da loja da Fortaleza de Sagres, sempre acima dos 20%.

A representatividade média da loja da Fortaleza de Sagres, ao longo do ano de 2011, apresenta um valor de 17,28%, oscilando entre 13,81% (valor mais baixo) em Maio e os 24,50% (valor mais alto) em Novembro.

O último trimestre do ano é também o período que apresenta maior consumo por cada visitante, constituindo o mês de Novembro o que apresenta maior *consumo per capita* -0,552 €. Os meses que apresentam valores mais baixos de *consumo per capita*, foram os meses de Abril e Maio, com 0,328 e 0,332 de *c.p.c.* respectivamente.

A tabela seguinte apresenta o consumo per capita mensal de 2007 até Dezembro de 2012

	Valores em euros												Média Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2007	0,278	0,298	0,259	0,281	0,219	0,199	0,229	0,233	0,195	0,254	0,260	0,189	0,235
2008	0,200	0,236	0,199	0,244	0,218	0,217	0,358	0,402	0,311	0,341	0,397	0,391	0,311
2009	0,427	0,463	0,459	0,338	0,361	0,291	0,308	0,311	0,469	0,538	0,469	0,694	0,386
2010	0,634	0,676	0,552	0,426	0,467	0,449	0,456	0,404	0,452	0,416	0,457	0,522	0,456
2011	0,562	0,387	0,475	0,302	0,374	0,388	0,333	0,317	0,347	0,335	0,372	0,466	0,356
2012	0,414	0,379	0,334	0,328	0,323	0,365	0,344	0,350	0,363	0,498	0,552	0,432	0,371

Tabela FS/03 – Consumo per capita mensal e média anual 2007- 2012

Analisando a tabela anterior, podemos constatar que nos últimos anos se verificam algumas oscilações no *consumo per capita*. Desde 2007 este indicador tem vindo a aumentar atingindo o valor mais alto em 2010, de 0,456 € e descendo em 2011, para 0,356 € de *cpc*. O ano de 2012 apresenta um ligeiro aumento no *cpc* relativamente ao ano anterior, com um resultado de 0,371€.

2.4 Variação (2011/2012)

A tabela seguinte indica a variação de receita mensal entre o ano de 2011 e de 2012:

	2011	2012	Variação(%)
Janeiro	3883,01	2396,26	-38,29
Fevereiro	3317,47	2644,63	-20,28
Março	6245,69	3725,60	-40,35
Abril	7404,12	7144,28	-3,51
Mai	6971,43	6487,90	-6,94
Junho	9340,70	8863,89	-5,10
Julho	14105,56	14190,80	0,60
Agosto	18532,57	19392,78	4,64
Setembro	11167,56	11565,50	3,56
Outubro	7131,46	10930,20	53,27
Novembro	3103,93	4652,94	49,95
Dezembro	3069,30	2806,46	-8,56
TOTAL	94.271,80	94801,24	0,56

Tabela FS/04 - Receita mensal de loja/ variação 2011/2012

Procedendo a uma análise comparativa de receita arrecadada na loja da Fortaleza de Sagres, comparando os dados mensais com os do ano anterior, verifica-se rapidamente que existe uma variação negativa durante o 1º semestre do ano e positiva no 2º semestre. Ou seja podemos considerar que a receita arrecadada no 2º semestre de 2012, principalmente em Outubro e Novembro, foi responsável pela manutenção dos resultados anuais. Graças a estes 2 meses, o ano de 2012 apresentou variação positiva de 0,56% (+ 529,44 €) .

2.5 Vendas por famílias de produtos.

Todos os produtos à venda nas lojas dos vários monumentos da DRCAlg, estão agrupados por famílias de produtos. Os postais foram propositadamente inseridos numa família própria e não estão incluídos nas publicações, para se poder aferir sempre que necessário a quantidade e montante de venda dos mesmos.

Nas publicações estão incluídos todos os livros, periódicos, mapas e também os desdobráveis dos monumentos. Os artigos diversos englobam os produtos muito variados como porta- chaves, magnéticos, pins, entre outros. As t-shirts, sweat shirts e também os aventais, panos de cozinha ou bolsas estão agrupados na família dos tecidos.

A papelaria engloba artigos como lápis, porta minas, borrachas, canetas, blocos, etc. A faiança está representada pelos azulejos, canudos, ou as peças de autor. A ourivesaria está representada pelos artigos em prata e outros artigos de joalheria. A família das porcelanas engloba, claro está, artigos em porcelana, onde as travessas, frascos de chá, chávenas de café são alguns exemplos.

Apresenta-se de seguida mapa de vendas por famílias na loja da Fortaleza de Sagres:

Família	Quantidade	Totais (em €)	Representatividade
Publicações	4595	25351,23	26,74 %
Diversos	5622	23409,06	24,69 %
Tecidos	1174	12580,47	13,27 %
Ourivesaria	181	8954,66	9,45 %
Porcelana	292	7003,46	7,39 %
Postais	9029	6932,21	7,31 %
Papelaria	4940	6752,00	7,12 %
Faiança	162	3818,10	4,03 %
Totais	25995	94801,19	100 %

Tabela FS/05-Vendas por famílias, por quantidades e totais

Nota: Existe diferença de 0.05 € no total (comparativamente às tabelas anterior) que corresponde a diferença entre receita apurada e relatório extraído do software devido a cobrança em excesso em recibo manual (no mês de Setembro).

Analisando a tabela anterior verifica-se que as publicações, com um valor total de 25351,23 € são a família de produtos que maior montante de vendas acumula, com uma representatividade no total de vendas de 26,74%; seguida da famílias de artigos diversos e tecidos, com 24.69% e 13.27% respectivamente.

Se analisarmos a tabela considerando as quantidades vendidas, a família dos postais ocupa o 1º lugar no *ranking* de vendas, com um total de 9029 postais vendidos em todo o ano, seguida pelos artigos diversos, papelaria e publicações. A faiança constitui a família que apresenta a mais baixa representatividade (4,03%).

2.6 Vendas por fornecedores

O Mapa seguinte apresenta a listagem dos 40 fornecedores que disponibilizam artigos na loja da Fortaleza de Sagres e relação com as famílias de artigos disponibilizados:

Fornecedor (40)	Postais	Publicações	Papelaria	Porcelana	Tecidos	Faiança Azulejos	Ourivesaria	Diversos
Igespar	x	x	X		x	x		x
Arlindo Peixoto			X					x
H. Melo e Melo,	x	x	X					x
NG Oficina de Porcelanas				x				
Rui Cunha Foto audiovisuais	x	x						
Jóias Lucente,							x	
Direcção Geral Livros e Bibliotecas		x						
Goldreams							x	
1000 Olhos		x	X		x			x
Ceramius – Cera. Santana,						x		
Zéfiro		x						
Oficina do Castelo				x		x		
DE Design					x			
Jorge Mealha						x		
Argumentum		x						
Livros Horizonte		x						
Joseph Conboy		x						
Vista Alegre				x				

Relatório de Gestão comercial – 2012

Judite Pitta					X			X
Edições Afrontamento		X						
António de Jesus Martins		X						
Letras Várias		X						
Margarida Gorgulho				X				
Emanuel Rosa								X
Europress Editores		X						
Centro Atlântico		X						
Associação Arqueoló. Portugue.		X						
Centro de Arqueologia de Almada		X						
Roy Monteiro		X						
Isabel Esteves								X
Nautique							X	X
Artizz								X
Cultideias			X					
Sofoto								X
Medialivros		X						
MagicMoments								X
Sodilivros		X						
Afterway Design			X		X			X
BrainScience								X
Facsimile		X						

Tabela FS/06 – Listagem de fornecedores da loja da Fortaleza de Sagres e relação com família de produto fornecido

Observando o Mapa anterior verifica-se que existe uma grande diversidade de fornecedores, num total de 40, que disponibilizam produtos das mais variadas famílias. No entanto a relação da DRCAlg com a grande maioria dos fornecedores funciona numa base de consignação.

De realçar que do total de fornecedores, 20 disponibilizam publicações, que como já se verificou constitui de uma forma geral a família de artigos com maior representatividade de vendas na Fortaleza de Sagres.

Relatório de Gestão comercial – 2012

A tabela seguinte apresenta as vendas por fornecedor para a loja da Fortaleza de Sagres:

Fornecedor	Quantidade	Valor Total (em €)	Representatividade
H. M. e Melo	4988	11381,61	12,01%
Igespar*	7367	10811,94	11,40%
Arlindo Peixoto- AXP	2162	9725,19	10,26%
DRCALG*	2089	6678,47	7,04%
Nautique, Presentes do Mar	139	5926,60	6,25%
NG Oficina de Porcelanas	203	4910,00	5,18%
Jóias Lucente, Lda	96	4849,24	5,12 %
Rui Cunha Fotografia e Audiovisuais, Lda	5195	4787,64	5,05 %
Direcção Geral Livros e Bibliotecas	793	4289,00	4,52 %
Afterway Design	928	4208,45	4,44 %
Judite Pitta	74	3544,52	3,74%
Goldreams	71	3033,82	3,20 %
Livros Horizonte	148	2941,69	3,10 %
Sofoto Digital	525	2544,60	2,68%
Jorge Mealha	45	2415,00	2,55%
Roy Monteiro	34	1952,30	2,06 %
Centro Atlantico	90	1779,61	1,88 %
M ^a Margarida Gorgulho	80	1670,06	1,76 %
De Design	120	1487,90	1,57 %
Isabel Esteves	115	1095,22	1,16%
Zéfiro	65	886,78	0,94 %
Oficina do Castelo	40	678,00	0,72%
Ceramius- Cerâmica e azulejos Santana	27	534,80	0,56 %
Argumentum	9	528,00	0,56 %
Facsimile	400	397,00	0,42 %
Sodilivros	13	291,00	0,31 %
Vista Alegre	8	273,40	0,29%
Artizz	20	220,62	0,23 %
1000 Olhos	14	214,80	0,23 %
Cultideias	55	163,80	0,17 %
António Jesus Martins	17	162,00	0,17 %
BrainScience	4	118,83	0,16 %
Joseph Conboy	18	90,00	0,09 %
Magic Moments	34	85,30	0,09%
Centro de arqueologia de Almada	3	36,00	0,04 %
Edições Afrontamento	3	36,00	0,04 %
Europress editores	2	27,00	0,03 %
Letras várias	1	25,00	0,03 %
TOTAL	25.995	94.801,19	100 %

Tabela FS/07- Vendas por fornecedor

Nota: Existe diferença de 0,05 € no total (comparativamente às tabelas de receita mensal) que corresponde a diferença entre receita apurada e relatório extraído do software devido a cobrança em excesso em recibo manual (no mês de Setembro).

* Não sendo fornecedores, o Igespar e a DRCALG surgem nesta listagem, pois representam a proveniência de muitas das publicações disponibilizadas para venda nas lojas da DRCALG.

O H. M e Melo surge em 1º lugar no ranking de vendas por fornecedor com um montante de receita de 11831, 61 € e uma representatividade na ordem dos 12 %. Este fornecedor disponibiliza artigos diversos como magnéticos, marcadores, blocos de nota e postais. Durante o ano de 2012 foi possível proceder à aquisição direta do material fornecido por H.Melo, mantendo apenas alguns artigos em regime de consignação.

Em 2º lugar surge o material proveniente do Igespar, sendo na sua maioria publicações, desdobráveis, t-shirts e diversos. O Igespar apresenta uma representatividade no total de vendas da loja de 11,40 %. A empresa AXP encontra-se em 3º lugar e disponibiliza artigos diversos como porta-chaves, astrolábios, lápis, lembretes, etc. Representa cerca de 10, 26 % do total de receita de loja.

Na tabela anterior é muito evidente a predominância destes dois fornecedores, H. Melo e AXP, mas também de outros como a Nautique (6.25%), a NG Porcelanas (5.18%), Jóias Lucente (5.12%), RCL (5.05%), DGLB (4.52%) e Afterway Design (4.44%). No entanto foram 18 os fornecedores que não chegam a aferir 1000,00€ de receita total de vendas, ou visto de outro prisma, com uma representatividade inferior a 1%.

No ano passado, foi possível avançar com a aquisição de *merchandising* próprio para a Fortaleza de Sagres à empresa Afterway, aproveitando a nova identidade visual criada para o Promontório de Sagres. Apenas em meados de Agosto foi possível colocar a nova linha de artigos na loja da Fortaleza de Sagres. Esta nova linha contempla os seguintes artigos: lápis, borrachas, canetas, blocos de notas, canecas, crachás, T-shirts (unisexo e de Sra.) e corta ventos.

De realçar que a Afterway, empresa que nos forneceu a linha Promontório de Sagres ficou automaticamente em 8º lugar no *ranking* de vendas por fornecedor (não contando com DRCALg e Igespar) e que em apenas 4 meses e meio (de meados de Agosto a Dezembro) foram vendidos quase 1000 artigos da nova linha Promontório de Sagres com um total de vendas de 4208,45 €.

2.7 Top de vendas - 20 produtos mais vendidos

Apresenta-se de seguida o Top de vendas da loja da Fortaleza de Sagres.

Trata-se do Top de 20 produtos mais vendidos no período de 01 de Janeiro a 30 de Dezembro, por quantidade e também por total de receita. São também apresentados os fornecedores deste Top de produtos.

	Designação Produtos	Forneced.	Quanti		Designação Produtos	Fornecedor	Total (em €)
1	Postais Sagres grandes	RCL	3553		Postais Sagres grandes	RCL	3552,80
2	P- F. Sagres (cores)	Igespar	2827		Sagres do Mar e do Tempo inglês	DRCALG	1879,00
3	Marca livros papel	HMM	1529		Magnético Promontório de Sagres	HMM	1790,80
4	Postais Sagres pequenos	RCL	1375		Magnéticos grandes	HMM	1527,00
5	D- Fortaleza Sagres inglês	DRCALG/Facsim.	856		Echarpe Tubular malha seda	J.Pitta	1423,50
6	Magnéticos pequenos	HMM	843		P- F Sagres (cores)	Igespar	1410,90
7	Magnéticos Promontório de Sagres	HMM/Sofoto	802		Lenço Seda Natural	J.Pitta	1358,00
8	Magnéticos grandes	HMM/Sofoto	733		Pioneers of Globalization	Centro Atlântico	1314,71
9	Lápis Promontório de Sagres	Afterway design	387		T- Shirt Promontório de Sagres cinza	Afterway design	1117,20
10	Porta minas Linha Sagres	Igespar	371		Magnéticos pequenos	HMM	1053,25
11	Postais de cortiça	HMM	346		Astrolábio Asineus	Nautique	1039,20
12	Postais de cortiça Promontório Sagres	HMM	314		Abre Cartas Sabre	AX Peixoto	936,00
13	Caneta Linha Sagres	Igespar	297		T- Shirt Tanto Mar cinza FS	Igespar	858,00
14	D- Fortaleza de Sagres português	Igespar	288		Postais Sagres pequenos	RCL	824,28
15	Postais Guadalupe	RCL	253		Sagres do Mar e do Tempo portug.	DRCALG	790,00
16	Bases de copo	HMM	249		Marca Livros papel	HMM	764,30
17	Marcadores magnéticos	HMM	243		Portugal entre o Céu e a Terra	Roy Monteiro	718,80
18	Diploma	Igespar	229		Astrolábio 83 mm c/suporte	AX Peixoto	711,45
19	Sagres do Mar e do Tempo inglês	DRCALG	198		Piratologia	Livros Horizonte	677,04
20	Caderno A5 c/ elástico	HMM	184		Magnéticos grandes	Sofoto Digital	672,00

Tabela FS/o8 Top de vendas - 20 produtos, por quantidade, e por total de vendas (euros)

Podemos verificar que são essencialmente os postais os artigos que mais se vendem em termos de quantidade, mas também artigos diversos como os magnéticos, os marcadores de papel, desdobráveis, lápis e porta minas do monumento, diplomas e a publicação “Sagres, do Mar e do Tempo” em língua inglesa.

Por total de receitas aferidas, para além dos postais e magnéticos surgem-nos também outros artigos como o livro “Sagres do Mar e do Tempo” em inglês, as *echarpes* tubulares e os lenços de seda natural, o livro *O Pioneers of Globalization*, as T- shirts do Promontório de Sagres, astrolábios, e outras publicações como o “Portugal – entre o Céu e a Terra” e o livro infantil “Piratologia”.

3. ERMIDA DE NOSSA SENHORA DE GUADALUPE

Os dados para a loja deste monumento não podem ser apresentados do mesmo modo do que para a Fortaleza de Sagres, pois não temos dados comparativos anteriores a Maio de 2008.

Apenas a 02 de Maio de 2008, após inauguração da Casa Rural se deu início à venda de bilhetes de ingresso no monumento - até então de entrada livre - e se reformulou o espaço da recepção com a criação de uma pequena loja.

3.1 Distribuição anual e mensal de receita de loja

Na tabela seguinte apresenta-se os valores arrecadados de receita de loja, no entanto, os valores apresentados de Janeiro a Abril de 2008 dizem apenas respeito à venda de guias desdobráveis, e claro está, não se poderá fazer uma interpretação fiável da evolução de vendas. Por este motivo optou-se por não analisar comparativamente os meses homólogos anteriores a Maio.

Torna-se importante referir que o espaço de loja deste monumento foi alterado em meados de 2011, após a inauguração da exposição “Henrique, o Infante que mudou o Mundo”, de modo a não interferir com a linha de design que foi planeada para a exposição, que ocupa também parte da recepção/loja, tendo diminuído consideravelmente a variedade de artigos e publicações disponibilizadas.

	Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2008	21,00	25,00	31,00	54,00	134,28	305,65	196,97	432,86	471,29	679,8	139,06	99,94	2590,85
2009	261,00	236,15	416,64	490,40	443,65	226,30	331,80	846,42	608,00	378,75	115,96	139,95	4495,02
2010	233,55	264,81	227,60	347,60	299,40	406,84	453,52	691,53	342,45	545,83	242,45	139,54	4195,12
2011	182,68	90,70	248,00	264,40	174,25	265,73	317,03	680,92	541,32	475,26	89,70	97,20	3427,19
2012	92,20	86,60	170,80	102,00	167,06	96,65	250,77	337,95	346,43	143,30	139,40	85,28	2018,44

Tabela Gua/01 – Receitas mensais de loja – 2008 a 2012

De um modo geral e analisando o total do volume de receitas do ano, verifica-se uma diminuição do total de vendas quando comparadas com o ano anterior: de 3427,19€ em 2011, para 2018,44€ em 2012. É também evidente a diminuição do volume de vendas desde 2009 até 2012

Existe alguma variação mensal, com quebras significativas quando se compara os meses homólogos do ano anterior (2011). O mês de novembro é excepção com variação positiva. Os totais de receita mensal oscilam entre 85,28 €, valor mais baixo registado em Dezembro e 346,43€, valor mais alto registado em setembro.

3.2 Relação entre a distribuição mensal de visitantes e receitas de loja

A Tabela seguinte apresenta mapa comparativo de número de visitantes, receita por bilheteira e loja, para se poder aferir a % de representatividade da loja e o *consumo per capita* (em euros).

2012	Número Visitantes	Receita Bilheteira (em €)	Receita Loja (em €)	TOTAL Euros	Representatividade Loja (%)	Consumo Loja per capita (€)
Janeiro	151	192,00	92,20	284,20	32,44 %	0.610
Fevereiro	291	246,00	86,60	332,60	26,04 %	0.297
Março	307	410,00	170,80	580,80	29,40 %	0.556
Abril	611	629,00	102,00	731,00	13,95 %	0.167
Mai	632	662,00	167,06	829,06	20,15 %	0.264
Junho	409	527,00	96,65	623,65	15,50 %	0.236
Julho	567	712,80	250,77	963,57	26,02 %	0.442
Agosto	966	1024,00	337,95	1361,95	24,81 %	0.350
Setembro	760	958,00	346,43	1304,43	26,56 %	0.456
Outubro	740	979,00	143,30	1122,30	12,77 %	0.194
Novembro	177	210,00	139,40	349,4	39,90 %	0.787
Dezembro	148	158	85,28	243,28	35,05 %	0.576
TOTAL	5759	6707,80	2018,44	8726,24	23,13 %	0.350

Tabela Gua/02 - Mapa comparativo de número de visitantes, receita de bilheteira e loja, representatividade e consumo per capita

Observando o Mapa anterior verifica-se de um modo geral, que os meses de agosto e setembro apresentam os valores mais altos de número de visitantes e também de receita de loja. O mês de Agosto apresenta o maior número de visitantes; no entanto é em Setembro que se verifica a maior receita de loja.

De uma forma geral as vendas mensais da loja da Ermida de N^a Sra de Guadalupe apresentam totais de receita tão reduzidos, que não permitem uma comparação fiável entre distribuição de visitantes e de receita arrecadada.

3.3 Representatividade e *consumo per capita*

Verifica-se que a representatividade da loja deste monumento, e também o consumo per capita são muito consideráveis, comparativamente ao monumento Fortaleza de Sagres. No mês de Novembro atingiu praticamente os 40% de representatividade e 0.78 € de *consumo per capita*. O gasto médio por visitante na loja da Ermida de N^a Sra de Guadalupe no ano de 2012 atingiu os 0,35 € e a representatividade da loja foi de 23.13 %.

Na tabela seguinte podemos verificar as oscilações mensais de *consumo per capita* nos últimos anos.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Anual
2008	-	-	-	-	0.124	0.403	0.343	0.536	1.010	0.780	0.422	0.540	0.519
2009	1.186	0.479	0.878	0.636	0.686	0.417	0.520	0.910	0.618	0.697	0.644	0.580	0.675
2010	1.262	1.156	0.457	0.655	0.465	0.588	0.581	0.669	0.409	0.696	0.772	1.355	0.636
2011	1.114	0.346	0.634	0.455	0.442	0.558	0.434	0.626	0.598	0.748	0.315	0.552	0.563
2012	0.610	0.297	0.556	0.167	0.264	0.236	0.442	0.350	0.456	0.194	0.787	0.576	0.350

Tabela Gua/03- Consumo per capita mensal e média anual 2008 – 2012

De forma geral verifica-se em 2012 uma grande quebra no *c.p.c.* mensal neste monumento. À excepção dos meses de julho, novembro e dezembro, todos os meses apresentam oscilações negativas de *c.p.c.* comparativamente aos períodos homólogos (do ano anterior).

3.4 Variação 2011/2012

A tabela seguinte apresenta a variação de receita mensal de loja quando comparada com o ano anterior.

	2011 (em €)	2012 (em €)	Variação (%)
Janeiro	182,68	92,20	-49,53
Fevereiro	90,70	86,60	-4,52
Março	248,00	170,80	-31,13
Abril	264,40	102,00	-61,42
Mai	174,25	167,06	-4,13
Junho	265,73	96,65	-63,63
Julho	317,03	250,77	-20,90
Agosto	680,92	337,95	-50,37
Setembro	541,32	346,43	-36,00
Outubro	475,26	143,30	-69,84
Novembro	89,70	139,40	55,40
Dezembro	97,20	85,28	-12,26
TOTAL	3427,19	2018,44	-41,10

Tabela Gua/04- Variação de receitas de loja 2001/2012

Rapidamente se constata grandes oscilações na variação de receita de loja ao longo do ano. Essas variações são negativas em praticamente todo o ano, à excepção do mês de novembro, com variação positiva de 55.40 %. Analisando a globalidade do ano verifica-se que o total de receita de loja da Ermida de N^a Sra. de Guadalupe apresenta uma variação negativa de 41,10%, comparativamente ao ano anterior.

3.5 Vendas por famílias de produtos

No Mapa seguinte apresenta-se as vendas por famílias, por quantidades e totais, para a loja da Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe.

Família	Quantidade	Totais	Representatividade
Publicações	332	1095,37	54,43 %
Diversos	113	508,10	25,25 %
Postais	266	159,60	7,93 %
Faiança	5	112,60	5,60 %
Papelaria	72	73,20	3,64 %
Porcelana	3	63,50	3,15%
Totais	791	2012,37	100 %

Tabela Gua/05Vendas por famílias, por quantidades e totais

Nota: Existe diferença de 6.07 € no total anual relativamente às tabelas de vendas mensais. O valor depositado excede o valor total registado em software no mês de Agosto: foi efectuada venda manual de um produto, por erro de marcação de preço e foi cobrado esse valor em excesso.

Verifica-se que as publicações representam a família com maior volume de vendas, com uma representatividade na ordem dos 54,43%, seguida pelos artigos diversos publicações (25,25 %). A família dos postais apresenta uma representatividade de 7.93 %. As restantes famílias de artigos apresentam uma representatividade muito baixa, inferior a 6%.

3.6 Vendas por fornecedor

A Tabela seguinte indica-nos o ranking de vendas por fornecedor, por quantidades totais de artigos vendidos e por montantes totais de receita.

Relatório de Gestão comercial – 2012

Fornecedor	Quantidade	Valor Total (em €)	Representatividade
AX Peixoto	94	381,10	18,94%
DRCAIlg	78	364,90	18,13%
Igespar	311	306,77	15,24 %
Livros Horizonte	7	174,23	8,66%
DGLB	28	155,00	7,70 %
RCL	247	148,20	7,36 %
Zéfiro	8	129,17	6,42 %
Mealha	2	90,00	4,47 %
Emanuel Rosa	6	69,00	3,43%
Sodilivros	2	58,00	2,88%
Margarida Gorgulho	1	42,00	2,09%
Nautique, Presentes do Mar	1	32,90	1,59 %
NG Porcelanas	1	21,50	1,07 %
1000 Olhos	1	15,00	0,75 %
Oficina do castelo	1	10,00	0,50%
Isabel Esteves	1	8,60	0,43%
Ceramius- cerâmica Santana	1	6,00	0,30
TOTAL	791	2012,37	100%

Tabela Quad/06 – Vendas por fornecedor

Nota: Existe diferença de 6.07 € no total anual relativamente às tabelas de vendas mensais. O valor depositado excede o valor total registado em software no mês de Agosto: foi efectuada venda manual de um produto, por erro de marcação de preço e foi cobrado esse valor em excesso.

Com um número de fornecedores bastante inferior ao da loja da Fortaleza de Sagres, a tabela anterior apresenta-nos o AXP – Arlindo Xavier Peixoto - como o principal fornecedor de artigos vendidos na loja da Ermida de N^a Sra de Guadalupe, com um valor total de receita de 381,10€ (18,94%).

A DRCAIlg surge em segundo lugar com um total de vendas de 364,90 €, representando as vendas de edições próprias ou apoiadas, seguida do Igespar com montantes de receita na ordem dos 306,77€

Os livros Horizonte, a DGLB, a RCL e a editora Zéfiro apresentam uma representatividade de vendas que oscila entre os 8 % e os 6%. Os restantes fornecedores apresentam volumes de vendas muito reduzidos, com valores totais de receita inferiores a 100€/ano e com menos de 5% de representatividade.

3.7 Top de vendas - 10 produtos mais vendidos

Para a loja deste monumento – Ermida de N^a Sra de Guadalupe - optou-se por considerar apenas os 10 produtos mais vendidos. Apenas para a Fortaleza de Sagres se considerou pertinente a análise do Top 20 pelo considerável volume de vendas que a loja deste monumento apresenta.

Para as lojas dos restantes monumentos optou-se por analisar apenas o Top 10.

	Designação Produtos	Forneced.	Quanti		Designação Produtos	Fornecedor	Total
1	Postal Ermida de Guadalupe- pequeno	RCL	202		Sagres do Mar e do Tempo - inglês	DRCALG	130
2	D- Ermida de N ^a Sra de Guadalupe -alemão	Igespar	72		Postais Guadalupe pequenos	RCL	121,20
3	D- E. de N ^a Sra de Guadalupe –português	Igespar	61		Sagres do Mar e do Tempo – port.	DRCALG	100,00
4	D- E. de N ^a Sra de Guadalupe – inglês	Igespar	47		Henrique, o Infante que mudou o mundo	DRCALG	80,00
5	Postal Sagres pequeno	RCL	45		Henrique, o Navegador	Livros Horizonte	69,12
6	Porta Minas Linha Sagres	Igespar	44		D- Ermida de N ^a Sra Guadalupe-alemão	Igespar	68,00
7	Caneta L. Sagres	Igespar	28		Caranguejo Médio	J. Mealha	60,00
8	Catálogo Henrique, o Infante que mudou...	DRCALG	23		O Rosto do Infante	DGLB	60,00
9	Postais Monumentos do Algarve	DRCALG	19		Henrique, o Infante	Sodilivros	58,00
10	Pin Cruz de Cristo	AXP	13		D- Ermida de N ^a Sra de Guadalupe -port	Igespar	49,50

Tabela Quad/07 – Top de Vendas

Considerando as quantidades vendidas verifica-se que os postais e desdobráveis do próprio monumento, são os artigos que mais se vendem na loja da Ermida de Guadalupe. Também estão incluídos no Top 10 as canetas da Linha Sagres, o catálogo da exposição “Henrique, o Infante que mudou o Mundo” e o Pin da Cruz de Cristo.

Observando o Top de Vendas por totais de receita arrecada surge-nos nos primeiros lugares, a edição “Sagres - Do Mar e do Tempo” em inglês e português, e os postais do próprio monumento. As publicações relacionadas com o Infante D. Henrique - o Catálogo da exposição, “Henrique o Navegador”, “O rosto do Infante” e “Henrique” fazem também parte deste Top 10.

4. MONUMENTOS MEGALÍTICOS DE ALCALAR

4.1 Distribuição anual e mensal de receita de loja

Valores em euros

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2007	96,25	159,46	248,86	436,93	264,36	113,60	303,02	229,90	336,56	115,68	168,30	121,79	2.594,71
2008	107,55	85,20	132,85	249,18	753,02	147,49	166,34	362,91	220,32	152,70	88,29	50,00	2.515,85
2009	74,98	78,10	82,00	143,00	190,10	195,39	178,14	190,98	205,26	130,17	130,60	16,70	1615,42
2010	62,90	125,69	136,65	228,57	140,29	60,90	137,67	236,86	365,03	253,35	42,49	24,70	1815,10
2011	24,50	42,19	102,85	97,50	122,00	79,50	59,39	327,32	120,50	161,26	49,68	91,46	1278,15
2012	24,50	106,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A tabela seguinte indica-nos as receitas mensais de loja desde 2007 até fevereiro de 2012

Tabela Alc/01- Receitas mensais de loja 2007 – 2012

Como já referido na nota introdutória e considerando que a gestão comercial dos MMA - Monumentos megalíticos de Alcalar - passou a ser efetuada pelo Museu Municipal de Portimão, a partir de Março, os dados constantes neste relatório dizem apenas respeito aos dois primeiros meses do ano (janeiro e fevereiro), não sendo possível determinar os mesmos indicadores nem realizar as mesmas análises efetuadas para os restantes espaços comerciais.

Analisando os dois meses em questão, verifica-se que não existe qualquer variação entre o montante de receita de loja de Janeiro de 2012 e o seu homólogo (em 2011). O mês de fevereiro apresenta uma subida considerável comparando com o mês homólogo: de 42,19 € em 2011 para 106,90 € em 2012.

4.2 Representatividade da loja e consumo per capita

2012	Número Visitantes	Receita Bilheteira (em €)	Receita Loja (em €)	TOTAL Euros	Repres. Loja	Consumo Loja per capita
Janeiro	80	56,00	24,50	80,50	30,43 %	0.306
Fevereiro	114	160,00	106,90	266,90	40,05 %	0.937

Tabela Alc/02 - Mapa comparativo de número de visitantes, receita de bilheteira e loja em 2012, representatividade e consumo per capita

Não sendo possível analisar a relação da distribuição dos visitantes e receita de loja apenas para 2 meses, optou-se por apresentar apenas a representatividade e consumo per capita mensal. Verifica-se que a loja dos MMA apresenta uma representatividade de 30.43% e 40.05 % em janeiro e fevereiro, respectivamente. O consumo per capita mensal oscilou entre os 0.306 e 0.937 nos 2 meses já referidos.

4.3. Variação (2011/2012)

	2011 (em €)	2012 (em €)	Variação
Janeiro	24,50	24,50	0 %
Fevereiro	42,19	106,90	153,38
Março	102,85	-	-
Abril	97,50	-	-
Maio	122,00	-	-
Junho	79,50	-	-
Julho	59,39	-	-
Agosto	327,32	-	-
Setembro	120,50	-	-
Outubro	161,26	-	-
Novembro	49,68	-	-
Dezembro	91,46	-	-
TOTAL	1278,15	131,40	---

Tabela Alc/04- Variação de receitas de loja 2011/2012

A tabela anterior evidencia resultados idênticos nos homólogos de Janeiro, logo sem qualquer variação; e uma variação positiva de 153,38 % em fevereiro.

5. VILLA ROMANA DE MILREU

5.1 Distribuição anual e mensal de receita de loja

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2009	195,61	315,25	485,45	744,17	551,02	546,39	596,02	726,46	701,67	386,20	243,45	288,48	5780,17
2010	256,79	329,65	371,88	648,84	689,84	631,97	765,95	1555,46	1147,84	775,93	293,44	494,58	7962,17
2011	216,24	346,50	693,85	656,99	533,65	644,12	582,09	1034,31	483,16	519,04	193,30	203,00	6106,25
2012	280,65	229,93	249,53	773,41	498,72	284,88	477,75	602,60	652,45	386,42	287,90	133,26	4857,50

Tabela Milreu/01- Receitas mensais de loja 2009-2012

Comparando os totais de receita dos últimos 4 anos, e apesar do significativo aumento de receita verificado em 2010, o último ano apresentou uma quebra considerável de total de vendas, com um montante total anual de 4857,50 € Existe grande oscilação mensal ao longo do ano de 2012. O mês de abril é o que apresenta maior volume de receita e o mês de dezembro o que apresenta resultados mais débeis.

5.2 Relação entre distribuição de visitantes e receita de loja

2012	Número Visitantes	Receita Bilheteira (em €)	Receita Loja (em €)	TOTAL Euros	Representatividade	Consumo Loja per capita (€)
Janeiro	504	371,60	280,65	652,25	43,03 %	0.556
Fevereiro	667	654,80	229,93	884,73	25,99 %	0.345
Março	899	1171,00	249,53	1420,53	17,57 %	0.278
Abril	1251	1409,60	773,41	2183,01	35,43 %	0.618
Maio	1556	1960,00	498,72	2458,72	20,28 %	0.320
Junho	1158	1649,00	284,88	1933,88	14,73 %	0.246
Julho	1499	2088,60	477,75	2566,35	18,61 %	0.318
Agosto	1888	2451,00	602,60	3053,60	19,73 %	0.319
Setembro	1287	1712,00	652,45	2364,45	27,59 %	0.506
Outubro	1102	1458	386,42	1844,42	20,95 %	0.350
Novembro	395	545,60	287,90	833,50	34,54 %	0.728
Dezembro	429	401,60	133,26	534,86	24,91 %	0.310
TOTAL	12635	15872,80	4857,50	20730,30	23,43 %	0.384

Tabela Milreu/02- Mapa comparativo de número de visitantes, receita de bilheteira e de loja, representatividade e consumo per capita (2012)

Verifica-se que a relação entre o número de visitantes nem sempre é proporcional com a receita de loja; ou seja o volume de vendas nem sempre é justificado pelo número de visitantes. Vejamos a título de exemplo o mês de Junho que apresentou cerca de 1150 visitantes mas que não ultrapassou os 285 € de receita de loja.

De realçar o mês de Abril que apresenta os montantes mais elevados de receita de loja do ano, resultados justificados pela realização da “Festa do Livro” que decorreu durante este período.

5.3 Representatividade da loja e consumo per capita

A loja de Milreu apresenta uma representatividade média na ordem dos 23.43%. De destacar os meses de janeiro, abril e novembro com uma representatividade de vendas de loja superior a 43 %, 35% e 34 %, respetivamente. Verificam-se algumas variações ao longo do ano de *consumo per capita* que atinge o seu valor mais alto no mês de novembro, com um gasto por pessoa de 0,728€.

A tabela seguinte indica o *consumo per capita* mensal de 2009 a 2012

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Anual
2009	0.423	0.430	0.488	0.451	0.382	0.425	0.366	0.372	0.405	0.347	0.320	0.515	0.406
2010	0.472	0.410	0.361	0.501	0.432	0.430	0.446	0.592	0.627	0.492	0.404	1.099	0.508
2011	0.483	0.464	0.670	0.408	0.450	0.490	0.356	0.400	0.310	0.451	0.298	0.484	0.426
2012	0.556	0.345	0.278	0.618	0.320	0.246	0.318	0.319	0.506	0.350	0.728	0.310	0.384

Tabela Milreu/03- *consumo per capita* mensal de 2009 a 2012

Podemos verificar grandes oscilações de *cpc* ao longo do ano de 2012. Desde 2010 que o *consumo per capita* anual tem vindo a diminuir apresentando em 2012 um valor médio de 0.384 €.

5.4 Variação de receita (2011/2012)

	2011(em €)	2012	Variação
Janeiro	216,24	280,65	+29,79
Fevereiro	346,65	229,93	-33,64
Março	693,85	249,53	-64,04
Abril	656,99	773,41	+ 17,72
Maio	533,65	498,72	-6,55
Junho	644,12	284,88	-55,77
Julho	582,09	477,75	-17,93
Agosto	1034,31	602,6	-41,74
Setembro	483,16	652,45	+ 35,04
Outubro	519,04	386,42	-25,55
Novembro	193,30	287,9	+48,94
Dezembro	203,00	133,26	-34,35
TOTAL	6106,25	4857,50	-20,45

Tabela Milreu /04 – Variação de receita 2010/2011

A loja da Villa Romana de Milreu apresenta resultados negativos, quando comparados com os do ano anterior. De facto a variação entre o ano 2011 e 2012 atinge um valor negativo de 20.45 %. Existem oscilações acentuadas ao longo do ano, com variações positivas de mais de 48 % em novembro mas com descidas acentuadas na maioria dos meses do ano, nomeadamente durante o verão.

5.5 Vendas por famílias

Família	Quantidade	Totais	Representatividade
Publicações	1752	3708,09	76,38 %
Diversos	160	291,61	6,01%
Faiança	17	288,70	5,95 %
Papelaria	201	227,90	4,69 %
Tecidos	23	201,20	4,14 %
Postais	276	132,20	2,72 %
Ourivesaria	1	4,80	0,10
Totais	2430	4854,50	100 %

Tabela Milreu 05/ - Vendas por famílias

Nota : Existe diferença de 3,00 € no total anual relativamente às tabelas anteriores. Relativo a valor cobrado indevidamente a um cliente no mês de Abril.

Verifica-se que as publicações, à semelhança do que acontece nas lojas da Fortaleza de Sagres e da Ermida de N^a Sra de Guadalupe, lideram a vendas por família e neste monumento representam 76,38% do total de receitas, com uma forte representatividade. As restantes famílias de produtos estão aqui fracamente representadas.

5.6 Vendas por fornecedores

Fornecedor	Quantidade	Valor Total	Representatividade (%)
Igespar	2253	3648,95	75,17
DRCALg	96	498,90	10,28
AXP	51	172,70	3,56
Ceramius- Cerâmica e Azulejos Santana	8	138,90	2,86
Livros Horizonte	4	107,50	2,21
Jorge Mealha	2	90	1,85
Judite Pitta	1	67,90	1,40
Oficina do Castelo	4	40	0,82
Roy Monteiro	1	31,80	0,66
Direção Geral Livro e Biblioteca	1	25,00	0,51
DE Design	2	22,30	0,46
H. Melo e Melo, Lda	5	5,75	0,12
Goldreams	1	4,80	0,10
Associação de Arqueólogos Portugueses	1	0	0
TOTAL	2430	4854,54	100

A tabela seguinte indica as vendas por fornecedor para a loja da *Villa Romana* de Milreu:

Tabela Milreu/06 – Vendas por fornecedor

Nota : Existe diferença de 3,00 € no total anual relativamente às tabelas anteriores. Relativo a valor cobrado indevidamente a um cliente no mês de Abril.

Existem 14 fornecedores que disponibilizam produtos para a loja de Milreu. O Igespar lidera as vendas por fornecedor, com um peso superior a 75% do total de vendas, seguido pela DRCALG com 10,28 % de representatividade . Os restantes fornecedores apresentam uma representatividade de vendas pouco significativa.

5.7 Top de vendas - 10 produtos mais vendidos

	Designação Produtos	Fornece	Quanti		Designação Produtos	Fornecedor	Total
1	Desdobrável R. Milreu alemão	Igespar	324		Roteiro arqueol. Milreu inglês	Igespar	686,00
2	Roteiro arqueol. Milreu inglês	Igespar	296		Roteiro arqueol. Milreu alemão	Igespar	444,50
3	Postal arqueologia Milreu	Igespar	268		Roteiro arqueol. Milreu português	Igespar	434,00
4	Desdobrável R. Milreu francês	Igespar	207		Desdobrável R. Milreu alemão	Igespar	291,50
5	Roteiro arqueol. Milreu português	Igespar	197		Roteiro arqueol. Milreu francês	Igespar	255,00
6	Roteiro arqueol. Milreu alemão	Igespar	190		O legado architect. Islâm. Algarve	DRCALG	157,00
7	Desdobrável R. Milreu espanhol	Igespar	151		Roteiro arqueol. Milreu espanhol	Igespar	145,50
8	Roteiro arqueol. Milreu francês	Igespar	106		Postal arqueologia Milreu	Igespar	127,80
9	Pin Milreu	Igespar	83		Desdobrável. Milreu espanhol	Igespar	126,50
10	Roteiro arqueol. Milreu espanhol	Igespar	64		Azulejo hispano-árabe	Ceramius	126,00

Tabela Milreu/07 – Top de vendas / 10 produtos

As publicações – desdobráveis, Roteiros de arqueologia das Ruínas de Milreu - e postais directamente relacionados com o monumento, assim como os pins de Milreu, são efectivamente o género de artigos que surge no Top de vendas, considerando as quantidades vendidas.

Se considerarmos os totais de venda surgem também “O legado arquitectónico islâmico” e o azulejo hispano- árabe.

6 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentam-se de seguida os resultados comparativos entre os monumentos em análise e algumas considerações finais. Como se referiu na nota introdutória, os monumentos em questão são efectivamente muito diferentes entre si, quer em termos funcionais, quer em termos de caracterização dos seus públicos e essas singularidades são transportadas, de certo modo, para a sua dinâmica comercial.

Apresenta-se de seguida e em linhas gerais os indicadores mais importantes para cada monumento relativamente a 2012:

A Fortaleza de Sagres apresentou um número de visitantes na ordem dos 255.160 (menos 9477 de que em 2011) com uma receita total de loja de 94.801,24€. Verificou-se no ano de 2012 um ligeiro aumento no volume total de vendas na Fortaleza de Sagres, com uma variação positiva de 0,56 % no total de vendas de loja comparativamente ao ano anterior (2011). A loja deste monumento apresentou uma representatividade média de 17,28% e um *consumo per capita* de 0,371€

A Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe apresentou um total de 5559 visitantes (menos 523 que em 2011) e uma receita total de loja de 2018,44 €, com uma variação negativa de 41,10%. A representatividade de loja apresenta um valor médio anual de 23,13% e um *consumo per capita* de 0,35€

Não foi possível aferir dados relativamente aos Monumentos Megalíticos de Algarve pelos motivos já referidos anteriormente.

A Villa Romana de Milreu foi visitada por 12.635 visitantes (menos 1689 que em 2011) e apresentou um montante de vendas de 4857,50 €, com uma variação negativa de 20,45% relativamente ao

ano anterior. Esta loja apresentou uma representatividade média de 23,43 % e um *consumo per capita* de 0.384 €.

Em traços gerais, todas as lojas dos monumentos afectos apresentaram durante 2012 resultados muito pouco abonatórios com variações negativas muito significativas. A loja da Fortaleza de Sagres foi a exceção pois apresentou uma variação positiva de 0.56% , apesar da diminuição de visitantes em 3,58 % (menos 9477 visitantes que em 2011).

De referir que a loja da Ermida de N^a Sra de Guadalupe foi a que apresentou maior quebra de vendas, na ordem dos 41% de variação, seguida pela loja de Milreu, com cerca de 20 % de variação negativa.

Apesar dos resultados totais bastante desfavoráveis, as lojas da Ermida de Guadalupe e da Villa Romana de Milreu apresentam uma representatividade razoável, superior a 20% das receitas totais do monumento (bilheteira e loja). A loja da Fortaleza de Sagres não conseguiu ultrapassar os 17,28 %de representatividade.

As publicações constituem efectivamente a família de produtos mais vendida em todas as lojas, com uma evidente predominância em todos os monumentos. Torna-se urgente a edição de um novo folheto com informação actualizada não só para a Fortaleza de Sagres, como também para os restantes monumentos afectos. Assim como a edição de um roteiro para o monumento Ermida de N^a Sra. de Guadalupe, o único monumento que não possui uma publicação própria.

À excepção da Fortaleza de Sagres, de uma forma geral, as lojas dos monumentos afectos apresentaram durante o ano de 2012 resultados muito desfavoráveis, que em grande parte se justificam pela actual crise internacional.

De realçar que aquisição da nova linha de *merchandising* com a identidade visual do Promontório de Sagres representou não só uma mais valia para a dinamização da loja da Fortaleza de Sagres, como demonstrou rapidamente constituir um investimento seguro.

De destacar que em apenas 4 meses e meio existiu um retorno de quase 70 % do investimento efetuado; ou seja dos 6150 € (5000+lva) necessários para a aquisição de um leque de 8 artigos foi possível reaver mais de 4000€ até ao final de 2012.

A criação de uma linha de *merchandizing*, com uma identidade visual própria e que seja facilmente identificada com o património fruído pelo nosso público provou ser fundamental para a rentabilização do espaço comercial da Fortaleza de Sagres.

De forma a tentar inverter a situação desfavorável nas lojas da Ermida de N^a Sra de Guadalupe e Villa Romana de Milreu proponho para 2013 a aquisição de uma nova linha de merchandising representativa dos “Monumentos do Algarve- Bons Momentos”.



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE



MONUMENTOS
DO ALGARVE

Monitorização de indicadores (2012)

- Fortaleza de Sagres
- Ermida de N.ª Senhora de Guadalupe
- Monumentos Megalíticos de Alcalar
- Villa Romana de Milreu

Luciano Rafael
Técnico Superior

Abril 2013

Índice

1	Nota Introdutória -----	3
2	Recursos Humanos -----	3
3	Visitantes -----	4
3.1	Visitantes por monumento -----	4
3.2	Representatividade monumentos -----	6
3.3	Visitantes por nacionalidade (nacional/estrangeiro) -----	6
3.4	Tipologia dos visitantes -----	8
3.5	Evolução anual -----	9
4	Receitas -----	11
4.1	Por origem -----	11
4.2	Varição 2012/2011 -----	11
4.3	Monumentos – representatividade 2012 -----	12
4.4	Representatividade da origem da receita (%)-----	12
5	Serviço Educativo / visitas de estudo -----	15
5.1	Atividades disponíveis / Fortaleza de Sagres -----	15
5.2	Visitas por monumento -----	17
5.2.1	Fortaleza de Sagres -----	17
5.2.2	Ermida de N. ^a Senhora de Guadalupe -----	22
5.2.3	Villa Romana de Milreu -----	22
6	Fruição pelo público -----	26
6.1	Horários -----	26
6.2	Dias de abertura / encerramento -----	27
6.3	Reclamações e grau de satisfação -----	27
7	Considerações finais -----	29
	Anexo 1 – Monumentos afetos – análise comparativa 2012/2011	30

1 – Nota Introdutória

O presente relatório visa apresentar os principais indicadores dos monumentos com estruturas de acolhimento ao público no ano de 2012.

- Fortaleza de Sagres
- Ermida de N.ª Senhora de Guadalupe
- Monumentos Megalíticos de Alcalar
- Villa Romana de Milreu

Neste sentido será apresentada uma análise comparativa relativamente ao ano anterior de forma a aferir as variações.

No que se refere aos Monumentos Megalíticos de Alcalar importa referir que em Março de 2012 foi celebrado protocolo com o Município de Portimão para a gestão partilhada deste monumento, pelo que a apresentação de indicadores será condicionada a este facto.

2- Recursos Humanos

Na tabela 2.1 indica-nos os funcionários do quadro da DRCA Algarve a prestar funções nos monumentos afetos, bem como a sua distribuição e carreiras. A tabela reporta a 01/01/2012.

Durante o ano de 2012 saíram por aposentação a assistente operacional com funções de limpeza na Fortaleza de Sagres e uma assistente operacional com funções de receção/vigilância na Villa Romana de Milreu, pelo que atualmente existem 23 funcionários a desempenhar funções nos monumentos.

Carreira / Monumento	Fortaleza	Ermida	Monumentos	Villa	Total
	Sagres	Guadalupe	Megal. Alcalar	Romana Milreu	
Técnico Superior					
Coordenação	1	0	0	0	1
Serviço Educativo/Activ. Culturais	1	0	0	0	1
Gestão Comercial / Activ. Culturais	1	0	0	0	1
Assistente Técnico					
Administrativo	1	0	0	0	1
Recepção/Vigilância	9	1	0	3	13
Assistente Operacional					
Vigilância	6	0	0	0	6
Limpeza	1	0	0	1	2
Total	20	1	0	4	25

Tabela 2.1 – Monumentos afetos – Recursos Humanos (2012)

3 - Visitantes

3.1 - Visitantes por monumento

Em 2012 os monumentos afetos à DRCA Algarve com fruição pública receberam 278.190 visitantes. A sua distribuição, bem como a comparação com o ano anterior pode ser verificada na tabela 3.1.1. Constatam-se uma diminuição, excepto nos Monumentos Megalíticos de Alcalar, onde se verificou um aumento de 41,77%.

As tabelas 3.1.2 a 3.1.6 apresentam a distribuição mensal do número de visitantes dos 4 monumentos, bem como do conjunto dos monumentos, relativamente aos períodos homólogos do ano anterior.

Monumento / Ano	2011	2012	Var %
Fortaleza de Sagres	264.638	255.160	-3,58
Ermida de Guadalupe	6.082	5.759	-5,31
Monumentos Meg. de Alcalar	3.270	4.636	41,77
Villa Romana de Milreu	14.324	12.635	-11,79
TOTAIS	288.314	278.190	-3,51

Tabela 3.1.1 – Visitantes Monumentos DRCA Algarve – variação 2012/2011

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2011	6.909	8.572	13.128	24.447	18.633	24.019	42.323	58.363	32.097	21.241	8.323	6.583	264.638
2012	5.787	6.964	11.138	21.766	20.054	24.248	41.229	55.340	31.804	21.914	8.427	6.489	255.160
Var %	-16,24	-18,76	-15,16	-10,97	7,63	0,95	-2,58	-5,18	-0,91	3,17	1,25	-1,43	-3,58

Tabela 3.1.2 – Visitantes Fortaleza de Sagres – variação mensal 2012/2011

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2011	164	262	391	580	394	476	730	1.086	904	635	284	176	6.082
2012	151	291	307	611	632	409	567	966	760	740	177	148	5.759
Var %	-7,93	11,07	-21,48	5,34	60,41	-14,08	-22,33	-11,05	-15,93	16,54	-37,68	-15,91	-5,31

Tabela 3.1.3 Visitantes Ermida de N.ª Senhora de Guadalupe – variação mensal 2012/2011

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2011	199	178	177	435	343	185	339	483	359	350	161	61	3.270
2012	36	124	0	312	655	639	549	540	1.149	334	137	161	4.636
Var %	-81,91	-30,34	-100,00	-28,28	90,96	245,41	61,95	11,80	220,06	-4,57	-14,91	163,93	41,77

Tabela 3.1.4 – Visitantes Monumentos Megalíticos de Alcalar – variação mensal 2012/2011

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2011	447	746	1.035	1.607	1.184	1.312	1.633	2.583	1.559	1.151	648	419	14.324
2012	504	667	899	1.251	1.556	1.158	1.499	1.888	1.287	1.102	395	429	12.635
Var %	12,75	-10,59	-13,14	-22,15	31,42	-11,74	-8,21	-26,91	-17,45	-4,26	-39,04	2,39	-11,79

Tabela 3.1.5 – Visitantes Villa Romana de Milreu – variação mensal 2012/2011

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2009	7.719	9.758	14.731	27.069	20.554	25.992	45.025	62.515	34.919	23.377	9.416	7.239	288.314
2010	6.478	8.046	12.344	23.940	22.897	26.454	43.844	58.734	35.000	24.090	9.136	7.227	278.190
Var %	-16,08	-17,54	-16,20	-11,56	11,40	1,78	-2,62	-6,05	0,23	3,05	-2,97	-0,17	-3,51

Tabela 3.1.6 – Visitantes globais/conjunto monumentos – variação mensal 2012/2011

3.2 - Representatividade monumentos

A Fortaleza de Sagres apresenta o maior afluxo de visitantes, representando 91,72% do total verificado nos monumentos em análise.

De acordo com o gráfico 3.2.1 constata-se que os restantes monumentos apresentam uma representatividade bastante inferior, com um máximo de 4,54% na Villa Romana de Milreu.

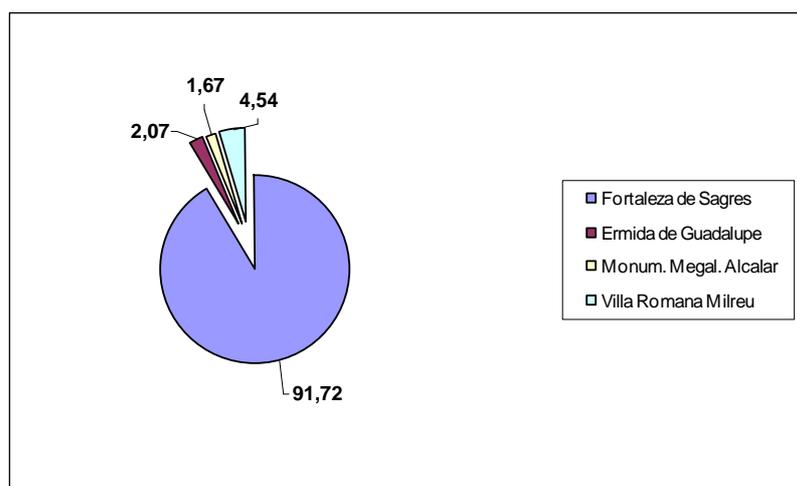


Gráfico 3.2.1 – Visitantes Monumentos DRCA Algarve – Representatividade 2012 (%)

3.3 - Visitantes por nacionalidade (nacional/estrangeiro)

As tabelas 3.3.1 a 3.3.4 apresentam os visitantes por nacionalidade (nacional/estrangeiro), bem como a sua representatividade anual e mensal. Em termos anuais, e à semelhança dos anos anteriores verifica-se uma maior afluência de visitantes estrangeiros.

Fort. Sagres	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Nacionais	2.234	1.995	2.654	4.394	2.375	4.371	9.539	16.644	7.226	3.215	2.421	2.632	59.700
Estrangeiros	3.553	4.969	8.484	17.372	17.679	19.877	31.690	38.696	24.578	18.699	6.006	3.857	195.460
TOTAL	5.787	6.964	11.138	21.766	20.054	24.248	41.229	55.340	31.804	21.914	8.427	6.489	255.160
Nacionais %	38,60	28,65	23,83	20,19	11,84	18,03	23,14	30,08	22,72	14,67	28,73	40,56	23,40
Estrangeiros %	61,40	71,35	76,17	79,81	88,16	81,97	76,86	69,92	77,28	85,33	71,27	59,44	76,60

Tabela 3.3.1 – Fortaleza de Sagres – visitantes por nacionalidade (2012)

E. Guadalupe	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Nacionais	66	112	30	93	220	91	116	357	158	91	25	78	1.437
Estrangeiros	85	179	277	518	412	318	451	609	602	649	152	70	4.322
TOTAL	151	291	307	611	632	409	567	966	760	740	177	148	5.759
Nacionais %	43,71	38,49	9,77	15,22	34,81	22,25	20,46	36,96	20,79	12,30	14,12	52,70	24,95
Estrangeiros %	56,29	61,51	90,23	84,78	65,19	77,75	79,54	63,04	79,21	87,70	85,88	47,30	75,05

Tabela 3.3.2 – Ermida de N.ª Senhora de Guadalupe – visitantes por nacionalidade (2012)

M. Alcalar	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Nacionais	20	25	0	217	422	400	127	214	852	88	38	83	2.486
Estrangeiros	16	99	0	95	233	239	422	326	297	246	99	78	2.150
TOTAL	36	124	0	312	655	639	549	540	1.149	334	137	161	4.636
Nacionais %	55,56	20,16		69,55	64,43	62,60	23,13	39,63	74,15	26,35	27,74	51,55	53,62
Estrangeiros %	44,44	79,84		30,45	35,57	37,40	76,87	60,37	25,85	73,65	72,26	48,45	46,38

Tabela 3.3.3 – Monumentos Megalíticos de Alcalar – visitantes por nacionalidade (2012)

V. Milreu	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Nacionais	275	236	159	240	228	155	285	374	149	185	69	192	2.547
Estrangeiros	229	431	740	1.011	1.328	1.003	1.214	1.514	1.138	917	326	237	10.088
TOTAL	504	667	899	1.251	1.556	1.158	1.499	1.888	1.287	1.102	395	429	12.635
Nacionais %	54,56	35,38	17,69	19,18	14,65	13,39	19,01	19,81	11,58	16,79	17,47	44,76	20,16
Estrangeiros %	45,44	64,62	82,31	80,82	85,35	86,61	80,99	80,19	88,42	83,21	82,53	55,24	79,84

Tabela 3.3.4 – Villa Romana de Milreu – visitantes por nacionalidade (2012)

De acordo com a tabela 3.3.5 e gráfico 3.3.1, verifica-se que o conjunto dos monumentos apresenta 76,21% visitantes estrangeiros e 23,21% visitantes nacionais. Constata-se que os visitantes nacionais diminuíram a sua representatividade relativamente ao ano anterior (2011), que apresentou como indicadores cerca de 70% visitantes estrangeiros e 30% visitantes nacionais.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Nacionais	2.595	2.368	2.843	4.944	3.245	5.017	10.067	17.589	8.385	3.579	2.553	2.985	66.170
Estrangeiros	3.883	5.678	9.501	18.996	19.652	21.437	33.777	41.145	26.615	20.511	6.583	4.242	212.020
TOTAL	6.478	8.046	12.344	23.940	22.897	26.454	43.844	58.734	35.000	24.090	9.136	7.227	278.190
Nacionais %	40,06	29,43	23,03	20,65	14,17	18,96	22,96	29,95	23,96	14,86	27,94	41,30	23,79
Estrangeiros %	59,94	70,57	76,97	79,35	85,83	81,04	77,04	70,05	76,04	85,14	72,06	58,70	76,21

Tabela 3.3.5 – Conjunto monumentos – visitantes por nacionalidade (2012)

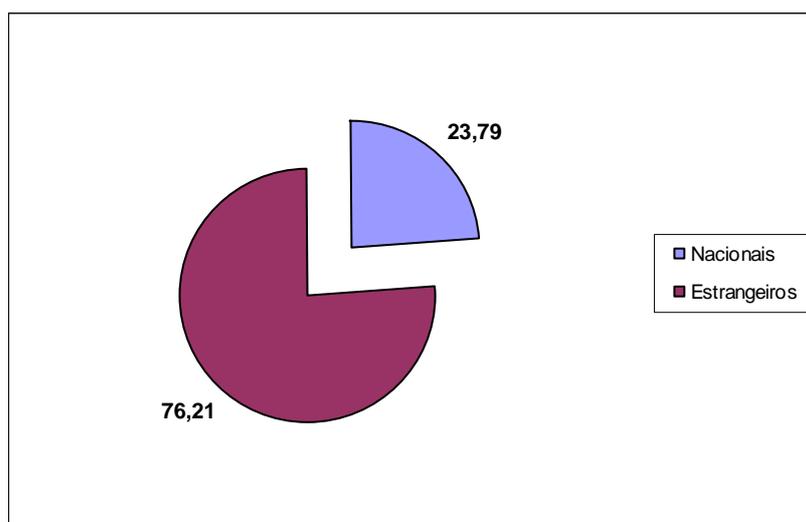


Gráfico 3.3.1 – Conjunto monumentos – visitantes por nacionalidade (2012)

3.4 - Tipologia dos visitantes

A análise da tipologia dos visitantes indica-nos o tipo de público que visita os monumentos. A tabela 3.4.1 apresenta os visitantes por tipologia nos monumentos e conjunto de monumentos.

Relativamente aos Monumentos Megalíticos de Alcalar não são apresentados quaisquer dados, considerando o protocolo de gestão com o Município de Portimão, já referido anteriormente.

Monumento / tipologia	Fort. Sagres		Guadalupe		Milreu		Total Monum.	
	nº	rep %	nº	rep %	nº	rep %	nº	rep %
Normal	118.823	46,57	2.633	45,72	6.360	50,34	127.816	46,72
Jovem 15-25	15.686	6,15	171	2,97	528	4,18	16.385	5,99
Reformados	14.010	5,49	675	11,72	2.078	16,45	16.763	6,13
+ 65 anos	12.246	4,80	198	3,44	55	0,44	12.499	4,57
Portador de deficiência	304	0,12	3	0,05	4	0,03	311	0,11
Cartão Jovem	864	0,34	6	0,10	20	0,16	890	0,33
Bilhete família	19.420	7,61	305	5,30	296	2,34	20.021	7,32
Bilhete Grupo	1.243	0,49	30	0,52	83	0,66	1.356	0,50
Circuito Monumentos do Algarve	48	0,02	4	0,07	4	0,03	56	0,02
Circuito Monumentos do Barlavento Algarvio	16	0,01	0	0,00	0	0,00	16	0,01
Circuito Na Rota do Infante	24	0,01	2	0,03	0	0,00	26	0,01
Circuito Monumentos do Algarve Desc.10%	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Circuito Monumentos do Barlavento Algarvio Desc 10%	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Circuito Na Rota do Infante Desc 10%	2	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,00

Crianças até 14	30.330	11,89	421	7,31	873	6,91	31.624	11,56
Residentes	3.388	1,33	27	0,47	20	0,16	3.435	1,26
Apom/ icom/ icomos	26	0,01	4	0,07	7	0,06	37	0,01
AAM/ ANBA/AAC	17	0,01	0	0,00	0	0,00	17	0,01
Invest. / Criti. Arte	3	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,00
Jornalistas	88	0,03	4	0,07	6	0,05	98	0,04
Prof. Turismo	408	0,16	6	0,10	2	0,02	416	0,15
Visitas de estudo	3.161	1,24	85	1,48	875	6,93	4.121	1,51
Livre	3.424	1,34	423	7,35	287	2,27	4.134	1,51
Domingo e Feriado (1)	31.455	12,33	712	12,36	1.120	8,86	33.287	12,17
Solidarte	164	0,06	0	0,00	0	0,00	164	0,06
Circuito (Livre) (2)	10	0,00	50	0,87	17	0,13	77	0,03
TOTAL	255.160	100,00	5.759	100,00	12.635	100,00	273.554	100,00

(1) Domingos e feriados até às 14h .

(2) Registo dos visitantes c/ bilhete circuito adquirido noutra monumento

Tabela 3.4.1 – Tipologia de visitantes por monumento (2012)

3.5 - Evolução anual

Os gráficos 3.5.1 a 3.5.4 apresentam a evolução anual do número de visitantes nos monumentos em análise.

No que se refere à Fortaleza de Sagres, os dados são apresentados desde a abertura ao público em 1997 pelo extinto IPPAR. Nos restantes monumentos são relativos a partir da data em que estão disponíveis.

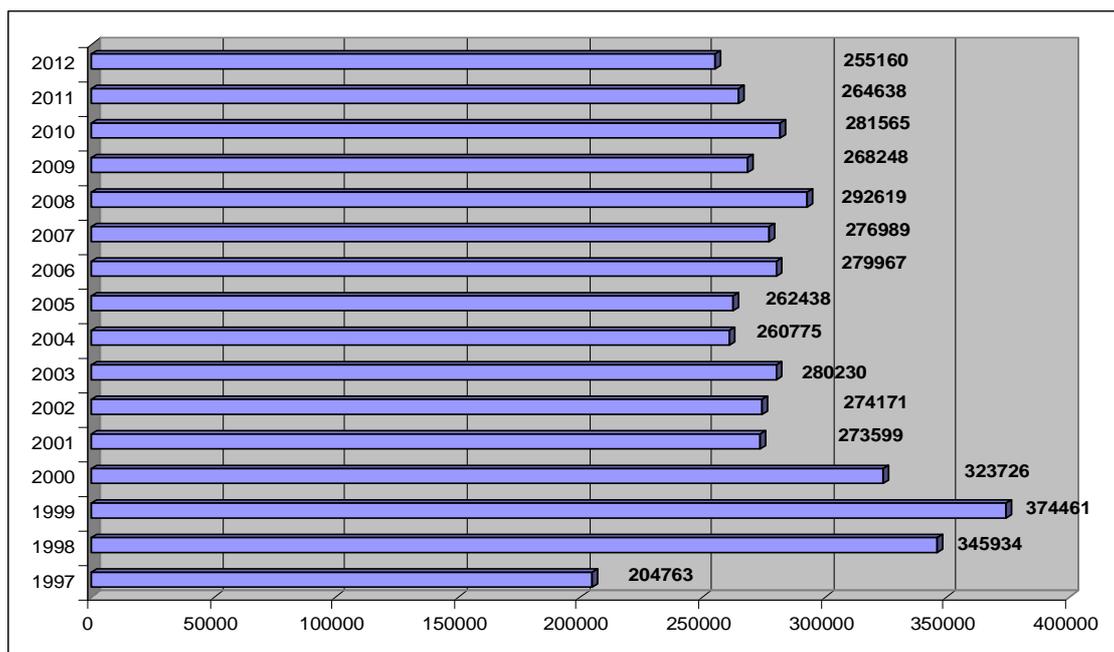


Gráfico 3.5.1 – Fortaleza de Sagres – visitantes anuais (1997-2012)

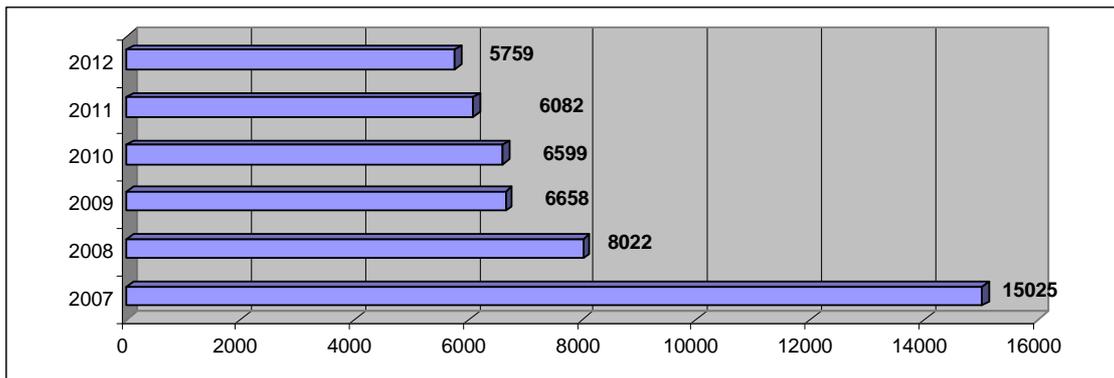


Gráfico 3.5.2 – Ermida de N.ª Señora de Guadalupe – visitantes anuais (2007-2012)

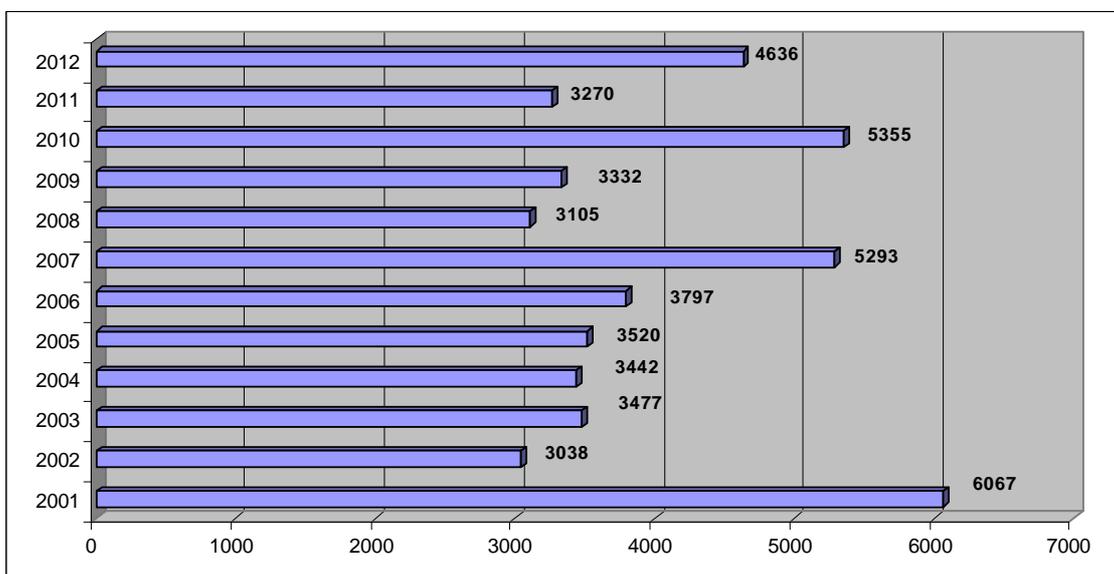


Gráfico 3.5.3 – Monumentos Megalíticos de Alcarar – visitantes anuais (2001-2012)

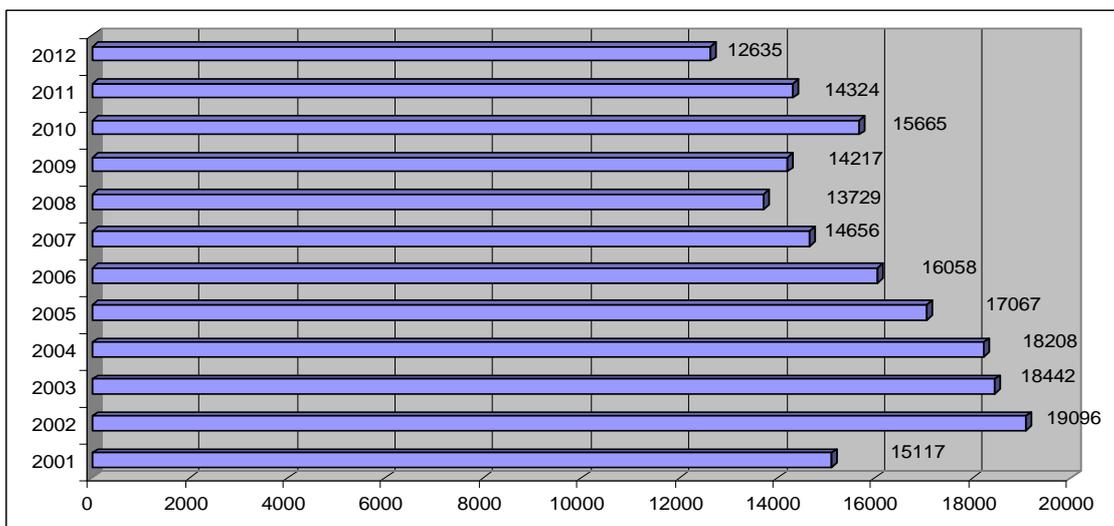


Gráfico 3.5.4 – Villa Romana de Milreu – visitantes anuais (2001-2012)

4 - Receitas

Relativamente às receitas importa referir que, no que se refere aos Monumentos Megalíticos de Alcalar, apenas é considerada a receita arrecadada nos meses de Janeiro e Fevereiro, dado o protocolo com o município de Portimão.

4.1 - Por origem

A tabela 4.1.1 apresenta as receitas provenientes dos monumentos com estruturas de acolhimento. Verifica-se que a Fortaleza de Sagres, dada a afluência de visitantes, é a que apresenta maior montante de receita.

	Bilheteira	Loja	Vending	Concessão Espaços	Rendas	TOTAL
Fortaleza de Sagres	453.825,70 €	94.801,24 €	2.862,40 €	4.991,28 €	16.236,00 €	572.716,62 €
Ermida de Guadalupe	6.707,80 €	2.018,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8.726,24 €
Monumentos Megalíticos de Alcalar	216,00 €	131,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	347,40 €
Villa Romana de Milreu	15.872,80 €	4.857,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.730,30 €
TOTAIS	476.622,30 €	101.808,58 €	2.862,40 €	4.991,28 €	16.236,00 €	602.520,56 €

Tabela 4.1.1 – Monumentos DRCAlgarve – receita por origem (2012)

4.2 – Variação 2012/2011

Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um aumento global de 0,22% no conjunto dos monumentos. Existem variações negativas em todos os monumentos, excepto na Fortaleza de Sagres. A variação por fonte de receita em cada monumento pode ser consultada no anexo 1, onde são apresentados os indicadores mensais, trimestrais, semestrais e anuais.

Monumento	2011	2012	Var %
Fortaleza de Sagres	564.886,13 €	572.716,62 €	1,39
Ermida de Guadalupe	9.826,84 €	8.726,24 €	-11,20
Monum. Megalíticos de Alcalar	4.676,45 €	347,40 €	-92,57
Villa Romana de Milreu	21.810,85 €	20.730,30 €	-4,95
TOTAL	601.200,27 €	602.520,56 €	0,22

Tabela 4.2.1 – Monumentos DRCAlgarve – variação da receita (2012/2011)

4.3 – Monumentos – representatividade 2012

À semelhança do número de visitantes, é a Fortaleza de Sagres que mais contribui para as receitas arrecadadas no conjunto dos 4 monumentos, com uma representatividade de 95,05%, o que é esperado, uma vez que a componente mais representativa na receita arrecadada é a proveniente dos ingressos de entrada.

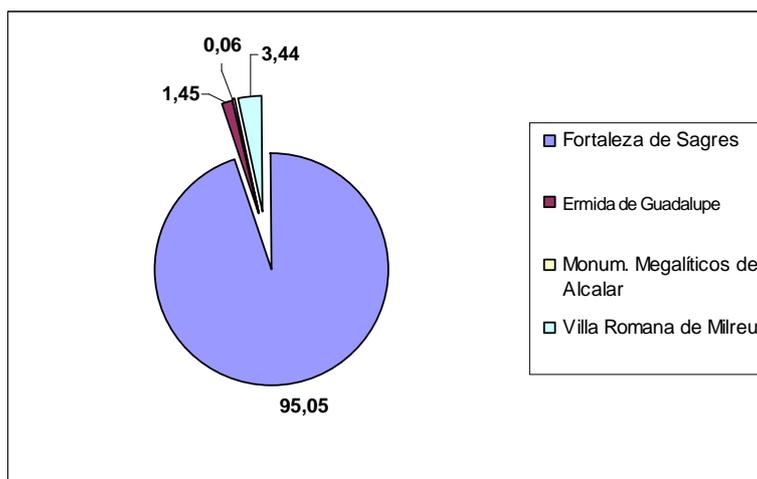


Gráfico 4.3.1 – Monumentos DRCA Algarve – representatividade da receita (2012)

4.4 - Representatividade da origem da receita (%)

Os gráficos 4.4.1 a 4.4.5 , relativos a cada um dos monumentos e ao conjunto dos monumentos, apresentam a representatividade da receita por origem.

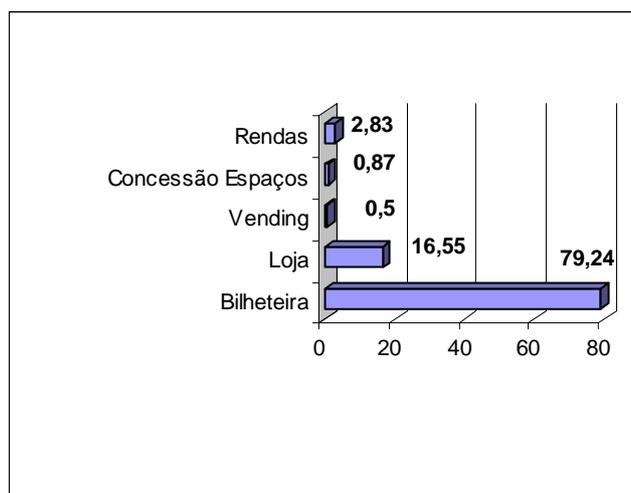


Gráfico 4.4.1 – Fortaleza de Sagres – origem da receita % (2012)

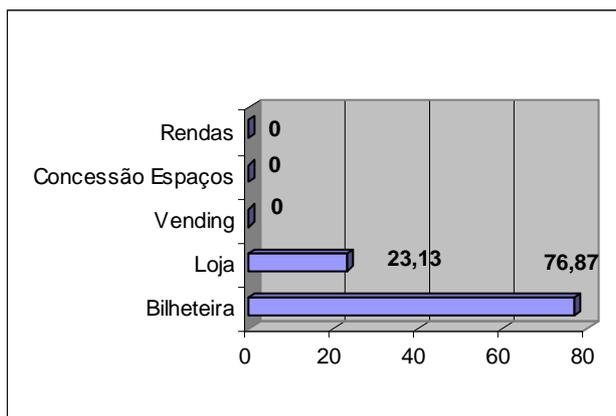


Gráfico 4.4.2 – Ermida de N.ª Senhora de Guadalupe – origem da receita % (2012)

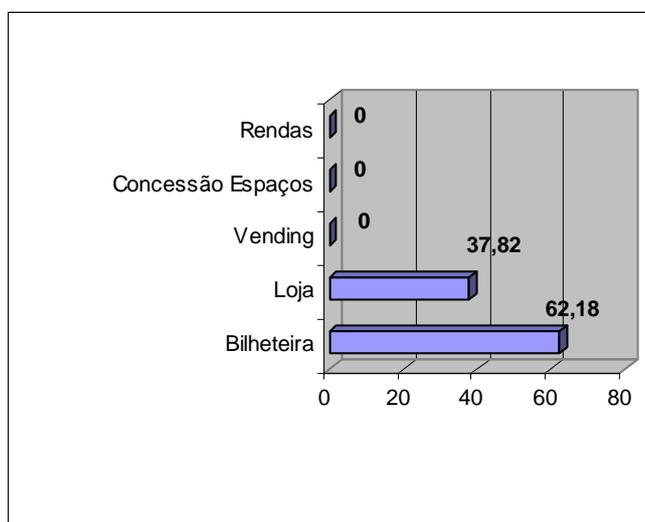


Gráfico 4.4.3 – Monumentos Megalíticos de Alcalar – origem da receita % (2012)

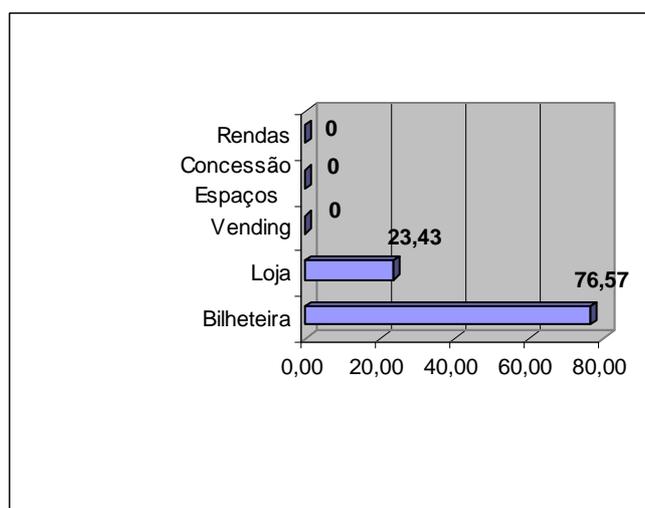


Gráfico 4.4.4 – Villa Romana de Milreu – origem da receita % (2012)

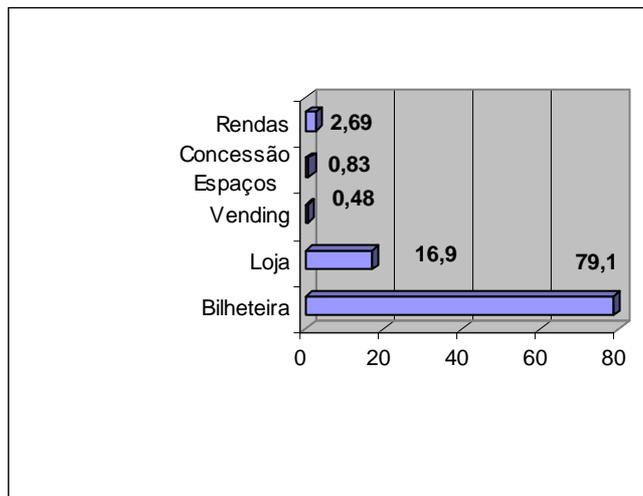


Gráfico 4.4.5 – Conjunto Monumentos DRCA Algarve – origem da receita % (2012)

5 – Serviço educativo / visitas de estudo

A Fortaleza de Sagres dispõe de serviço educativo que proporciona visitas comentadas e atividades pedagógicas dirigidas a grupos escolares e ATL, mediante marcação prévia, bem como a outras entidades. Nos restantes monumentos são realizadas visitas acompanhadas, bem como atividades, quando solicitadas por entidades diversas.

5.1 - Atividades disponíveis / Fortaleza de Sagres

Independentemente de poderem ser realizadas outras atividades, na tabela 5.1.1 estão listadas as que estão disponíveis, nomeadamente as visitas comentadas e atividades pedagógicas. Estão também mencionadas as exposições que tiveram ou têm caráter de permanência e que poderão ser um complemento às visitas orientadas.

Visitas Comentadas	Percurso da Fortaleza	Percurso realizado na Praça de Armas, muralha e baluartes que proporciona a abordagem do enquadramento geográfico, histórico, funcional e análise da evolução do edificado.	Grupos escolares e ATL
	Sagres Mito e Realidade	Visita temática com abordagem da perspectiva mítica/mística, mágico-religiosa, símbolo/simbólico com recurso às lendas locais e abordagem de alguns escritores portugueses.	9.º anos do ensino básico e ensino secundário
	À Procura do Promontório	Visita temática pelo Promontório de Sagres, focando temas relacionados com a história do <i>Promontorium Sacrum</i> .	Escolas de 3.º ciclo, secundário e adultos
Atividades Pedagógicas	Um dia na Fortaleza	Reviver algumas cenas do quotidiano na Idade Média, relacionadas com a Fortaleza de Sagres, envolvendo soldados, padres, pescadores e marinheiros.	Jardins de infância, ATL e grupos dos 3 aos 6 anos
	Vamos construir a Fortaleza	Percepção da situação geográfica, forma física do Promontório e volumetria do edificado. A importância do estudo do Património. Tem uma teia dramática, com base nas migrações anuais de um ganso - o Patolas.	1.º ciclo, ATL e grupos dos 6 aos 10 anos
	A roda do tempo	Partindo do enigma/desconhecido que simboliza a rosa-dos-ventos, os nossos jovens vão fazer girar uma roda que os direcciona, norteados pelos pontos cardeais e colaterais da instalação, para uma viagem no tempo.	1.º ciclo, ATL e grupos dos 6 aos 12 anos
	À Descoberta da Fortaleza	Peddy-paper que pretende levar os jovens à descoberta dos elementos arquitectónicos da Fortaleza.	2.º e 3.º ciclos, ATL e grupos dos 10 aos 15 anos

	À Descoberta da Fortaleza II	Peddy-paper que pretende levar à descoberta global da Fortaleza	Ensino secundário, adultos e famílias
	Mistério da Fortaleza (jogo 1 e 2)	Jogos de pistas/ enigmas de descoberta de documentos perdidos de outras épocas.	1.º, 2.º e 3.º ciclos, ATL e grupos dos 6 aos 15 anos
	Novos Sabores e Odores	Com os Descobrimentos e a Expansão portuguesa a partir do século XV, a circulação de plantas entre continentes originou a globalização de alimentos, a introdução de novos sabores, odores e processos modificadores de hábitos alimentares das populações, que foram provocando alterações na gastronomia	1.º, 2.º e 3.º ciclos, ATL e grupos dos 6 aos 15 anos
	Um dia com Jogos	Torneio com alguns jogos tradicionais, proporcionando um cenário de recreação de vivências das actividades lúdicas de raiz tradicional popular, como o jogo da corda, o jogo da pulga e o jogo da malha.	1.º e 2.º ciclos, ATL e grupos dos 6 aos 12 anos
	Expedição Botânica	Assumindo o papel de um explorador que parte para uma expedição com uma missão, os alunos são conduzidos ao reconhecimento de algumas espécies botânicas endémicas e protegidas do Promontório de Sagres, com recurso ao uso dos sentidos e ao registo numa ficha de campo.	1.º e 2.º ciclos – mês de Abril e 1.ª quinzena de Maio
Exposições	Novos Ventos – A Energia das Descobertas	Instalado no Promontório de Sagres, um conjunto de estações temáticas procura sensibilizar o visitante para a sustentabilidade do planeta Terra, focando as energias alternativas, como a do sol, das marés, ou dos ventos, elementos fulcrais para a viabilidade da futura existência do nosso Mundo, que contribuíram há 600 anos para o lançamento das viagens marítimas dos Descobrimentos.	Público em geral Desmontada em 2012
	A Voz do Mar	Instalação monumental colocada à volta de uma cavidade natural existente no promontório que propõe a criação de um caminho em forma de labirinto até à cavidade. A presença ritmada do som produzido pelas marés, em conjunto com as paredes que sobem em altura, desenham um percurso até à descoberta do local. É um projecto acústico pela intensidade de reverberações. Nesta intervenção Pancho Guedes dá a conhecer um lugar onde o mar é sentido debaixo dos pés no sentido literal do termo.	Público em geral Atualmente encerrado para manutenção
Filmes	A vida a bordo	O quotidiano a bordo de uma caravela dos descobrimentos de 400.	Comunidade escolar
	Sagres. O Cabo do Sonho	Sagres, o Infante D. Henrique e os Descobrimentos.	Público em geral

Tabela 5.1.1 – Fortaleza de Sagres – atividades serviço educativo

5.2 – Visitas por monumento

Importa referir que os valores podem não ser coincidentes com os constantes da tabela 3.4.1. Esta situação deve-se a erros de registo, nomeadamente o registo de visitas de estudo/orientadas na tipologia “Livre”.

5.2.1 - Fortaleza de Sagres

As tabelas 5.2.1.1 a 5.2.1.8 apresentam os dados relativos à Fortaleza de Sagres no que se refere a visitas de estudo/orientadas, nomeadamente a variação relativamente ao ano anterior, o grau de ensino, e proveniência.

	2011	2012	variação
Janeiro	76	199	162%
Fevereiro	222	307	38%
Março	825	673	-18,00%
Abril	1353	640	-53%
Maiο	392	233	-40,50%
Junho	332	433	30,40%
Julho	296	253	-14,50%
Agosto	185	114	-38,00%
Setembro	299	471	57,50%
Outubro	518	99	-80,90%
Novembro	198	151	-23,70%
Dezembro	21	156	643%
TOTAL	4717	3729	-20,90%

Tabela 5.2.1.1 – Fortaleza de Sagres - Visitas de Estudo/Orientadas (2012)

	2011	2012	variação
Janeiro	46	157	241,30
Fevereiro	158	265	67,72
Março	810	227	-71,98
Abril	421	349	-17,10
Maio	342	79	-76,90
Junho	142	243	71,13
Julho	168	106	-36,90
Agosto	132	59	-55,30
Setembro	93	0	-100,00
Outubro	268	29	-89,18
Novembro	198	112	-43,43
Dezembro	18	156	766,67
TOTAL	2796	1782	-36,27

Tabela 5.2.1.2 – Fortaleza de Sagres - Visitas de Estudo/Orientadas nacionais (2012)

	2011	2012	variação
Janeiro	30	42	40,00
Fevereiro	64	42	-34,38
Março	15	446	2873,33
Abril	932	291	-68,78
Maio	50	154	208,00
Junho	190	190	0,00
Julho	128	147	14,84
Agosto	53	55	3,77
Setembro	206	471	128,64
Outubro	250	70	-72,00
Novembro	0	39	#DIV/o!
Dezembro	3	0	-100,00
TOTAL	1921	1947	1,35

Tabela 5.2.1.3 – Fortaleza de Sagres - Visitas de Estudo/Orientadas estrangeiros (2012)

	2011	2012	Varição
J. de Infância	59	0	-100,00
EB1	622	416	-33,12
EB2.3	797	478	-40,03
E. Secundária	1441	1274	-11,59
E. Profissional	21	41	95,24
E.Superior	873	942	7,90
Professores	75	10	-86,67
ATL	18	150	733,33
Total	3906	3311	-15,23

Tabela 5.2.1.4 – Fortaleza de Sagres – Tipologia dos visitantes/Escolas (2012)

	2011	2012	Varição
Séniore	368	70	-80,98
Militares	32	136	325,00
P. Turismo	41	6	-85,37
Escoteiros	106	21	-80,19
Comunic. Social	0	35	
Diversos	264	150	-43,18
TOTAL	811	418	-48,46

Tabela 5.2.1.5 – Fortaleza de Sagres – Tipologia dos visitantes/Não Escolares (2012)

	2011	2012	Varição
Albufeira	308	81	-73,70
Aljezur	50	0	-100,00
Castro Marim	1	0	-100,00
Faro	369	430	16,53
Lagoa	218	197	-9,63
Lagos	166	65	-60,84
Loulé	40	27	-32,50
Monchique	39	0	-100,00
Olhão	0	0	-----
Portimão	194	0	-100,00
S.Brás Al.	46	0	-100,00
Silves	7	108	1442,86
Tavira	113	90	-20,35
Vila do Bispo	140	151	7,86
Vila Real S.A.	153	22	-85,62
TOTAL	1847	1171	-36,60

Tabela 5.2.1.6 – Fortaleza de Sagres –Visitas de Estudo/orientadas - Distribuição dos visitantes do distrito de Faro (2012)

	2011	2012	Varição
Faro	1847	1171	-36,60
Lisboa	372	314	-15,59
Coimbra	25	0	-100,00
Beja	324	98	-69,75
Guarda	0	18	-----
Porto	57	17	-70,18
Aveiro	4	0	-100,00
Vila Real	22	0	-100,00
Santarém	0	83	-----
Braga	50	81	62,00
Setúbal	82	0	-100,00
Madeira	13	0	-100,00
Total	2796	1782	-36,27

Tabela 5.2.1.7 – Fortaleza de Sagres –Visitas de Estudo/orientadas - Distribuição dos visitantes por distrito (2012)

	2011	2012	Varição
Canadá	0	393	
Holanda	16	18	12,50
Bélgica	665	461	-30,68
Alemanha	0	110	
Espanha	65	79	21,54
Hungria	47	0	-100,00
Brasil	56	18	-67,86
Estados Unidos	287	259	-9,76
Inglaterra	30	2	-93,33
França	48	28	-41,67
Itália	22	37	68,18
Japão	22	0	-100,00
Austrália	12	2	-83,33
Lituânia	0	13	
Irlanda	0	41	
Diversos	651	486	-25,35
Total	1921	1947	1,35

Tabela 5.2.1.8 – Fortaleza de Sagres –Visitas de Estudo/orientadas - Distribuição dos visitantes estrangeiros (2012)

5.2.2 – Ermida de N.ª Senhora de Guadalupe

Tabela 5.2.2.1 apresenta os dados relativos à Ermida de N.ª Senhora de Guadalupe no que se refere a visitas orientadas, nomeadamente a variação relativamente ao ano anterior. Os visitantes são nacionais, do concelho de Vila do Bispo.

	2011	2012	variação
Janeiro	0	0	
Fevereiro	0	0	
Março	0	5	
Abril	0	0	
Maio	25	70	180,00
Junho	0	0	
Julho	0	0	
Agosto	0	0	
Setembro	0	0	
Outubro	0	0	
Novembro	20	0	-100,00
Dezembro	0	0	
TOTAL	45	75	66,67

Tabela 5.2.2.1 – Ermida de N.ª Senhora de Guadalupe - Visitas de Estudo/Orientadas (2012)

5.2.4 - Villa Romana de Milreu

As tabelas 5.2.3.1 a 5.2.3.7 apresentam os dados relativos à Villa Romana de Milreu no que se refere a visitas de estudo/orientadas, nomeadamente a variação relativamente ao ano anterior, a nacionalidade, o grau de ensino, e proveniência.

	2011	2012	variação
Janeiro	86	203	136,05
Fevereiro	76	141	85,53
Março	158	40	-74,68
Abril	146	0	-100,00
Maio	91	115	26,37
Junho	21	57	171,43
Julho	0	20	
Agosto	36	30	-16,67
Setembro	35	16	-54,29
Outubro	84	107	27,38
Novembro	130	34	-73,85
Dezembro	35	95	171,43
TOTAL	898	858	-4,45

Tabela 5.2.3.1 – Villa Romana de Milreu - Visitas de Estudo/Orientadas (2012)

	2011	2012	variação
Janeiro	86	203	136,05
Fevereiro	76	141	85,53
Março	158	15	-90,51
Abril	97	0	-100,00
Maio	6	115	1816,67
Junho	21	57	171,43
Julho	0	20	
Agosto	8	30	275,00
Setembro	35	16	-54,29
Outubro	84	107	27,38
Novembro	130	34	-73,85
Dezembro	35	95	171,43
TOTAL	736	833	13,18

Tabela 5.2.3.2 – Villa Romana de Milreu - Visitas de Estudo/Orientadas nacionais (2012)

	2011	2012	variação
Janeiro	0	0	
Fevereiro	0	0	
Março	0	25	
Abril	49	0	-100,00
Maio	85	0	-100,00
Junho	0	0	
Julho	0	0	
Agosto	28	0	-100,00
Setembro	0	0	
Outubro	0	0	
Novembro	0	0	
Dezembro	0	0	
TOTAL	162	25	-84,57

Tabela 5.2.3.3 – Villa Romana de Milreu - Visitas de Estudo/Orientadas estrangeiras (2012)

	2011	2012	Variação
J. de Infância	20	0	-100,00
EB1	219	240	9,59
EB2.3	170	253	48,82
E. Secundária	158	25	-84,18
E. Profissional	0	65	
E.Superior	214	98	-54,21
Professores	0	0	
ATL	0	0	
TOTAL	781	681	-12,80

Tabela 5.2.3.4 – Villa Romana de Milreu – Tipologia dos visitantes/Escolas (2012)

	2011	2012	Variação
3ª Idade	51	82	60,78
Militares	0	0	
P. Turismo	0	0	
Escoteiros	0	0	
Diversos	66	95	43,94
TOTAL	117	177	51,28

Tabela 5.2.3.5 – Villa Romana de Milreu – Tipologia dos visitantes/Não Escolares (2012)

	2011	2012	Varição
Albufeira	18	114	533,33
Alcoutim	0	0	
Aljezur	21	0	-100,00
Castro Marim	0	0	
Faro	375	147	-60,80
Lagoa	44	123	179,55
Lagos	61	0	-100,00
Loulé	20	166	730,00
Monchique	0	0	
Olhão	35	0	-100,00
Portimão	0	26	
S.Brás Al.	35	0	-100,00
Silves	0	25	
Tavira	0	42	
Vila do Bispo	0	0	
Vila Real S.A.	0	50	
TOTAL	609	693	13,79

Tabela 5.2.3.6 – Villa Romana de Milreu –Visitas de Estudo/orientadas - Distribuição dos visitantes do distrito de Faro (2012)

	2011	2012	Varição
Faro	609	693	13,79
Lisboa	71	140	97,18
Diversos est.	113	25	-77,88
Total	898	858	-4,45

Tabela 5.2.1.7 – Villa Romana de Milreu –Visitas de Estudo/orientadas - Distribuição dos visitantes por distrito/outros (2012)

6 – Fruição pelo público

6.1 – Horários

Os horários praticados nos monumentos afetos à DRCA Algarve no ano de 2012 foram os seguintes:

Fortaleza de Sagres

Horário de abertura ao público:

- Outubro a Abril — das 9:30 h às 17:30 h
- Maio/Junho/Setembro — das 9:30 h às 20:00 h
- Julho e Agosto – das 9:30h às 20:30h

Nota: última entrada 30 minutos antes do encerramento

Horário de abertura a pescadores:

- 8:00 h até à hora de encerramento

Encerramento:

Feriados de 1 de Maio e 25 de Dezembro.

Ermida de N.ª Senhora de Guadalupe / Villa Romana de Milreu

Horário de abertura ao público:

- De Maio a Setembro — das 10:30h às 13:00h e das 14:00h às 18:30h
- De Outubro a Abril — das 9:30h às 13:00 e das 14h00 às 17:00h
- Nota: última entrada 15 minutos antes do encerramento em Guadalupe e 30 minutos em Milreu

Encerramento:

Segundas-Feiras e nos feriados de 1 de Janeiro, 1 de Maio e 25 de Dezembro

6.2 – Dias de abertura / encerramento

A tabela 6.2.1 apresenta os dias de abertura ao público dos monumentos no ano de 2012. Indicam-se também os dias de encerramento anuais.

Monumento	2012
Fortaleza de Sagres	360
Ermida de N.ª Senhora de Guadalupe	308
Villa Romana de Milreu	306

Tabela 6.2.1 – Monumentos afetos – dias de abertura ao público (2012)

Dias de encerramento:

Fortaleza de Sagres

De acordo com o calendário de abertura aprovado: 01 de Maio e 25 de Dezembro

Tolerância de Ponto: 24 de Dezembro

Greves: 11/Fevereiro; 22/Março; 29/Setembro

Ermida de N.ª Senhora de Guadalupe

De acordo com o calendário de abertura aprovado: 01 de Janeiro; 01 de Maio ; 25 de Dezembro; segundas-feiras

Greves: 11/Fevereiro; 14/Novembro

Villa Romana de Milreu

De acordo com o calendário de abertura aprovado: 01 de Janeiro; 01 de Maio ; 25 de Dezembro; segundas-feiras

Greves: 22/Março; 29/Setembro; 14/Novembro

Outros: 01/Julho

6.3 – Reclamações e grau de satisfação

A tabela 6.3.1 apresenta o número de reclamações efetuadas no Livro de Reclamações dos monumentos afetos à DRCA Algarve. Verifica-se uma diminuição global.

Reclamações	2011	2012
Fortaleza de Sagres	4	3
Ermida de N. ^a Senhora de Guadalupe	2	1
Villa Romana de Milreu	0	1
Total	6	5

Tabela 6.3.1 – Monumentos afetos – reclamações 2012/2011

Além do Livro de Reclamações, em todos os monumentos estão disponíveis formulários e caixas para depósito de sugestões.

7 – Considerações finais

O presente relatório visa apresentar de forma sintética os principais indicadores dos monumentos com estruturas de acolhimento.

Relativamente aos visitantes de forma genérica constata-se uma diminuição em todos os monumentos, excepto nos Monumentos Megalíticos de Alcalar, sendo que a diminuição global é na ordem dos 3,51%. Os visitantes nacionais representam 23,79% da totalidade dos visitantes, os estrangeiros 76,21%.

No que se refere às receitas próprias provenientes dos monumentos constata-se um aumento de 0,22%, no conjunto dos monumentos, comparativamente ao ano anterior. Maioritariamente as receitas são provenientes dos ingressos de entrada, na ordem de 79,10%. As lojas contribuem com 16,90% da receita arrecadada.

Em 2012 as visitas de estudo/orientadas diminuíram na Fortaleza de Sagres e Villa Romana de Milreu e aumentaram na Ermida de N.^a Senhora de Guadalupe. Os dados relativos aos Monumentos Megalíticos de Alcalar não são apresentados.

Verifica-se uma diminuição global das reclamações exaradas no Livro de Reclamações dos monumentos.

ANEXO 1

MONUMENTOS AFETOS

ANÁLISE COMPARATIVA 2012/2011

**FORTALEZA DE SAGRES
ERMIDA DE N.ª SENHORA DE GUADALUPE
VILLA ROMANA DE MILREU**

DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

FORTALEZA DE SAGRES

ANÁLISE COMPARATIVA 2012/2011

		Visitantes	Receitas Bilheteira	Receitas Loja	Vending	Concessão Espaços	Rendas	RECEITA MENSAL
JANEIRO	2011	6.909	10.807,20 €	3.883,01 €	0,00 €	128,94 €	2.178,00 €	16.997,15 €
	2012	5.787	9.949,90 €	2.396,26 €	0,00 €	128,94 €	0,00 €	12.475,10 €
	Variação %	-16,24	-7,93	-38,29		0,00	-100,00	-26,60
FEVEREIRO	2011	8.572	12.998,30 €	3.317,47 €	0,00 €	128,94 €	0,00 €	16.444,71 €
	2012	6.964	11.499,90 €	2.644,63 €	345,61 €	128,94 €	8.856,00 €	23.475,08 €
	Variação %	-18,76	-11,53	-20,28		0,00		42,75
MARÇO	2011	13.128	20.893,90 €	6.245,69 €	0,00 €	128,94 €	0,00 €	27.268,53 €
	2012	11.138	18.825,90 €	3.725,60 €	0,00 €	128,94 €	0,00 €	22.680,44 €
	Variação %	-15,16	-9,90	-40,35	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	-16,83
ABRIL	2011	24.447	31.755,60 €	7.404,12 €	0,00 €	128,94 €	4.354,20 €	43.642,86 €
	2012	21.766	32.785,00 €	7.144,28 €	0,00 €	128,94 €	1.476,00 €	41.534,22 €
	Variação %	-10,97	3,24	-3,51				-4,83
MAIO	2011	18.633	35.745,00 €	6.971,43 €	0,00 €	128,94 €	2.140,20 €	44.985,57 €
	2012	20.054	40.477,60 €	6.487,90 €	141,00 €	128,94 €	0,00 €	47.235,44 €
	Variação %	7,63	13,24	-6,94				5,00
JUNHO	2011	24.019	43.387,50 €	9.340,70 €	0,00 €	128,94 €	4.428,00 €	57.285,14 €
	2012	24.248	47.114,70 €	8.863,89 €	181,00 €	1.850,94 €	0,00 €	58.010,53 €
	Variação %	0,95	8,59	-5,10				1,27
JULHO	2011	42.323	67.421,20 €	14.105,56 €	0,00 €	128,94 €	0,00 €	81.655,70 €
	2012	41.229	71.091,10 €	14.190,80 €	0,00 €	989,94 €	0,00 €	86.271,84 €
	Variação %	-2,58	5,44	0,60		667,75		5,65
AGOSTO	2011	58.363	97.328,20 €	18.532,57 €	0,00 €	6.893,94 €	0,00 €	122.754,71 €
	2012	55.340	94.593,50 €	19.392,78 €	0,00 €	989,94 €	2.952,00 €	117.928,22 €
	Variação %	-5,18	-2,81	4,64		-85,64		-3,93
SETEMBRO	2011	32.097	59.726,00 €	11.167,56 €	1.305,60 €	128,94 €	2.214,00 €	74.542,10 €
	2012	31.804	62.378,20 €	11.565,50 €	786,00 €	128,94 €	0,00 €	74.858,64 €
	Variação %	-0,91	4,44	3,56				0,42
OUTUBRO	2011	21.241	36.037,90 €	7.131,46 €	0,00 €	128,94 €	0,00 €	43.298,30 €
	2012	21.914	41.260,40 €	10.930,20 €	1.408,79 €	128,94 €	0,00 €	53.728,33 €
	Variação %	3,17	14,49	53,27		0,00		24,09
NOVEMBRO	2011	8.323	13.594,60 €	3.102,93 €	0,00 €	128,94 €	4.428,00 €	21.254,47 €
	2012	8.427	14.340,70 €	4.652,94 €	0,00 €	128,94 €	2.952,00 €	22.074,58 €
	Variação %	1,25	5,49	49,95		0,00	-33,33	3,86
DEZEMBRO	2011	6.583	11.558,65 €	3.069,30 €	0,00 €	128,94 €	0,00 €	14.756,89 €
	2012	6.489	9.508,80 €	2.806,46 €	0,00 €	128,94 €	0,00 €	12.444,20 €
	Variação %	-1,43	-17,73	-8,56				-15,67
		Visitantes	Receitas Bilheteira	Receitas Loja	Vending	Concessão espaços	Rendas	TOTAL RECEITA
JANEIRO	Total 2011	264.638	441.254,05 €	94.271,80 €	1.305,60 €	8.312,28 €	19.742,40 €	564.886,13 €
A	Total 2012	255.160	453.825,70 €	94.801,24 €	2.862,40 €	4.991,28 €	16.236,00 €	572.716,62 €
Dezembro	Variação %	-3,58	2,85	0,56	119,24	-39,95	-17,76	1,39

FORTALEZA DE SAGRES - ANÁLISE COMPARATIVA 2012/2011 - Variação %

	Visitantes	Receitas Bilheteira	Receitas Loja	Vending	Concessão espaços	Rendas	TOTAL RECEITA
1.º TRIMESTRE	-16,50	-9,90	-34,80	#DIV/0!	0,00	306,61	-3,43
2.º TRIMESTRE	-1,54	8,56	-5,14	#DIV/0!	445,17	-86,49	0,59
3.º TRIMESTRE	-3,32	1,60	3,07	-39,80	-70,51	33,33	0,04
4.º TRIMESTRE	1,89	6,40	38,23	#DIV/0!	0,00	-33,33	11,27
1.º SEMESTRE	-6,01	3,26	-15,88	#DIV/0!	222,58	-21,13	-0,59
2.º SEMESTRE	-2,21	2,63	11,26	68,11	-66,90	-11,11	2,52

DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

ERMIDA DE N.ª SENHORA DE
GUADALUPE

ANÁLISE COMPARATIVA 2012/2011

		Visitantes	Receitas Bilheteira	Receitas Loja	Vending	Concessão Espaços	Rendas	RECEITA MENSAL
JANEIRO	2011	164	126,00 €	182,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	308,68 €
	2012	151	192,00 €	92,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	284,20 €
	Variação %	-7,93	52,38	-49,53				-7,93
FEVEREIRO	2011	262	268,45 €	90,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	359,15 €
	2012	291	246,00 €	86,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	332,60 €
	Variação %	11,07	-8,36	-4,52				-7,39
MARÇO	2011	391	411,30 €	248,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	659,30 €
	2012	307	410,00 €	170,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	580,80 €
	Variação %	-21,48	-0,32	-31,13				-11,91
ABRIL	2011	580	316,50 €	264,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	580,90 €
	2012	611	629,00 €	102,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	731,00 €
	Variação %	5,34	98,74	-61,42				25,84
MAIO	2011	394	374,00 €	174,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	548,25 €
	2012	632	662,00 €	167,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	829,06 €
	Variação %	60,41	77,01	-4,13				51,22
JUNHO	2011	476	457,50 €	265,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	723,23 €
	2012	409	527,00 €	96,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	623,65 €
	Variação %	-14,08	15,19	-63,63				-13,77
JULHO	2011	730	841,30 €	317,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.158,33 €
	2012	567	712,80 €	250,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	963,57 €
	Variação %	-22,33	-15,27	-20,90				-16,81
AGOSTO	2011	1.086	1.341,60 €	680,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.022,52 €
	2012	966	1.024,00 €	337,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.361,95 €
	Variação %	-11,05	-23,67	-50,37				-32,66
SETEMBRO	2011	904	1.024,00 €	541,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.565,32 €
	2012	760	958,00 €	346,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.304,43 €
	Variação %	-15,93	-6,45	-36,00				-16,67
OUTUBRO	2011	635	754,00 €	475,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.229,26 €
	2012	740	979,00 €	143,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.122,30 €
	Variação %	16,54	29,84	-69,85				-8,70
NOVEMBRO	2011	284	267,00 €	89,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	356,70 €
	2012	177	210,00 €	139,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	349,40 €
	Variação %	-37,68	-21,35	55,41				-2,05
DEZEMBRO	2011	176	218,00 €	97,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	315,20 €
	2012	148	158,00 €	85,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	243,28 €
	Variação %	-15,91	-27,52	-12,26				-22,82
		Visitantes	Receitas Bilheteira	Receitas Loja	Vending	Concessão espaços	Rendas	TOTAL RECEITA
JANEIRO A Dezembro	2011	6.082	6.399,65 €	3.427,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9.826,84 €
	2012	5.759	6.707,80 €	2.018,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8.726,24 €
	Variação %	-5,31	4,82	-41,11				-11,20

ERMIDA DE GUADALUPE - ANÁLISE COMPARATIVA 2012/2011 - Variação %

variação %	Visitantes	Receitas Bilheteira	Receitas Loja	Vending	Concessão espaços	Rendas	TOTAL RECEITA
1.º TRIMESTRE	-8,32	5,24	-32,95				-9,76
2.º TRIMESTRE	13,93	58,36	-48,08				17,89
3.º TRIMESTRE	-15,70	-15,97	-39,25				-23,52
4.º TRIMESTRE	-2,74	8,72	-44,43				-9,79
1.º SEMESTRE	5,91	36,46	-41,64				6,35
2.º SEMESTRE	-11,98	-9,09	-40,81				-19,59

DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

VILLA ROMANA DE MILREU

ANÁLISE COMPARATIVA 2012/2011

		Visitantes	Receitas Bilheteira	Receitas Loja	Vending	Concessão Espaços	Rendas	RECEITA MENSAL
JANEIRO	2011	447	430,80 €	216,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	647,04 €
	2012	504	371,60 €	280,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	652,25 €
	Variação %	12,75	-13,74	29,79				0,81
FEVEREIRO	2011	746	692,80 €	346,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.039,30 €
	2012	667	654,80 €	229,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	884,73 €
	Variação %	-10,59	-5,48	-33,64				-14,87
MARÇO	2011	1.035	1.057,60 €	693,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.751,45 €
	2012	899	1.171,00 €	249,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.420,53 €
	Variação %	-13,14	10,72	-64,04				-18,89
ABRIL	2011	1.607	1.606,20 €	656,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.263,19 €
	2012	1.251	1.409,60 €	773,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.183,01 €
	Variação %	-22,15	-12,24	17,72				-3,54
MAIO	2011	1.184	1.235,60 €	533,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.769,25 €
	2012	1.556	1.960,00 €	498,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.458,72 €
	Variação %	31,42	58,63	-6,55				38,97
JUNHO	2011	1.312	1.406,20 €	644,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.050,32 €
	2012	1.158	1.649,00 €	284,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.933,88 €
	Variação %	-11,74	17,27	-55,77				-5,68
JULHO	2011	1.633	2.027,60 €	582,09 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.609,69 €
	2012	1.499	2.088,60 €	477,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.566,35 €
	Variação %	-8,21	3,01	-17,93				-1,66
AGOSTO	2011	2.583	2.857,00 €	1.034,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.891,31 €
	2012	1.888	2.451,00 €	602,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.053,60 €
	Variação %	-26,91	-14,21	-41,74				-21,53
SETEMBRO	2011	1.559	1.913,80 €	483,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.396,96 €
	2012	1.287	1.712,00 €	652,45 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.364,45 €
	Variação %	-17,45	-10,54	35,04				-1,36
OUTUBRO	2011	1.151	1.353,60 €	519,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.872,64 €
	2012	1.102	1.458,00 €	386,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.844,42 €
	Variação %	-4,26	7,71	-25,55				-1,51
NOVEMBRO	2011	648	651,80 €	193,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	845,10 €
	2012	395	545,60 €	287,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	833,50 €
	Variação %	-39,04	-16,29	48,94				-1,37
DEZEMBRO	2011	419	471,60 €	203,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	674,60 €
	2012	429	401,60 €	133,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	534,86 €
	Variação %	2,39	-14,84	-34,35				-20,71
		Visitantes	Receitas Bilheteira	Receitas Loja	Vending	Concessão espaços	Rendas	TOTAL RECEITA
JANEIRO	Total 2011	14.324	15.704,60 €	6.106,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	21.810,85 €
A	Total 2012	12.635	15.872,80 €	4.857,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.730,30 €
Dezembro	Variação %	-11,79	1,07	-20,45				-4,95

VILLA ROMANA DE MILREU - ANÁLISE COMPARATIVA 2012/2011 - Variação %

variação %	Visitantes	Receitas Bilheteira	Receitas Loja	Vending	Concessão espaços	Rendas	TOTAL RECEITA
1.º TRIMESTRE	-7,09	0,74	-39,51				-13,97
2.º TRIMESTRE	-3,36	18,14	-15,14				8,10
3.º TRIMESTRE	-19,06	-8,04	-17,47				-10,27
4.º TRIMESTRE	-13,17	-2,90	-11,77				-5,29
1.º SEMESTRE	-4,68	12,24	-25,05				0,13
2.º SEMESTRE	-17,43	-6,67	-15,74				-8,89